

Múltiplos objetos e escritas na História da Educação



VOLUME
2

NAS PESQUISAS DO
GREPHES
E DO GEPHED



ORG.

Josefa Eliana Souza
Joaquim Tavares da Conceição

Múltiplos objetos e escritas na História da Educação

NAS PESQUISAS DO
GREPHES E DO GEPHED

VOLUME 2

APOIO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE



Recife, 2022

M961 Múltiplos objetos e escritas na História da Educação [livro eletrônico]: nas pesquisas do GREPHES e do GEPHED / Organizadores Josefa Eliana Souza, Joaquim Tavares da Conceição. – Recife, PE: Edupe, 2022.

Formato: ePUB

ISBN: 978-85-518-3776-4

1. Educação – Brasil – História. 2. Prática de ensino. 3. Educação e estado. I. Souza, Eliana. II. Conceição, Joaquim Tavares da.

CDD 370.9

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitor: Prof. Dr. Pedro Henrique de Barros Falcão

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos:

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros

Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas

Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos:

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Gerente científico: Prof. Dr. Karl Schurster

Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Este livro foi submetido a avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.

Essa obra foi publicada com o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS.

Fotos de capa: 1. Laboratório de Ciências do Colégio Tobias Barreto. Aracaju-SE (1935). Acervo do Arquivo de Escolas Extintas do Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (DIES). Foto: Walmir Cine-foto. 2. Sala de Geografia do Colégio Tobias Barreto. Aracaju-SE (1935). Acervo do Arquivo de Escolas Extintas do Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (DIES). Foto: Walmir Cine-foto. 3. Sala de aula do Colégio Tobias Barreto. Aracaju-SE (1935). Acervo do Arquivo de Escolas Extintas do Departamento de Inspeção Escolar de Sergipe (DIES). Foto: Walmir Cine-foto.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Edupe.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CLARA IMORTALIDADE: A CAMPANHA DE CARMELITA PINTO FONTES À ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS	13
<i>Ane Rose de Jesus Santos Maciel</i>	
<i>Patrícia de Sousa Nunes Silva</i>	
<i>Josefa Eliana Souza</i>	
2. A CULTURA POPULAR COMO TEMA DE PESQUISA DA INTELCTUAL AGLAÉ D'ÁVILA FONTES	29
<i>Risia Rodrigues Silva Monteiro</i>	
<i>Joaquim Tavares da Conceição</i>	
3. ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DO PAPEL AO METAL	45
<i>Andréia Bispo dos Santos</i>	
4. “NA ACADEMIA MULHER NÃO ENTRA”: A TRAJETÓRIA DO INGRESSO FEMININO NA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS	63
<i>José Genivaldo Martires</i>	
5. O GINÁSIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE SOB O OLHAR MEMORIALÍSTICO DE EX-ALUNOS (1960-1968)	78
<i>Joelza de Oliveira Santos</i>	
6. DOSSIÊS DE ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS: MATERIAL CULTURAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO	91
<i>Anne Emílie Souza de Almeida Cabral</i>	
<i>Sayonara do Espírito Santo Almeida</i>	

7. VESTÍGIOS DA POLÍTICA DE LÍNGUA FRANCESA NO BRASIL E EM SERGIPE	101
<i>Ricardo Costa dos Santos</i>	
8. AS ESCRITAS ORDINÁRIAS DA INTELLECTUAL BEATRIZ GÓIS DANTAS	116
<i>Marluce de Souza Lopes</i>	
9. JOÃO DE ANDRADE GARCEZ: TRÊS FACES DE UMA TRAJETÓRIA (1936 - 1972)	131
<i>Danilo Mota de Jesus</i> <i>Adriana de Andrade Santos</i>	
10. DISCURSO MÉDICO A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES E OUTRAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO SÉCULO XIX	144
<i>Juselice Alves Araújo de Alencar</i>	
11. O CURRÍCULO E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS SEUS EGRESSOS: O CASO DA PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM MODERNA NO BRASIL	163
<i>Elizabeth Farias Lima Silva</i> <i>Josefa Eliana Souza</i>	
12. AUTISMO E EDUCAÇÃO: HISTORIANDO ESSA RELAÇÃO EM TERRAS SERGIPANAS (1987-1993)	176
<i>Walna Patrícia de Oliveira Andrade</i>	
13. PRINCÍPIO DO MODELO ESCOLA-FAZENDA NO ENSINO PROFISSIONAL AGRÍCOLA (1956-1967)	189
<i>Aristela Arestides Lima</i>	
14. PROPOSTAS PARA O ENSINO PROFISSIONAL NOS ESCRITOS EDUCACIONAIS DA GERAÇÃO 1870	201
<i>Laísa Dias Santos</i> <i>Joaquim Tavares da Conceição</i>	
SOBRE OS AUTORES	218

APRESENTAÇÃO

O livro *Múltiplos objetos e escritas na História da Educação. Nas pesquisas do GREPHES e do GEPHED* (Vol.2) é formado por uma coletânea de textos resultantes de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, da na Linha História da Educação, por orientandos/as da professora Josefa Eliana Souza – líder do *Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre História do Ensino Superior* (GREPHES/CNPq/UFS) –, e do professor Joaquim Tavares da Conceição – líder do *Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas* (GEPHED/CNPq/UFS). Assim, no decorrer dos capítulos, os leitores encontrarão textos relacionados com as temáticas: trajetórias, produções e projetos de intelectuais; patrimônio educativo e arquivos; processos e práticas educativas; história e memória de instituições educativas e educação profissional.

No capítulo “Clara imortalidade: A campanha de Carmelita Pinto Fontes à Academia Sergipana de Letras”, Ane Rose de Jesus Santos Maciel, Patrícia de Sousa Nunes Silva e Josefa Eliana Souza analisam o processo que elegeu Carmelita Pinto Fontes à Academia Sergipana de Letras em 1984, destacando as disputas surgidas entre intelectuais analisados. Carmelita Pinto Fontes, professora, poetisa e cronista, fundou e manteve ativa a coluna “O Mundo Feminino”, no jornal *A Cruzada*, sob o pseudônimo de “Gratia Montal”, organizou a Academia Sergipana de Letras de Jovens Escritores, que buscava desenvolver nos jovens estudantes dos principais centros educacionais de Aracaju a paixão pela

escrita literária, e assumiu a cadeira de número 38, sendo a quarta mulher a adentrar aquele sodalício. O processo que a elegeu desencadeou divergências: um grupo, apoiado por Dom Luciano Duarte, defendia sua elegibilidade, o outro, liderado por Luiz Antônio Barreto, posicionou-se contra. Assim, sob a perspectiva metodológica da história cultural, esperamos ampliar o olhar acerca de uma personagem significativa à historiografia sergipana com foco ao ambiente feminino.

Rísia Rodrigues Silva Monteiro e Joaquim Tavares da Conceição, no capítulo intitulado “A cultura popular como tema de pesquisa da intelectual Aglaé D’Ávila Fontes”, apresentam um estudo dos escritos da professora Aglaé D’Ávila Fontes decorrentes de pesquisas sobre a temática da cultura popular realizadas pela intelectual. Foram tomados como objeto de análise o artigo “A literatura de cordel e o relacionamento homem/mundo” (1977) e os livros *Brinquedos e brincadeiras do folclore sergipano* (1981) e *Uni-duni-tê* (1984), em que a autora registra conhecimentos a respeito do folclore e/ou cultura popular resultantes de pesquisas de campo empreendidas. Desses escritos, depreende-se a compreensão do folclore “[...] como a parte mais “visível” da cultura popular, que abarca em seu corpo linguagens, costumes, danças, crenças, entre outros saberes do povo”.

Andréia Bispo dos Santos, no capítulo “Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe: do papel ao metal”, aborda como ocorreu a implantação do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe em 17 de dezembro de 1998, ano em que a UFS comemorou os seus trinta anos de existência. Foi um período marcado por comemorações em prol da aniversariante, e uma celebração chamou atenção da sociedade sergipana, ou seja, a criação do Arquivo Central da UFS, que guardaria e preservaria a memória documental da instituição. A abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo e utiliza os procedimentos documentais e bibliográficos.

O capítulo “Na academia mulher não entra’: a trajetória do ingresso feminino na Academia Sergipana de Letras”, de autoria de José

Genivaldo Martires, tem como foco a inelegibilidade das mulheres na Academia Sergipana de Letras (ASL), que foi criada em 1929 e utilizou como modelo a norma regulamentar da Academia Brasileira de Letras (ABL). Seu estatuto foi interpretado de forma restritiva para não permitir o ingresso de mulheres na agremiação literária. Disso resultou o fato de que as possibilidades de inserção de mulheres na ASL acabarem não prosperando durante algum tempo. O texto também destaca a mudança de atitude da ASL a respeito do acesso de mulheres na agremiação, o que resultou na eleição no ano de 1977 da professora Núbia Marques.

No capítulo “O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe sob o olhar memorialístico de ex-alunos (1960-1968), a autora Joelza de Oliveira Santos, utilizando a abordagem metodológica da História Oral, apresenta um estudo do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, tomando como fonte narrativas memorialísticas de ginásianos dos anos de 1960. Constituiu-se um estudo acerca da trajetória escolar e cultural, vivenciada ao longo de suas carreiras escolares, visando à disponibilização das narrativas dos agentes históricos como meio de reconstruir e ressignificar a história do referido ginásio e ampliando o universo das fontes, que de outro modo não seria possível, visto que por meio das entrevistas pudemos conhecer a visão de mundo de um grupo social que consegue narrar a história da qual é pertencente.

As autoras Anne Emilie Souza de Almeida Cabral e Sayonara do Espírito Santo Almeida, no capítulo “Dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS: material cultural do patrimônio histórico educativo”, discutem a respeito da relevância dos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS como patrimônio histórico educativo, concomitantemente buscam demonstrar como esse tipo de documento pode apresentar informações que permitem conhecer as características culturais de uma instituição educativa. As autoras ressaltam que os dossiês de estudantes fazem parte da escrituração escolar de

um estabelecimento de ensino e neles está contida a carreira estudantil do educando e, além de poderem ser usados como fonte histórica, também são documentos de prova, por isso a necessidade da guarda adequada e da sua preservação.

No capítulo intitulado “Vestígios da política de língua francesa no Brasil e em Sergipe”, Ricardo Costa dos Santos destaca que a propaganda cultural francesa nasce em 1883 com a criação da Aliança Francesa/AF. Dois anos após ser fundada, ela instalou sua primeira associação no Rio de Janeiro. Durante o século XX, sobretudo, após a II Guerra, a França adotou uma nova postura para a política de Língua Francesa, criando instituições de cooperação, o que impactaria no ensino do idioma no Brasil. Em Sergipe, instituições surgiram com o intuito de promover a cultura francesa. A Aliança Francesa teve um papel fundamental nessa empreitada, tendo surgido nela vários grupos de fomento. O capítulo também trata da política de língua francesa e seu eco em Sergipe, abordando algumas das diversas instituições que contribuíram para a propagação do francês no estado, em especial, a Associação de professores de Francês do Estado de Sergipe.

Marluce de Souza Lopes, autora do capítulo intitulado “As escritas ordinárias da intelectual Beatriz Góis Dantas”, apresenta uma investigação das escritas ordinárias da intelectual sergipana Beatriz Góis Dantas, antropóloga, professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, instituição onde lecionou durante o período compreendido entre 01.09.1967 e 01.05.1991, desenvolvendo pesquisas nas áreas de antropologia, folclore, etnohistória indígena, artesanato e cultos afro-brasileiros. Beatriz ingressou como professora na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, sendo incorporada ao corpo docente da UFS, quando da fundação da universidade, em 1968.

Danilo Mota de Jesus e Adriana de Andrade Santos, no capítulo intitulado “João de Andrade Garcez: três faces de uma trajetória (1936 – 1972)”, trazem como objetivo deste estudo a proposta de analisar a trajetória do dentista, ex-governador de Sergipe e professor

da Universidade Federal de Sergipe (UFS) João de Andrade Garcez, durante o recorte temporal de 1936 a 1972. O marco inicial de 1936 justifica-se por ser o ano de conclusão do curso primário e de sua mudança para a capital sergipana, conquanto o ano de 1972 marca sua aprovação via concurso de professor no curso de Odontologia da UFS.

“Discurso médico a respeito da educação das mulheres e outras representações femininas no século XIX” é o título do capítulo de autoria de Juselice Alves Araújo de Alencar. A autora discute as representações acerca das mulheres levadas a efeito em teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia, no século XIX. Sabe-se que com a intenção de normatizar a sociedade e impor seus preceitos, a medicina tomou como alvo as mulheres, determinando que o comportamento delas, enquanto mães e esposas, ajudaria na construção de uma sociedade mais civilizada e pura. Em síntese, a mulher era representada como capaz de regenerar a nação, se segue as prescrições higiênicas da medicina. Desta forma, a medicina do século XIX produziu uma vasta literatura sobre assuntos diversos.

Elizabeth Farias Lima Silva e Josefa Eliana Souza, no capítulo “O currículo e os impactos na formação dos seus egressos: o caso da primeira Escola de Enfermagem moderna no Brasil”, apresentam uma reflexão a respeito da matriz curricular da primeira Escola de Enfermagem no Brasil e o perfil deste egresso na sociedade. Optou-se por um estudo histórico a partir do diálogo com as fontes (imagens, textos acadêmicos e relatos), no tocante à criação da matriz curricular da referida Escola de Enfermagem no Brasil; tal estudo afina-se com a necessidade de relativizar o fundamento educacional posto e imposto, dado o momento histórico, basilado na proposta formativa, contexto social e econômico da época, não obstante, com fragmentos ressonantes na sua prática atual.

“Autismo e educação: historiando essa relação em terras sergipanas (1987-1993)” é o capítulo de autoria Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Nele a autora situa Sergipe no âmbito da discussão sobre o

autismo e a relação dos portadores desta síndrome com a educação. O autismo só teve maior conhecimento por parte da sociedade sergipana a partir do ano de 1987, quando foi fundada, por famílias de filhos com este transtorno, a primeira instituição de educação especial voltada especificamente para atender essas pessoas, a Associação de Amigos do Autista de Sergipe (Amas).

Com o título “Princípio do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1956-1967)”, Aristela Arestides Lima apresenta aspectos históricos da constituição do modelo escola-fazenda implantado no ensino profissional agrícola do Brasil. Além de informações de convênios entre o Brasil e Estados Unidos e impactos na implantação do modelo escola-fazenda, a autora discorre a respeito do papel desempenhado pelo intelectual Shigeo Mizoguchi e as experiências dele na implantação do modelo no Colégio Agrícola de Presidente Prudente e na disseminação do modelo escola-fazenda.

Laísa Dias Santos e Joaquim Tavares da Conceição, no capítulo denominado “Propostas para o ensino profissional nos escritos educacionais da geração 1870”, apresentam uma compreensão de propostas para o ensino profissional defendidas por intelectuais da denominada geração 1870. Os autores destacam que “[...] todos os discursos dos membros da geração 1870 sobre o ensino profissional foram construídos a partir de interlocuções com problemas nacionais observados pelos autores e pensados a partir de teorias e modelos de ensino estrangeiros.”.

Desejamos que a leitura seja agradável e possa suscitar novos olhares e outras pesquisas.

Boa leitura!

Josefa Eliana Souza e Joaquim Tavares da Conceição
Organizadores

CAPÍTULO 1

CLARA IMORTALIDADE: A CAMPANHA DE CARMELITA PINTO FONTES À ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS¹

Ane Rose de Jesus Santos Maciel

Patrícia de Sousa Nunes Silva

Josefa Eliana Souza

Caminhos da vida: uma introdução...

Vejo em outros olhos o que os meus olhos não viram... Carmelita Pinto Fontes, 1984, p. 27



Fonte: Acervo pessoal de Carmelita Pinto Fontes

1. Este artigo é parte da dissertação de Mestrado em Educação defendida em 2016, pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe/PPGED/UFS. Para sua realização, contou com o incentivo financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES.

Este artigo objetiva analisar o processo da candidatura que elegeu a professora Carmelita Pinto Fontes à Academia Sergipana de Letras/ASL em 1984, buscando destacar as divergências surgidas entre os membros participantes da campanha. Para tanto, faz-se necessária uma compreensão acerca da trajetória intelectual de Carmelita Pinto Fontes, na certeza de uma melhor elucidação dos dados aqui apontados. Assim, em 1984, com o falecimento do acadêmico Marcos Ferreira de Jesus², a cadeira por ele ocupada ficou vaga. Antônio Garcia Filho³, na época secretário geral da Academia Sergipana de Letras, indicou Carmelita Pinto Fontes para pleitear a citada vaga. Dom Luciano José Cabral Duarte⁴, imortal, reforçou o apoio à sua indicação, no entanto, seu ex-aluno, Luiz Fernando Soutelo, também manifestou interesse à vaga, recebendo o apoio de Luiz Antônio Barreto⁵, presidente do sodalício naquele momento. As manifestações de interesses à vaga fizeram surgir uma rivalidade que ressoou nos jornais da época, demonstrado forças intrínsecas no processo.

2. Marcos Ferreira de Jesus nasceu em 24 de março de 1893, médico, diretor do Departamento das Municipalidades, Subsecretário Geral do Estado, Inspetor Geral da Escola Normal e Primário, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia, Deputado Federal, Diretor Administrativo da Caixa Econômica, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sócio fundador da sociedade de Cultura Artística de Sergipe (FONTES, 1984, p. 22-23).

3. Antônio Garcia Filho, nascido em 29 de maio de 1916, na cidade de Rosário do Catete, município de Sergipe, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1941. Foi secretário de Educação Cultura e Saúde de Sergipe; Presidente da Sociedade Médica de Sergipe/SOMESE; fundador do Conselho Regional de Medicina de Sergipe. Um dos fundadores da UNIMED; da SAESE/Sociedade de Anestesiologia do Estado de Sergipe; Membro da Academia Sergipana de Letras; Membro da Academia Sergipana de Medicina; Criou o Encontro Cultural de Laranjeiras em 1976. Um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Sergipe em 1961 (SILVA, 2016).

4. Doravante usaremos apenas a denominação de Dom Luciano Duarte para uma melhor comunicação.

5. Luiz Antônio Barreto nasceu em Lagarto Sergipe, formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Escritor, jornalista, cronista e pesquisador, atuou como Secretário de Estado da Educação, Secretário de Estado da Cultura e Secretário de Estado da Comunicação. Fundou o Instituto Tobias Barreto, localizado na biblioteca da Universidade Tiradentes (LAGARTONET.COM, 11.10.2018)

Carmelita Pinto Fontes nasceu em 01 de fevereiro de 1933, na cidade de Laranjeiras, município de Sergipe. Filha de João da Silveira Fontes e Francisca Pinto Fontes, de família pequena, seu pai era funcionário da Usina São João, e sua mãe dona de casa. As primeiras letras foram feitas na Escola Laranjeirense, instituição de ensino misto, fundada em 1904, que tinha à frente a professora Eufrozina Amélia Guimarães ou simplesmente Zizinha Guimarães⁶. Com o falecimento do pai, em um acidente de trabalho, a família migrou para a capital. Sua mãe acreditava que em uma cidade maior, seus filhos poderiam ter uma educação mais qualificada.

Carmelita e sua irmã foram estudar na Escola Normal Rui Barbosa⁷, reduto educacional que garantia à camada feminina uma educação de qualidade e uma representação simbólica de intelectualidade e capacidade formativa, o que, segundo Bourdieu (2013, p. 311), significa que

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da ordem social uma vez que a evolução de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força.

Ainda segundo o autor, os investimentos aplicados na carreira escolar dos filhos viriam integrar-se ao sistema das estratégias de reprodução, estratégias mais ou menos compatíveis conforme o tipo de capital a transmitir, e pelas quais cada geração esforça-se por transmitir à

6. Eufrozina Amélia Guimarães, conhecida como Zizinha Guimarães, ganhou notoriedade no cenário educacional sergipano por seus feitos educacionais entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. (SANTANA, 2011).

7. Em 1923, a Escola Normal recebeu o nome de Escola Normal Rui Barbosa por iniciativa do Presidente da Província Graccho Cardoso, como homenagem póstuma ao sábio precursor da reforma do ensino. Em 1947, passou à denominação de Instituto de Educação Rui Barbosa, mudança que atingiu todas as escolas normais do país, a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal (nº 8.560, de 02 de janeiro de 1946), denominação que permanece até os dias atuais (FREITAS, 2003).

seguinte os privilégios que detém. Essa transmissão passava a ser uma forma de seleção, pois as moças que não podiam ser normalistas estavam automaticamente excluídas dos melhores empregos. Em 1946, Carmelita integrou o corpo discente da Escola Normal, partilhando valores sociais, normas, regras e representações de uma época em que ser normalista era sinal de *status*.

Após terminar o ginásio, fez o curso secundário no Colégio Estadual de Sergipe (Colégio Atheneu), e, ao terminar, foi aprovada para o curso de Letras Neolatinas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe/FCFS, formando-se na turma de 1957. Em 1958, passou a lecionar português e literatura no Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, e, no mesmo ano, integrou o corpo docente do Colégio Estadual de Sergipe, sua primeira grande experiência como professora. Em 1959, já lecionando na FCFS, na disciplina de didática, foi contemplada com uma bolsa de estudos, concedida a ela por intermédio do então padre Luciano Duarte, para realizar uma Pós-Graduação em Língua e Literatura Francesa, na *Maison de France*, no Rio de Janeiro.

Após seu retorno, em 1961, Carmelita foi então convidada pelo padre Luciano Duarte a integrar o quadro de funcionários do recém-inaugurado Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, assumindo as funções de vice-diretora, ao lado de Rosália Bispo dos Santos, e também como professora de português e literatura. Com as aulas de literatura, Carmelita começou a incentivar os alunos à produção literária. Para isso criou o Clube Literário Tobias Barreto⁸, com reuniões frequentes, buscando discutir literatura, grandes escritores, músicas, entre outras atividades. A partir do clube, criou-se o *Jornal Mural*, uma espécie de quadro de madeira fixado no pátio do

8. Tobias Barreto (1839-1989), natural da antiga cidade de Campos do Rio Real, hoje Tobias Barreto, município do estado de Sergipe. Poeta, filósofo, publicou diversas obras, entre elas, “Dias e Noites”, “Os Enigmas do Universo” e “As Maravilhas da Vida”. Patrono da Academia Brasileira de Letras ocupando a cadeira de número 38 (Cf. GUARANÁ, 1925, p. 271-274).

ginásio, com uma rotatividade da escrita semanalmente, onde eram expostos os trabalhos dos alunos.

Ao observar a produção literária desses alunos, Carmelita decidiu publicar seus trabalhos no jornal *A Cruzada*, onde ela era colaboradora e participava intensamente como “Gratia Montal”, pseudônimo utilizado para escrever suas crônicas na coluna “O Mundo Feminino”. Com a facilidade da publicação e o acesso ao jornal, surgiu então a coluna “Pequenos Escritores” em 1961, passando a denominação de “Jovens Escritores” no ano seguinte, o que possibilitou a abertura aos alunos de outros estabelecimentos educacionais inclusive do interior.

Com o sucesso da produção literária juvenil, Carmelita Pinto Fontes fundou em 17 de setembro de 1962 a Academia Sergipana de Letras de Jovens Escritores/ASLJE, em sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IHGSE, com a presença de autoridades, como Antônio Monteiro de Jesus, representante do governador do estado; a professora Rosália Bispo dos Santos; do padre Luciano Duarte, como paraninfo da turma; a professora Bernadete Galvão, diretora do Ginásio Salvador e, claro, da professora Carmelita Pinto Fontes, idealizadora do projeto. Em 1965, a professora Carmelita, juntamente com Gizelda Moraes⁹ e Núbia Nascimento Marques¹⁰, lançaram o livro *Baladas do Inútil Silêncio*, o primeiro livro do trio de amigas.

9. Gizelda Santana Moraes nasceu em 30 de maio de 1939, em Campo do Brito, município de Sergipe. cursou o ginásio no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e o clássico no Atheneu Sergipense, participou da Arcádia Estudantil. Graduiu-se em Filosofia e Psicologia pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, pós-graduação na Universidade de São Paulo/USP, e na Universidade de Lyon/França, onde recebeu o grau de doutora. Além desse, fez também o pós-doutorado em Etnologia, na Universidade de Paris XIII. Foi professora da graduação e pós-graduação na UFS e na UFBA, além de ter sido professora visitante na Universidade de Nice/França (CALDAS, 2015)

10. Nubia Nascimento Marques, natural de Aracaju, cursou o primário no Educandário Menino Jesus, o ginásio na Atheneu Sergipense e Contabilidade na Escola de Comércio Conselheiro Orlando. No Rio de Janeiro, cursou Belas Artes e trabalhou na revista *Seleções de Reader's Digest*. Ao voltar para Sergipe, cursou Serviço Social na Escola de Serviço Social. Tornou-se professora do estado, lecionando literatura portuguesa e brasileira. Em função da família, foi morar em Salvador e passou a trabalhar como assistente social no Serviço Social

Em 1967, a convite de seu amigo Dom Luciano Duarte, Carmelita deixou o Ginásio de Aplicação/GA e seguiu a Portugal para estudar língua e literatura portuguesa na Universidade do Porto. Envolvido com a organização da Fundação da Universidade Federal de Sergipe, Dom Luciano Duarte buscou preparar a equipe de professores que assumiriam os cargos de nível superior em uma instituição Federal. Era uma exigência do Ministério da Educação que os professores que lecionassem em universidades possuísem especialização a nível superior. O curso de pós-graduação realizado por Carmelita em Portugal equivaleria hoje ao título de mestrado.

Quando retornou, em 1968, Carmelita assumiu a cadeira titular de Língua e Literatura Portuguesa do Instituto de Letras, Artes e Comunicação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, lecionando as disciplinas de estilística, português I e II, expressão escrita e, nos últimos anos, já próximo de sua aposentadoria, lecionou também introdução à língua portuguesa, assumindo essa disciplina até março de 1991, quando se aposentou. Ainda em 1979, juntamente com Núbia Marques e Gizelda Moraes, Carmelita participou do livro *Palavra de Mulher: poesia feminina brasileira contemporânea*, organizado pela poetisa Maria de Lourdes Hortas. Em 1982, novamente em parceria com as amigas, lançou, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o livro *Verdeoutono*, composto por três momentos: eu, tu e nós.

Nesse mesmo ano, lançou seu primeiro livro sozinha, intitulado *Tempo de Dezembro*. Segundo suas palavras, o livro “é um ato de compromisso com os ditos que ficariam por não dito se, ao dever, não se juntasse um certo gesto de afeição que expressamos por aquilo que nasce de nós mesmos” (FONTES, 1982, p. 7). Na fotografia abaixo, Carmelita Pinto Fontes em noite de lançamento de seu livro.

do Comércio/SESC. Foi professora da Universidade Federal de Sergipe, no antigo Departamento de Serviço Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. Foi diretora do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico/DCPH e da Fundação Estadual de Cultura (CALDAS, 2015).

Lançamento do Livro Tempo de Dezembro, 1982



Fonte: Acervo pessoal de Carmelita Pinto Fontes

Sua poesia cheia de sentimentos aliada a sua carreira sempre dedicada à produção literária proporcionou a oportunidade de adentrar a Academia Sergipana de Letras/ASL. Cronista, poetisa, escritora, sua carreira agregava a força de uma artista e a determinação de uma professora que não temia os enfrentamentos sociais que sua carreira lhe impunha.

Clara Imortalidade...

Em 1984, após o falecimento do acadêmico Marcos Ferreira de Jesus, conforme destacado acima, surgiu a oportunidade de Carmelita Pinto Fontes ser imortalizada por seus pares em uma instituição marcadamente masculina. A ASL já havia, depois de muitas divergências, permitido a participação de mulheres. A primeira a romper com esse estigma foi Núbia Nascimento Marques, em 17 de março de 1978. Sua participação foi uma conquista disseminada pela bravura de

Rachel de Queiroz, que, em 1977, após longas tentativas, conseguiu romper os paradigmas masculinos e ser imortalizada na Academia Brasileira de Letras.

Após essa conquista, a participação de mulheres naquele ambiente começou a ser vista, embora ainda com ressalvas, com mais naturalidade. A segunda a ser imortalizada foi a professora Ofenísia Soares Freire¹¹ (1980), seguida por Maria Thetis Nunes¹² (1983). Carmelita Pinto Fontes passaria a ser então a quarta mulher a adentrar aquele espaço. Embora já não fosse novidade, sua candidatura não passou despercebida, principalmente pelos jornais, que souberam explorar a situação com maestria. Quando sua candidatura foi oficializada, ela descobriu que seu concorrente seria seu ex-aluno, o pesquisador Luiz Fernando Soutelo. Iniciava-se, assim, uma campanha com divergências explícitas.

Luiz Fernando Soutelo havia estudado no GA, fez parte da turma de 1962. Segundo ele, antes dessa candidatura, havia surgido outra oportunidade de participar do pleito. No entanto, quando descobriu que iria concorrer com o professor Clodoaldo de Alencar Filho, com o qual tinha uma relação de proximidade, Soutelo então retirou sua candidatura, por respeito e consideração àquele professor. Por essa deferência, Luiz Antônio Barreto, que era o presidente da ASL na época, se colocou à disposição de apoiá-lo em uma próxima oportunidade, fato ocasionado com o surgimento da vaga da cadeira 38, ou seja,

11. Ofenísia Soares Freire, professora, pesquisadora e jornalista, nasceu em 07 de dezembro de 1913, na cidade de Estancia/SE. Catedrática de português do Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Escreveu para muitos jornais, tanto na cidade de Estância como em Aracaju, publicou artigos relacionados com a literatura brasileira e sergipana, numa forma evidente de levar conhecimento aos leitores, e aos alunos. Publicou a *Presença Feminina em os Lusíadas* no ano de 1980, mesmo ano em que foi empossada na Academia Sergipana de Letras, assumindo a cadeira de número 16 (CALDAS, 2015).

12. Maria Thetis Nunes, educadora, historiadora, pesquisadora sergipana. Nasceu em 26 de janeiro de 1923, na cidade de Itabaiana/SE. Ingressou em 1943 na Faculdade de Filosofia da Bahia, no curso de História e Geografia, concluindo em 1946. Tornou-se catedrática de história no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, sendo a primeira mulher catedrática no Atheneu (CALDAS, 2015).

como prometido, Luiz Antônio Barreto inscreveu Luiz Fernando Soutelo para concorrer à vaga.

Nessa mesma campanha, Antônio Garcia Filho inscreveu a professora Carmelita Pinto Fontes, que recebeu o apoio de Dom Luciano Duarte (JORNAL PORTA VOZ, 11.02.1984). Iniciava assim uma disputa com preferências bem claras. Em que pese Antônio Garcia Filho já ter agido em oposição a Dom Luciano Duarte durante o processo de Fundação da Universidade Federal de Sergipe, liderando o grupo que era favorável à criação em modelo de autarquia, contra o projeto de fundação federal, que agora se encontrava pertencente ao grupo que apoiava a eleição de Carmelita.

A campanha seguiu acirrada e os jornais traziam detalhes específicos para que seus leitores acompanhassem o desenrolar da trama. A linguagem assumiu tom ofensivo para dizer que

O jornalista Luiz Antônio Barreto, caráter fraco, ou muito mais que isso, inventou a candidatura de Luiz Fernando Soutelo à Academia Sergipana de Letras, contra a competente, culta e séria professora Carmelita Pinto Fontes. Quase rasgou os Estatutos da Academia em sua malandragem e provinciana proposta. Ninguém tem nada contra o candidato do camaleônico jornalista, mas a verdade é que Luiz Fernando Soutelo não tem obra que o credencie a ser “imortal”. Qual a razão, então, leviandade? (JORNAL PORTA VOZ, 11/02/1984, nº 04).

Para fomentar ainda mais a disputa, o jornal da cidade, em 17 de fevereiro, publicou uma matéria com entrevista da professora Carmelita, na qual a escritora destacava sobre sua candidatura, bem como sua opinião quanto à sua vitória. Quando questionada se ela se considerava capaz de assumir a cadeira da ASL, declarou que considerava

[...] uma aspiração justa uma vez que a Academia existe para congregar aqueles que tem uma história literária, através de livros publicados, vasta atividade jornalística, participação efetiva na elaboração e direção de espetáculos teatrais (JORNAL DA CIDADE, 17/02/1984, nº 3.632).

Quanto ao fato dela ser mulher, escreveu: “eu acho uma necessidade e um empenho da própria Academia Brasileira e a da França, que já tem em seus quadros a presença da mulher” e, sobre a eleição, Carmelita respondeu que seria uma eleição justa, pois entendia que ASL era formada por pessoas que a incentivavam e acompanhavam a sua vida como literata. Portanto, o sodalício iria reconhecer quem deveria assumir a cadeira 38 que pertenceu a Marcos Ferreira de Jesus.

[...] espero que os acadêmicos, pessoas inteligentes, não se negarão em sufragar o nome de um candidato que tem quase quatrocentas publicações em jornais aqui e no exterior, além dos livros editados e da participação como escritor no Dicionário Brasileiro (JORNAL DA CIDADE, 17/02/1984, nº 3.632).

Carmelita Pinto Fontes, segundo o *Jornal da Cidade*, representava as forças da indicação exógena, com um apoio imbatível pela figura de Dom Luciano Duarte. Já Luiz Fernando Soutelo representava a votação espontânea de alguns acadêmicos. Assim, a vitória de Carmelita seria a concretização dessa força simbólica incutida no intelectual que lhe apoiava (JORNAL DA CIDADE, 12.03.1984, nº 3.648). Em outra reportagem, a disputa seguia acirrada. Com o título “Briga Cultural”, os impressos alimentavam a polêmica divulgando a desavença entre os personagens do enredo.

[...] a poetisa ou poeta, Carmelita Pinto Fontes, que concorre a uma vaga na Academia Sergipana de Letras com o pesquisador cultural Luiz Fernando Soutelo, disse ontem que ele já foi seu aluno e não tem ainda a maturidade para se tornar imortal. Soutelo por sua vez, rechaçou dizendo que idade não é requisito fundamental para ser acadêmico. Carmelita disse que ela têm vários livros publicados “e ele...nenhum” (JORNAL DA CIDADE, 12.03.1984, nº 3.648).

As divergências entre os candidatos eram explícitas e os grupos envolvidos se opuseram e consolidaram suas posições. Carmelita Pinto Fontes, recebendo apoio de Dom Luciano Duarte e, tendo ao seu lado

a imprensa sergipana, por ser ela também jornalista, cronista do jornal *A Cruzada* desde o ano de 1958, e Luiz Fernando Soutelo, recebendo o apoio de uma parte significativa da cultura sergipana, juntos, protagonizaram uma disputa acirrada à imortalidade. Em meio às intrigas explícitas e expostas, a professora Carmelita Pinto Fontes foi eleita à Academia Sergipana de Letras, obtendo 21 dos trinta e oito votos do colegiado. Luiz Fernando Soutelo obteve 16 votos. Além dessa expressiva votação, houve ainda um voto em branco. Em entrevista ao *Jornal Gazeta de Sergipe*, a professora Carmelita declarou que “estava preparada para ganhar ou perder, e que o resultado serviu apenas para acabar com a tensão criada com a campanha”. Quanto ao ex-aluno e concorrente, a nova imortal declarou:

[...] Luiz Fernando Soutelo é um rapaz de índole boa e sei que tem condições para na primeira oportunidade, ocupar uma das cadeiras da Academia. Ele é muito jovem e tenho certeza, que vai alcançar o seu objetivo. [...] a partir de agora, vou pensar em uma data, tenho um ano para tomar posse, primeiro vou me recompor, pois a campanha foi exaustiva (GAZETA DE SERGIPE, 13/03/1984, nº 7.605)¹³.

A notícia da eleição de Carmelita seguiu demonstrando as farpas escondidas na campanha, principalmente pelo apoio de Dom Luciano Duarte à professora. Fato que pareceu não ter sido bem compreendido por parte dos membros da ASL. Em matéria no dia seguinte à eleição, intitulada de “Escaramuças Acadêmicas” as especulações seguiam.

Finalmente confirmaram-se todas as previsões que se vinha fazendo sobre a eleição para a Academia Sergipana de Letras: deu Carmelita Pinto Fontes na cabeça. O pleito, no entanto transcorreu num clima pouco acadêmico no dizer do próprio presidente daquela augusta casa de Letras. De acordo com Luiz Antonio Barreto sua autoridade foi por diversas

13. O professor e pesquisador Luiz Fernando Ribeiro Soutelo tomou posse na Academia Sergipana de Letras em 05 de novembro de 1985, na cadeira de número 30, sucedendo José Oliveira (REVISTA DA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS, v. 1, nº 32, 1997).

vezes aviltada no decorrer da votação por conta dos destemperos verbais de alguns imortais. Diante disso, ao que parece, existe uma campanha velada contra Luiz Antonio Barreto nos vários quadrantes da cidade. Primeiro foi uma entrevista devastadora dada por Núbia Marques (também acadêmica) a este JC; depois o jornal “Porta Voz” trouxe uma nota desabonadora contra Luiz; já o poeta Carlos Magno glosou os “Verbetes Aracajuano” publicados por Luiz Antônio Barreto, no “Gazeta” e fez o seu “Verbetes Aracajuano”, que estão sendo publicados na “Folha da Praia”. Agora essas escaramuças na ASL. Sem falar das notinhas que saíram, tempos atrás, no “Painel” do J.S. Vai ver que querem derrubar o Luiz da Academia (JORNAL DA CIDADE, 14/03/1984, nº 3.650).

Partindo do exposto acima, podemos compreender que os desentendimentos surgidos a partir da campanha que elegeu Carmelita Pinto Fontes trouxe à tona uma realidade que estava camuflada entre os salões da Academia Sergipana de Letras, ou seja, a eleição que consagrou Carmelita protagonizou a saída de Luiz Antônio Barreto da direção da ASL. Sentindo-se desrespeitado como autoridade que era, redigiu uma carta de renúncia pedindo demissão após a eleição, deixando o cargo nas mãos do secretário geral, Antônio Garcia Filho. Na carta, ele explicava quais motivos o levaram a tomar aquela decisão de abandonar um cargo faltando ainda um ano e nove meses de mandato.

[...] no documento [...], Luiz Antonio enumera uma série de fatores que determinaram a sua renúncia, todos estritamente ligados a realização do último pleito que elegeu a poetisa Carmelita Pinto Fontes para a cadeira do Dr. Marcos Ferreira de Jesus. [...] Afirma o presidente demissionado que recebeu “Um pauladas que ele considera injustas”. Tendo sido alvo da pontaria de alguns membros da Academia Sergipana de Letras como uma casa de convivência fraterna, e que jamais imaginou vir a ser objeto de grosserias e agressões. “Fiquei, inclusive, sem poder responder pelo fato de ser o presidente da entidade e não poder tomar partido. Se respondesse poderia ser faccionado, ficar do lado de Carmelita ou Fernando Soutelo”. Luiz Antonio Barreto, que votou em Fernando Soutelo, será substituído pelo secretário geral da ASL, Antonio Garcia, uma vez que o

vice-presidente da casa era o Dr. Marcos Ferreira de Jesus, falecido recentemente e cuja cadeira foi disputada acirradamente no último pleito [...] (JORNAL DA CIDADE, 20/03/1984, nº 3. 656).

Segundo a professora Carmelita, Luiz Antônio Barreto talvez não contasse que sua demissão seria aceita, pois “ele, talvez tenha pensado que todos fossem ponderar o pedido dele, e que não fosse ser aceito, ele só não imaginava que Antônio Garcia ansiava para ser o presidente, para ficar no lugar dele¹⁴”. Com a renúncia de Luiz Antônio Barreto, a ASL reuniu os membros em Assembleia Geral para escolha do novo presidente e do vice-presidente. Em votação, foram escolhidos os acadêmicos Antônio Garcia Filho para presidente e José Bonifácio Fortes Neto para vice-presidente. Na sequência, foram escolhidos também para secretário-geral, cargo que era ocupado por Antônio Garcia, o acadêmico João Evangelista Cajueiro.

Na sequência, Antônio Garcia agradeceu a honra de ser recebido pela unanimidade e, de pronto, comprometeu-se a realizar sessões formais da diretoria e uma sessão informal para confraternização e sugestões, mensalmente, e instituir uma reunião pública de Assembleia geral com “um tema em debate”. Esta, gravada para acervo da memória histórica da Academia, propôs ainda editar a Revista naquele semestre (GAZETA DE SERGIPE, 07/04/1984, nº 7.527).

Passado o tumulto da disputa, a professora Carmelita, em sessão solene no dia 13 de novembro de 1984, assumiu a cadeira de número 38 da Academia Sergipana de Letras. Apresentada por Manuel Cabral Machado, seu ex-professor, que exaltou sua carreira, o início da paixão pela escrita, quando ainda era sua aluna na FCFS, destacou sua vida pessoal, profissional e, claro, suas produções, fato que ocasionou sua entrada na ASL. Como de esperar, os jornais noticiaram a posse da nova imortal.

14. Entrevista com a professora Carmelita Pinto Fontes concedida à autora em 11 de janeiro de 2016.

Academia Sergipana de Letras ganha nova imortal – um discurso de aproximadamente 10 laudas, versando sobre a imortalidade, foi lido pela professora Carmelita Pinto Fontes ao ser empossada às 20 horas de ontem, [...]. Professora da Universidade Federal de Sergipe, ela foi eleita no mês de março passado, durante disputado pleito que também contou com a candidatura do atual presidente do Conselho Estadual de Cultura, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. [...] Ao assumir a cadeira 38 da Academia Sergipana de Letras a imortal Carmelita Pinto Fontes tem dois objetivos: lutar pela prevenção da cultura brasileira, juntamente com os demais integrantes daquela instituição e se preocupar com as coisas da intelectualidade. Durante seu discurso a professora procurou demonstrar a importância da imortalidade, afirmando que ela existe tanto no ângulo da espiritualidade como no lado intelectual [...] (JORNAL DA CIDADE, 14/11/1984, nº 3.850).

Em seu discurso de posse, a professora Carmelita agradeceu o apoio recebido por todos, principalmente por seu amigo Dom Luciano José Cabral Duarte, Núbia Marques, também sua amiga e antecessora na ASL, Manoel Cabral Machado, que fez o discurso de apresentação da nova acadêmica, Maria Thetis Nunes, entre outros. Abaixo destacamos a professora Carmelita Pinto Fontes na noite da posse na ASL.

Posse de Carmelita Pinto Fontes na Academia Sergipana de Letras, 1984



Fonte: Acervo pessoal de Carmelita Pinto Fontes

A disputa cultural que antecedeu a eleição da professora e agora imortal Carmelita Pinto Fontes não interferiu no brilho da festa, onde ela exaltou seus professores, responsáveis por seus primeiros passos rumo à cultura, à escrita, à profissão que seguiu. Além desses, ela não se esqueceu dos primeiros professores do primário, a exemplo de Zizinha Guimarães, mestra importante no despertar de sua capacidade criativa. Seguiu agradecendo à família, aos valores deixados por seu pai, à força de sua mãe em seguir com a educação dos filhos apesar das adversidades. A busca pelo reconhecimento de seus pares, na necessidade constante de uma “autoafirmação”, de reconhecimento por tudo que produziu, por tudo que contribuiu com a cultura de seu Estado, fez com que ela disputasse uma vaga com seu ex-aluno. Carmelita ganhou a eleição e imortalizou seus trabalhos, sua cultura, seu nome.

Considerações que seguem...

A disputa que desencadeou a vitória de Carmelita Pinto Fontes à Academia Sergipana de Letras demonstrou um ambiente fragilizado que controla e é controlado culturalmente por uma rede social instável. Esse ambiente, formado por diferentes contextos sociais, determina o caminhar do jogo cultural de uma sociedade. As redes políticas e as forças divergentes existentes fizeram surgir uma dicotomia que lançou mão da campanha à vaga para se fazer presente e sobressair. A candidatura de Carmelita Pinto Fontes, representada na figura de Dom Luciano Duarte, ganhou demanda espaço-tempo na Academia, proporcionando, além da vitória da acadêmica, a ascensão de Antônio Garcia Filho à presidência do sodalício, embora não fosse possível prever a demissão do presidente da ASL. O maior beneficiado com o acontecido foi Antônio Garcia Filho. Por outro lado, a derrota de Luiz Fernando Soutelo protagonizou, paralelamente, a derrocada de Luiz Antônio Barreto.

Assim, ao analisar a campanha que elegeu Carmelita Pinto Fontes à Academia Sergipana de Letras, podemos compreender também como

a sociedade reagiu às intrigas proporcionadas pela disputa acirrada e disponibilizada nos jornais da época, assim como a exposição do jogo político. Dessa forma, esperamos contribuir com a compreensão de uma parte significativa da historiografia sergipana, envolvendo personagens culturalmente distintos.

REFERÊNCIAS

SANTANA, Livia Borges. **Em Busca de Zizinha: Vestígios para a musealização da memória sobre Eufrozina Amélia Guimarães (1872-1964)**. Monografia de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras/SE 2011.

(Cf. GUARANÁ, Armindo, **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: s.ed., 1925. (p.271-274).

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas** (ORG). Sergio Miceli. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.

CALDAS, Maria Hermínia. **Vultos da História da Educação em Sergipe**. Aracaju, SE: ed. Infographics, 2015.

FONTES, Carmelita Pinto. **Tempo de Dezembro: poesia**. Aracaju, SE: Ed. J. Andrade., 1982

_____. Clara Imortalidade. **Discursos**, Aracaju, SE, 1984.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão-SE, 2003.

SILVA, Patrícia de Sousa Nunes. **Antônio Garcia Filho (1941-1999): um intelectual engajado**. Aracaju/SE: Ed. Edise, 2016.

JORNAIS

JORNAL GAZETA DE SERGIPE – 1884.

JORNAL DA CIDADE – 1884.

JORNAL PORTA VOZ – 1984.

ENTREVISTAS

Entrevista com a professora Carmelita Pinto Fontes concedida à autora em 11 de janeiro de 2016.

CAPÍTULO 2

A CULTURA POPULAR COMO TEMA DE PESQUISA DA INTELLECTUAL AGLAÉ D'ÁVILA FONTES¹

Rísia Rodrigues Silva Monteiro²

Joaquim Tavares da Conceição³

Apresentação

Educação, cultura popular e arte estão presentes em toda a produção escrita – livros, cadernos pedagógicos, peças para teatro, entre outras publicações – da intelectual Aglaé d'Ávila Fontes. Esses escritos podem ser reunidos em três grupos. No primeiro grupo são elencados escritos de cunho predominantemente pedagógico, direcionados a alunos e a professores, bem como material específico para formação de arte-educadores. O segundo reúne obras nas quais a Aglaé se destaca como pesquisadora da cultura popular, algumas delas envolvendo estudantes e professores. E o terceiro grupo é marcado pela produção de peças teatrais.

1. Texto produzido a partir de pesquisa de doutorado desenvolvida por Rísia Rodrigues Silva Monteiro, com financiamento de bolsa Capes, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do professor doutor Joaquim Tavares da Conceição. Tese defendida em 2021.

2. Doutora em Educação (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/CNPq/UFS).

3. Doutor em História (UFBA). Professor da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/ CNPq /UFS).

O objeto de análise deste capítulo são os escritos de Aglaé Fontes decorrentes de pesquisas sobre a temática da cultura popular. Nesse grupo foram examinados o artigo “A literatura de cordel e o relacionamento homem/mundo” (1977) e os livros *Brinquedos e brincadeiras do folclore sergipano* (1981) e *Uni-duni-tê* (1984). O artigo foi produzido a partir de pesquisas da autora, e os livros com a participação de alunos do Bolsa Arte⁴ (UFS/Funarte) e de professores do Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação⁵ (Prodiarte), respectivamente.

Além de presença constante nas suas práticas pedagógicas, Aglaé Fontes fez das manifestações folclóricas objetos de suas pesquisas. De acordo com a Carta do Folclore Brasileiro, documento elaborado em 1951⁶ durante o I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro pela Comissão Nacional do Folclore, congregando estudiosos do assunto de todo o país, o folclore:

É o conjunto de criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: **aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade**. Ressaltamos que **entendemos folclore e cultura**

4. Programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), desenvolvido pela Fundação Nacional de Arte (Funarte), em parceria com universidades. O aluno que tivesse seu projeto aprovado nas áreas de música, artes visuais ou artes cênicas, e atendesse aos critérios estabelecidos pelo programa, receberia uma bolsa mensal de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) como suporte para desenvolvimento do seu projeto. Ver mais sobre o assunto em Lima; Souza (2018).

5. O Prodiarte foi criado em 1977 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de promover a inclusão da cultura popular na educação. Por meio de convênios entre órgãos estaduais e universidades, a experiência criadora de professores e alunos deveria ser ampliada com a promoção de encontros com artesãos locais, objetivando a valorização da produção artística junto à comunidade. Com informações do Relatório dos Encontros de Cooperação Técnica Prodiarte/ MEC (1981).

6. A Carta do Folclore Brasileiro foi atualizada em 1995, mantendo as linhas gerais o conteúdo da versão de 1951. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em: 29 mai de 2021.

popular como termos equivalentes, em sintonia com o que preconiza a Unesco. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos (CARTA DO FOLCLORE, Capítulo I, 1951, p. 1 grifo nosso).

A Carta é clara quando conceitua folclore, no entanto deixa lacunas no entendimento sobre a equivalência dos termos “folclore” e “cultura” quando, no seu capítulo III, ao tratar do Ensino e Educação, recomenda “que o conteúdo do folclore e da cultura popular sejam incluídos nos níveis de 1º e 2º graus” (CARTA DO FOLCLORE, 1951, p. 1)⁷, mas não esclarece em que esses termos correspondentes se diferenciam. O Centro Nacional de Folclore e Cultura, instituição pública federal que se ocupa da difusão e fomento de saberes e fazeres populares, também deixa essa lacuna de entendimento a partir da própria denominação.

De Câmara Cascudo vem uma compreensão da relação conceitual feita entre os dois termos: “o folclore é a cultura do popular tornada normativa pela tradição” (CASCUDO, 1988, p. 334). Neste estudo, utilizaremos os dois termos, reproduzindo a compreensão do entrevistado ou autor mencionado, visto que esses entendimentos diferenciados não comprometem o desenvolvimento desta pesquisa.

O antropólogo e folclorista Paulo de Carvalho Neto (1981) compreende que folclore pode ser utilizado na educação como informação e formação. Segundo o intelectual “[...] o objetivo imediato do Folclore como formação não é apresentação do fato pelo fato, mas sim alcançar finalidades éticas, estéticas, mnemônicas, entre outras. Como informação, o folclore é um fim; como formação, é um meio” (CARVALHO NETO, 1981, p. 7). Neste sentido, o folclore é trabalhado por Aglaé Fontes como informação e formação. A defesa da inserção

7. Sobre cultura popular e folclore, ver também Barreto (1994); Arantes (1988), Alencar (1998) e Cavalcanti (2012).

da cultura popular nas escolas, a informação que leva à reflexão e construção do conhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural sergipano permeiam toda a sua obra.

A respeito dessa relação entre educação/escola/cultura popular, o pesquisador Luiz Antônio Barreto (2005) enfatiza o papel da escola como difusora da cultura do povo: “Tudo que é do povo ou por ele é guardado deve ser matéria das escolas [...] O folclore precisa chegar à escola, ser servido a alunos e a professores, e inspirar seus mais exitosos aproveitamentos” (BARRETO, 2005, p. 97).

Literatura de cordel

“A literatura de cordel e o relacionamento homem/mundo” (1977) foi o primeiro artigo de Aglaé Fontes publicado na *Revista Sergipana de Folclore* (RSF), n.º 2, periódico da Comissão Sergipana de Folclore⁸ (CSF), da qual a autora faz parte. No artigo, Aglaé Fontes aborda, a partir de representações de cordelistas, a compreensão e a postura do homem diante do mundo. Após um breve histórico sobre a origem desses trovadores populares, herdeiros dos cantadores do medievo, que teriam surgido entre nós por influência espanhola e portuguesa, a autora trata da materialidade dos folhetos nos quais circulam os versos dos cordelistas, da sua forma poética, geralmente a sextilha, e da comercialização criativa dos cordéis.

Estes folhetos ou livretos, têm geralmente o tamanho típico de 16/11,5 cm. São verdadeiras peças da literatura popular e tradicional e refletem a espontaneidade de seus trovadores. É uma literatura do povo e para o povo. São apresentadas à venda de modo muito especial nas feiras nordestinas, suspensas num cordel. Daí o nome [...]. Hoje, os livretos são vendidos não só suspensos em cordões, mas espalhados em esteiras pelo chão ou em toalhas coloridas de matéria plástica [...]. O vendedor de

8. Mais sobre ao assunto, ver Sales (2018).

cordel, na feira, é um verdadeiro ator. A arena lhe permite entrar em ação, e sua voz chama a atenção dos feirantes que param para apreciar o ‘espetáculo’. Ele decora alguns trechos da estória que vende, e começa a declamar. A plateia fica formada e sempre chamando a atenção ele vai levando a plateia ao ponto culminante da estória. Então, manhosamente, interrompe a narrativa e convida os presentes a comprar o livreto para ficar sabendo o final da estória [...] (ALENCAR, 1977, p. 19).

Para a autora, o cordel revela as condições emocionais de cada povo através dos tempos, projeta seus valores, registra seus costumes e problemas. Ao criticar a pouca importância dada ao cordel e a outras manifestações da cultura popular, muitas vezes esquecidas pela História, Aglaé Fontes recorre ao entendimento do folclorista sergipano João Ribeiro⁹, que considerou a existência de duas faces da História: a que todos veem e está nos livros, e a infra-história, a do povo, que inclui o folclore e que não é valorizada. “Nesta colocação de João Ribeiro podemos encontrar uma das razões pelas quais durante tanto tempo o folclore foi colocado longe do mundo das ciências, parecendo um brinquedo divertido para os que não tinham muito o que fazer” (ALENCAR, 1977, p. 21).

A partir das fontes que consultou, a pesquisadora concluiu que os desafios, estórias de animais, de amor, de religião, de morte, de magia e sorte, de banditismo, de valentia e punição e os fatos locais estão entre os principais assuntos explorados pelos cordelistas do Nordeste. O artigo apresenta ainda algumas características dos versos de cordelistas sergipanos, pernambucanos e paraibanos. Entre os trovadores sergipanos analisados, foram frequentes os temas anedóticos, de amor, os fatos políticos, a pobreza, a miséria e o destino. Já nos versos dos cordelistas de Pernambuco e da Paraíba, predominaram as temáticas que

9. João Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) nasceu em Laranjeiras (SE), foi mestre em História, filólogo, antropólogo e folclorista. Em 1913, realizou conferências sobre folclore na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Tal evento foi considerado a primeira iniciativa de estudos sobre o folclore com bases científicas. Com informações de Ribeiro (1969).

remetem a Deus, à Igreja, à moral e aos santos protetores dos homens, frágeis e sofredores. Aglaé inclui, em seu artigo, o “artesanato da gravura ou xilogravuras”¹⁰, forma de ilustração presente nos cordéis. Com a adoção da xilogravura pelos cordelistas, esse tipo de arte foi mais difundido pelo Nordeste (ALENCAR, 1977).

Brinquedos e brincadeiras

Brinquedos e brincadeiras do folclore sergipano é o título do livro publicado por Aglaé Fontes em 1981, no qual ela apresenta os resultados de pesquisa realizada em bairros de Aracaju sobre os tipos, modos, origens, funções, variações e sentidos de brinquedos e brincadeiras do folclore local. Para a produção do livro, Aglaé Fontes, à época professora do Departamento de Psicologia e Sociologia da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora de cursos do Centro de Cultura e Arte¹¹ (Cultart) da UFS, trabalhou com quatro alunos bolsistas de arte¹² da instituição.

A metodologia empregada na pesquisa priorizou o trabalho de campo e a História Oral. Orientados por Aglaé Fontes, os bolsistas percorreram 11 bairros de Aracaju, principalmente os periféricos, e um do município vizinho, São Cristóvão (SE), fazendo levantamento dos brinquedos e brincadeiras utilizados nesses locais e entrevistando crianças e adultos. A pesquisa e publicação foram viabilizadas a partir de convênio entre a UFS, o Subprojeto Defesa do Folclore e a Fundação Nacional de Arte (Funarte), órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (ALENCAR, 1981). *Brinquedos e brincadeiras do*

10. Xilogravura é uma técnica para produzir gravura em alto-relevo na madeira, para depois reproduzi-la no papel ou em outra superfície. Com informações de Menéndez (2020).

11. O Cultart nasceu como Coordenação de Cultura e Arte. Mais sobre o assunto, ver Lima e Souza (2018).

12. Antonieta Santos, Maria Angélica Costa, Jorge Luiz Trindade e Jairo Andrade. Conforme Alencar (1981).

folclore sergipano possui 35 páginas e seis registros fotográficos em preto e branco. Não há indicativo de tiragem.

A escolha do *locus* da pesquisa deu-se com base no entendimento de que “a carência econômica leva a criança a criar seu próprio material para brincar” (ALENCAR, 1981, p. 11). Assim, bairros periféricos¹³ seriam o campo mais apropriado para encontrar uma representação dos brinquedos e brincadeiras populares da cultura sergipana¹⁴. Mas fabricar o próprio brinquedo não é tarefa que interesse exclusivamente a crianças pobres. A autora lembra que “a maioria das crianças gosta de brincar construtivamente com pregos, martelo, tábua, papel de seda [...], pois a ação do brincar se liga à de criar o brinquedo [...]” (ALENCAR, 1981, p. 8).

Na abordagem sobre a importância dos brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento infantil, a pesquisadora Aglaé Fontes faz referência a Anna Freud, para quem a capacidade de brincar espontaneamente tem relação com a competência de desenvolvimento intelectual da criança, e ao pensamento piagetiano, que “admite o brinquedo como importante na evolução da criança e na sua formação, para chegar a um pensamento mais socializado” (ALENCAR, 1981, p. 7).

E acrescenta Aglaé Fontes:

Brincar é realmente um fator importante, senão essencial na vida humana. Não é uma forma de manter a criança afastada para sossego dos adultos. Mas é uma atividade que desenvolve habilidade e oferece aquisição de conhecimentos. No brinquedo espontâneo com raízes populares esse desenvolvimento das habilidades é mais do que evidente (ALENCAR, 1981, p. 7-8).

13. A pesquisa esteve nos bairros Terra Dura, Soledade, Suíssa, Santa Tereza, Morro do Urubu, América, Siqueira Campos, Mosqueiro, 18 do Forte, Luzia e Rosa Elze (este último no município de São Cristóvão, onde está situada a Universidade Federal de Sergipe).

14. Convém lembrar que a pesquisa foi realizada em 1981, quando os brinquedos eletrônicos, bonecas mais elaboradas e similares não eram tão acessíveis a pessoas de menor poder aquisitivo.

A ficha de levantamento de dados, guia para os pesquisadores em campo que consta no livro, apresenta questões como: identificação do fato folclórico analisado, local, aspecto socioeconômico da região, tipo de organização (familiar, religiosa ou livre), tipo de atividade (individual ou grupal), procedência, características e valor social do fenômeno e análise social (faixa-etária, nível social e escolaridade dos participantes). Os pesquisadores também deveriam trazer descrições pormenorizadas sobre o desenvolvimento e punições estabelecidas nas brincadeiras, músicas, coreografia, data de realização da pesquisa e o responsável pelo levantamento.

Ao ressaltar a presença de brincadeiras e brinquedos na cultura sergipana, a pesquisadora diferencia os dois termos, segundo ela, muitas vezes erroneamente entendidos como sinônimos. Fundamentada nos estudos de Câmara Cascudo, Aglaé Fontes define brinquedo como a materialidade, o instrumento de brincar, a bola, o carro, a boneca; enquanto o termo “brincadeira” ela apresenta como “[...] sinônimo de jogo, divertimento infantil, cantado ou declamado. [...] Tanto as brincadeiras quanto os brinquedos estão presentes no folclore sergipano, como no folclore de todo o mundo” (ALENCAR, 1981, p. 8).

Como resultado da pesquisa, a autora catalogou seis brinquedos populares utilizados por crianças em Aracaju – reboião, boneca de pano, carrinho de lata, pião, peteca de meia e baleadeira – e 12 brincadeiras – manja, cabra-cega, castanha, dedo mendinho, calçadinha do rei, “se esconder”, boca de forno, cipozinho queimado, pinto-galo, bom barqueiro, grilo e “cozinhando”. O livro descreve cada brinquedo, suas principais características, forma de confecção e apresenta seis registros fotográficos. Num deles, a seguir, é exibido um carro construído de forma artesanal.

Figura 1 – Caçamba de lata / Brinquedos e Brincadeiras do Folclore Sergipano (1981)



Fonte: ALENCAR, 1981, p. 16. Foto: Jairo Andrade¹⁵. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Sobre o brinquedo confeccionado por crianças do bairro América, exibido na figura anterior, a autora informa que o carro de lata (no caso, uma caçamba) é um brinquedo de puxar, comum na periferia de baixa renda, feito geralmente por crianças entre sete e 13 anos de idade. Meninas são vistas na foto, embora não participassem na confecção do brinquedo. O carro é produzido a partir de latas cortadas em uma base de madeira, utilizando-se pregos para fixar as tiras da lataria. Os pneus também são de madeira.

Em relação às brincadeiras, a pesquisa detalha o desenvolvimento, as regras, as músicas, as coreografias utilizadas e as punições, quando

15. Jairo Andrade trabalhava como fotógrafo na Universidade Federal de Sergipe quando decidiu cursar Licenciatura em História nessa universidade. Logo se engajou em projetos nos quais pudesse usar seus conhecimentos fotográficos e cinematográficos. São de Jairo Andrade, entre outros registros de atividades de extensão da UFS, imagens em movimento do I Festival de Artes em São Cristóvão em 1972. Com informações de Luiz Carlos de Azevedo Andrade, filho do fotógrafo (2020).

existentes. O gosto da criança pela imitação das coisas e costumes do mundo adulto também é destacado nas brincadeiras populares identificadas na pesquisa.

Figura 2 – Brincadeira do “cozinhando” / *Brinquedos e Brincadeiras do Folclore Sergipano* (1981)



Fonte: ALENCAR, 1981, p. 10. Foto: Jairo Andrade. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Brincando, as crianças reproduzem papéis sociais que observam no dia a dia. No “cozinhando” (Figura 2), elas se apropriam de elementos da realidade, imitam a preparação e o momento do encontro para refeição que, provavelmente, presenciam nas suas casas e na comunidade. Do “cozinhando” participam várias crianças e cada uma traz um ingrediente (carne, verduras, temperos) e panelas, que são os objetos da brincadeira. No interior do estado, a brincadeira do “cozinhando” acontece sempre em dia de feira, que é quando tem carne “fresca”. As crianças escolhem um lugar, umas improvisam um “fogão” com pedra, outras preparam a comida, preferencialmente em panela de barro, varrem o local e arrumam as bonecas e depois comem reunidas, quase sempre carne frita, imitando os adultos (ALENCAR, 1981).

A pesquisa não trata da origem das brincadeiras individualmente, mas relata que a maioria delas apresenta características de brincadeiras portuguesas¹⁶ e que são comuns em Sergipe e no Nordeste de uma maneira geral. O estudo conclui que, no território sergipano, as brincadeiras mais frequentes entre as crianças são as que permitem mais movimentação, o que não auxilia apenas na liberação de energia, mas favorece também a capacidade de improvisação e a criatividade infantil (ALENCAR, 1981).

Uni-duni-tê

O livro *Uni-duni-tê*¹⁷ - *Série Didática - Volume I* (1984) tem formato 21cm x 15,5cm, 23 páginas em preto e branco, a arte da capa em duas cores é de Ronaldo Freitas e há indicação de tiragem de 1.000 exemplares. A obra foi publicada pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Sergipe, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), para o Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação (Prodiarte). Aglaé Fontes foi convidada para participar da produção que objetivava aproximar a cultura da comunidade à escola.

A ideia era identificar, nos municípios sergipanos, práticas culturais populares, “verdadeiras lições de didática retiradas de uma pedagogia mais próxima do aluno” e reverberá-las entre professores, prioritariamente de Educação Artística, atuantes no Prodiarte local. A tomada de consciência da realidade cultural do estado deveria levar “o professor a se tornar um agente da preservação dos bens culturais e a multiplicar suas ações, atingindo as novas gerações” (ALENCAR, 1984, p.

16. Em outros trabalhos, Aglaé Fontes menciona também a influência das culturas africana e indígena nos brinquedos e brincadeiras populares presentes em Sergipe e no Brasil. A peteca e a cama de gato, por exemplo, são de origem indígena. Com informações de Fontes (2020).

17. O nome do livro é uma referência a uma parlenda homônima presente no folclore brasileiro. Na parlenda em questão, as crianças recitam de forma ritmada: Uni-duni-tê; sala-mingüê; um sorvete colorê, o escolhido foi vo-cê. Ver Cascudo (1988).

9-14). O teatro de bonecos foi o tema escolhido para a abordagem do primeiro volume da série didática¹⁸, que seria produzida a partir da investigação de campo realizada por professores.

Agláé Fontes produziu o texto do livro *Uni-duni-tê* a partir dos seus conhecimentos sobre o teatro de bonecos e do trabalho de campo realizado pela equipe do Prodiarte¹⁹ em 1982 e 1983, no município sergipano de Tobias Barreto, que tem nos bordados uma importante atividade artesanal e fonte de renda para boa parte da população local. A equipe chegou até Maria Izabel de Jesus, conhecida como Maria de Verdiana²⁰, à época, a mais velha bonequeira da região de Tobias Barreto. Aos 76 anos de idade, na época, tida como “louca” na cidade, Maria de Verdiana guardava histórias sobre suas “brincadeiras” (ALENCAR, 1984).

A confecção, a manipulação e as apresentações da bonequeira são narradas no livro, que também conta com registros fotográficos e desenhos. Explica Aglaé Fontes que:

Os bonecos da ‘brincadeira’ de D. Maria de Verdiana eram feitos de pano, com enchimento também de pano, mas com um detalhe interessante: possuíam articulações. Braços, pernas, mãos, dedos, tudo era articulado. Representavam figuras do folguedo da região como reisado, chegança, pastoril, dança de São Gonçalo²¹. Estes mais variados personagens, vindos das mais variadas danças eram manipulados de uma maneira muito especial: através de um bastidor de bordar, coisa muito comum na região, utilizando cordões que partiam dos braços, pernas, dedos e

18. José Augusto Barreto Doria, que fez parte do Prodiarte (SE), relatou que equipes do programa também visitavam as escolas, levando informações e, algumas vezes, artistas populares. O resultado das pesquisas realizadas pelos municípios integrava uma espécie de banco de dados do Prodiarte, que podia ser utilizado pelas escolas. Com informações de Doria (2020).

19. A equipe do Prodiarte em Sergipe para a pesquisa de campo em Tobias Barreto foi composta por: Vera Lúcia Machado Sampaio, Uilma Rodrigues de Matos Amazonas e José Augusto Barreto Doria. Com informações de Alencar (1984).

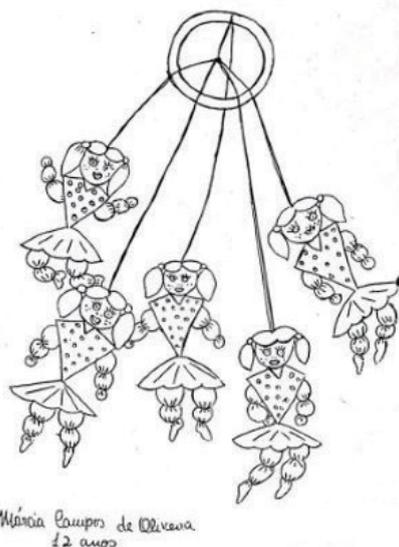
20. No interior do estado de Sergipe não é incomum nomear uma pessoa a partir de sua filiação. Assim, Maria Isabel de Jesus passou a ser conhecida como Maria de Verdiana, nome que faz referência à sua mãe.

21. A respeito desses e outros folguedos e danças folclóricas, ver Alencar (1998).

cabeças dos bonecos, D. Maria os prendia no ‘maior de todos’ de sua mão e assim podia desenvolver a animação nos seus membros. A cabeça dos bonecos ficava presa no bastidor que pela forma circular permitia a colocação de vários bonecos. Dos diversos lados do bastidor vinham cordões que ficavam presos na mão de dona Maria. Ela, por sua vez, tinha consciência perfeita da ligação do cordão ao boneco, podendo assim movimentar o que quisesse (ALENCAR, 1984, p. 15).

Quando uma boneca se movimentava, as demais podiam sacolejar “dançando”. A música e as falas eram da própria bonequeira. No período natalino, Maria de Verdiana seguia pelas casas da cidade, previamente acertadas, fazendo sua apresentação, quase sempre recebendo uns trocados como “agrado”. No discurso das bonecas eram feitos elogios e cobranças a personalidades da região. As crianças, o maior público da brincadeira, acompanhavam o teatro itinerante em festa.

Figura 3 - Bastidor de bordar para manipulação de bonecas, *Uni-duni-tê* / Série Didática Volume I (1984)



Fonte: ALENCAR, 1984, p. 20. Desenho de Márcia Campos de Oliveira, 12 anos. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

A descrição minuciosa das bonecas, do manuseio do bastidor de bordar da bonequeira, funcionando como “palco” nas brincadeiras (figura anterior), e a atuação de dona Maria de Verdiana com o seu teatro de bonecos, no caso, bonecas, denotam o cuidado da pesquisa e publicação com o não apagamento da presença da bonequeira e de sua arte na história da cultura popular sergipana.

Dona Maria de Verdiana quase não falou sobre suas lembranças. As informações foram prestadas pelo seu irmão e por pessoas que outrora acompanharam o teatro da bonequeira. No fim do livro, constam a relação das fontes orais e a ficha-resumo do levantamento feito em campo, descrevendo os dados observados, características, local, data e elemento da pesquisa.

A professora Aglaé Fontes produziu também para o Prodiarte o livro *Uni-duni-tê – Série Didática, Volume II*, sobre a temática Capoeira com o grupo Os Molas, em dezembro de 1984.

Considerações finais

São os conhecimentos a respeito do folclore e/ou cultura popular que a pesquisadora e escritora Aglaé Fontes observou e registrou em seus escritos resultantes de pesquisa de campo. Dos seus escritos, depreende-se o folclore como a parte mais “visível” da cultura popular, que abarca em seu corpo linguagens, costumes, danças, crenças, estórias, entre outros saberes do povo (FONTES, 2016).

No estudo de produções de Aglaé d’Ávila Fontes identifica-se o uso do folclore na educação como uma forma de integrar a cultura da região à vida das pessoas, prática que conduz à valorização das raízes culturais e ao fortalecimento da identidade.

Neste sentido, as crenças, linguagens, saberes e fazeres da cultura popular sergipana são dados a conhecer por meio de seus romances infantojuvenis, estórias infantis, livros concebidos para serem trabalhados em sala de aula, material específico para formação de professores e peças para teatro de atores e de bonecos.

Referências e fontes

- ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. A literatura de Cordel e o relacionamento homem/mundo. **Revista Sergipana de Folclore**, Ano II, n. 2, set. 1977. Publicação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (MEC/DAC/FUNARTE). 1977.
- ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. **Brinquedos e brincadeiras do folclore sergipano**. Universidade Federal de Sergipe. Subprojeto Defesa do Folclore. Fundação Nacional de Arte (Funarte). Ministério da Educação e Cultura (MEC). 1981.
- ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. **Uni-duni-tê**. Volume I. Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Sergipe/Ministério da Educação e Cultura (MEC). Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte na Educação (Prodiarte). 1984.
- ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. **Danças e folguedos: Iniciação ao Folclore Sergipano**. Secretaria e Estado da Educação do Desporto e Lazer. Aracaju (SE), 1998.
- ANDRADE, Luiz Carlos de Azevedo. Entrevista concedida à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020, em Aracaju.
- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é Cultura popular**. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Folclore: Invenção e comunicação**. Aracaju: Tipografia Editorial, 2005.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Um novo entendimento do folclore e outras abordagens culturais**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO (1951). Disponível em: <https://www.fun-daj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.
- CARVALHO NETO, Paulo de. **Folclore e Educação**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1981.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o folclore**. Março 2012. Texto produzido especialmente para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=100. Acesso em: 21 mar. 2021.
- CENTRO NACIONAL DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=1. Acesso em: 18 abr. 2020.
- DORIA, José Augusto Barreto. Entrevista concedida a Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020.

FIGURA 1. Caçamba de lata / Brinquedos e Brincadeiras do Folclore Sergipano (1981). *In*: ALENCAR, 1981, p. 16. Foto: Jairo Andrade. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

FIGURA 2. Brincadeira do “cozinhando” / Brinquedos e Brincadeiras do Folclore Sergipano (1981). *In*: ALENCAR, 1981, p. 10. Foto: Jairo Andrade. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

FIGURA 3. Bastidor de bordar para manipulação de bonecas, *Uni-duni-tê* / Série Didática Volume I (1984). *In*: ALENCAR, 1981, p. 20. Desenho de Márcia Campos de Oliveira, 12 anos. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

FONTES, Aglaé d’Ávila. Diversidade de Práticas Culturais. Nos Caminhos da Cultura Popular. *In*: XLI SIMPÓSIO ENCONTRO CULTURAL DE LARANJEIRAS “**Cultura Popular e Contemporaneidade: Memória, Gestão e Diversidade**”. Laranjeiras (SE), 2016.

FONTES, Aglaé d’Ávila. **Brinquedos Populares**. *Live* conduzida por José Augusto Barreto. 29 maio 2020.

LIMA, Ana Paula Soares; SOUZA, Josefa Eliana. Desdobramentos da extensão universitária na recém-criada Universidade Federal de Sergipe (1968-1980). **Revista Entreideias**, v. 7, n. 1, p. 51-58 jan./jul., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/16991>. Acesso em: 5 set. 2020.

MENENDÉZ, Maria das Graças Costa Souza de. Entrevista concedida a Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020, em Aracaju.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Relatórios dos Encontros de Cooperação Técnica Prodiarte**, Brasília (DF), 1981.

RIBEIRO, João. **O folclore**. Companhia de Defesa do folclore brasileiro/MEC. Rio de Janeiro: Simões Editora, 1969.

SALES, Tatiana Silva. **Intelectuais e “folclore” em Sergipe**: um estudo sobre a Comissão Sergipana de Folclore (1948-1976). 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFS. 2018.

CAPÍTULO 3

ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: DO PAPEL AO METAL

Andréia Bispo dos Santos

INTRODUÇÃO

[...] a missão primária do arquivo universitário é a de preservar a herança documental da instituição, que se amplia uma vez que ele extrapola os limites do campus universitário, com atividades e serviços prestados. Assim tem por missão a gestão de documentos que comporta as duas vocações do arquivo, incidindo sobre os acervos produzidos e recebidos pela instituição [...]. (Bottino, 2014, p. 22)

Iniciamos o trabalho com a reflexão de autoria de Bottino. Nela podemos observar a importância da construção de arquivos universitários, seja ela pública ou privada. Segundo a autora, a missão primária é a preservação documental da instituição, ou seja, devemos olhar para os arquivos como um guardião da memória. Nesse sentido, a criação do Arquivo Central da UFS (AC/UFS) contribuiu para que a história institucional não se perdesse junto aos documentos que se encontravam espalhados na Universidade Federal de Sergipe.

O texto tem como objetivo registrar como se deu a implantação do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe em 17 de dezembro de 1998, ano em que a UFS comemorou os seus trinta anos de existência. Foi um período marcado por comemorações em prol da aniversariante, mas uma celebração chamou atenção da sociedade

sergipana, ou seja, a criação do AC/UFS, que guardaria e preservaria a memória documental da instituição. Já a abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo, além da utilização dos procedimentos documentais e bibliográficos. A metodologia deste estudo está pautada no uso da bibliografia afinada com a discussão, documentos impressos, fotografias e informações obtidas por meio das entrevistas realizadas.

A pesquisa aqui apresentada foi uma das seções da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, intitulada *Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe: Um “Guardião” para a História da Educação – 1998-2016*.

Para melhor compreensão do estudo, faz-se necessário pontuar e esclarecer o que seja arquivo. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (1996), há 4 (quatro) definições sobre o significado de arquivo. Portanto, arquivo pode ser entendido como: 1. Conjunto de **documentos** produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte; 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a **custódia**, o **processamento técnico**, a **conservação** e o **acesso á documentos**; 3. Instalações onde funcionam **arquivos** e, o quarto conceito: Móvel destinado à guarda de **documentos**.

Em consonância com a primeira abordagem – o conceito apresentado por Camargo e Bellotto (1996, p. 5) entende o arquivo como: “Conjunto de documentos que, independente da natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou derivadas” independentes dos suportes.

Ainda na perspectiva acima registrada, temos a Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, que no art. 2º se refere a arquivo como: “Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física,

qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos” (BRASIL, 1991).

Ou seja, o arquivo é um local dentro de uma instituição que tem como dever receber, guardar e cuidar dos documentos de diversos tipos e de variados lugares daquele estabelecimento. Partindo desse conceito, o Arquivo Central guarda em seu prédio a história no formato de documentos de diferentes tipos que são fontes para o campo da História da Educação.

ARQUIVO CENTRAL: O NASCER DE UM GUARDIÃO.

Para contar como se deu o processo de implantação do Arquivo Central/UFS, precisamos nos reportar ao ano de 1993, quando se evidenciou a ação de pessoas preocupadas com a guarda dos documentos históricos e, sobretudo, no que diz respeito à memória da Universidade Federal de Sergipe. A preocupação rodeava algumas pessoas do meio arquivístico do estado de Sergipe. No interior do grupo estava a arquivista Zenilde de Jesus Silva. Sendo do ramo e com experiência, se propôs a elaborar uma proposta para implementação do projeto da instalação do Arquivo Central. A proposta apresentava a necessidade de um arquivo, pois, até aquele momento, as documentações estavam dispersas nos departamentos. Assim, sem um local apropriado e a manutenção correta, aqueles documentos poderiam se perder e com eles a história da Universidade.

Acerca do descaso com a documentação, Silva (1993) discorre que:

No Brasil, a construção de edifícios para arquivos ainda é insuficiente para atender ao volume documental existente, como também a inexistência de equipamentos técnicos adequados. Isto faz com que grande parte desses acervos documentais percam-se através dos anos pela ação dos roedores, insetos, fungos; por calamidades como enchentes, incêndios, pelo excesso de calor, claridade, etc., e principalmente pela ação depredadora do próprio homem que trata o patrimônio documental com total descaso. (SILVA, 1993, p.03).

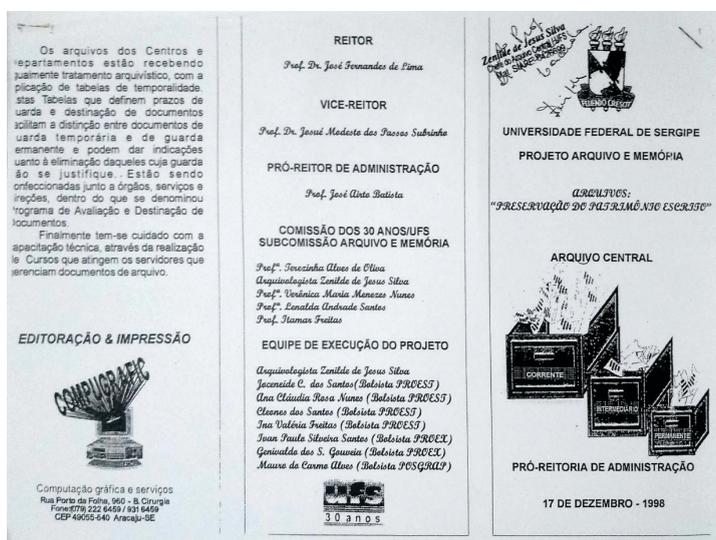
Silva aponta três questões importantes para com a preservação documental. Ela chama a atenção para a construção de arquivos no Brasil, sendo esse um problema para a preservação da memória institucional. Se não tem um local apropriado, muitos documentos se perdem ao longo dos anos. Já a questão dois diz respeito à falta de equipamentos adequados para trabalhar, e, por fim, o descaso do homem com os documentos. Sendo esse um fato corriqueiro, muitos descartam documentos sem nenhuma triagem, sem saber se ele é de guarda permanente ou não.

À luz dessa reflexão, fica evidenciado o descaso com o acervo documental da instituição, precisando que algo fosse feito em prol dessa preservação. Os documentos existentes e que estavam sendo produzidos estavam se perdendo por falta de armazenamento e cuidados adequados. Diante dessa conjuntura, trazemos a fala da arquivista do Arquivo Central, a qual fez parte da Comissão dos 30 anos/ UFS – Arquivo e Memória até a presente data e é presidente do aludido arquivo. Essa intenção surge no ano de 1993, mas o prédio só vai ser construído e dotado de estrutura no ano de 1998, data em que a Universidade estava completando trinta anos.

Em meio ao cenário de preocupação com os documentos existentes na Universidade e com aqueles que viriam a existir, um grupo de professores se fez presente na Comissão dos trinta anos da UFS/ Subcomissão Arquivo e Memória. Entre esse grupo, estavam presentes: Prof^a Terezinha Alves de Oliva, arquivista Zenilde de Jesus Silva, Prof^a Verônica Maria Menezes Nunes, Prof^a Lenalda Andrade Santos, Prof. Itamar Freitas de Oliveira o, então vice-reitor na época, Prof. Josué Modesto dos Passos Subrinho e a Prof^a Beatriz Góis Dantas. No folder lançado no dia da inauguração do AC/UFS, ilustrado na Figura 1, os referidos nomes foram postos como os membros que fizeram parte da Comissão de Criação do Arquivo, porém, um ficou de fora, o nome da professora, antropóloga e pesquisadora Beatriz Góis Dantas.

A Prof^a Beatriz Góis Dantas, de acordo com o professor Josué Modesto dos Passos Subrinho, teve relevante contribuição desde o primeiro projeto que buscava implantar na UFS um Arquivo. A pesquisadora vem contribuindo para organização e preservação dos lugares de memórias do estado de Sergipe. Entre eles destacamos o Arquivo Público do Estado de Sergipe e o Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.

Figura 1: Folder explicativo sobre o Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe



Fonte: Acervo da autora (2016).

É notório que existia uma rede de sociabilidades, ou seja, os professores envolvidos no processo de criação do AC/UFS. Eles pertenciam ao núcleo da Universidade Federal de Sergipe, sendo da gestão ou acadêmica. De acordo com Sirinelli, “todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver” (SIRINELLI, 1996, p. 246). A Universidade Federal de Sergipe se caracteriza como um espaço de sociabilidade para esse grupo. Além do conceito

“rede de sociabilidades”, utilizamos outro, o de “intelectual engajado”. Nesta rede de sociabilidade, percebemos que entre as pessoas envolvidas no processo de implantação do AC/UFS houve engajamento por parte desses intelectuais.

Nesse sentido, podemos recorrer ao autor Sirinelli (1996) ao explicar o que é ser um intelectual engajado:

O campo intelectual está vinculado às relações de poder e aos aspectos ideológicos e afetivos. Assim, quando os indivíduos de um grupo cruzam caminhos aos quais apontam para a existência de regras, oposições e ideologias divergentes, geram um campo de conflito, desencadeando, por vezes, construções (Sirinelli, 1996).

Observa-se que os professores envolvidos no processo de implementação do AC/UFS formaram um grupo de intelectuais engajados, ou seja, trabalharam uma preocupação em torno da massa documental produzida pela instituição de ensino. Mas cabe destacar que nesse processo houve tensões, pois, tomando como base a citação de Sirinelli (1996), o campo intelectual está sujeito a acontecer estremecimentos, porque é um grupo de intelectuais com ideias distintas. Assim, como se verifica em outras universidades, não seria diferente com o grupo envolvido no processo de criação do AC/UFS. Essas divergências tomam relevo nas falas dos fundadores, sobretudo no que diz respeito ao empenho de implantar o Arquivo Central. No entanto, essas discussões se materializaram na construção do Arquivo, registrado na Figura 2.

Figura 2- Lançamento da pedra fundamental do prédio do Arquivo da UFS.



Fonte: Acervo da Prof.^a Beatriz Góis Dantas. A partir da direita: Francisco Weffort (Ministro da Cultura), Marcelo Déda Chagas (Dep. Federal, à época), Luiz Alberto Santos (Prof. de Antropologia), Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Professora Beatriz Góis Dantas, Maria da Conceição Prado (Arquiteta da UFS), Prof., José Fernandes de Lima (Reitor) e um funcionário (curvado). Além de dois homens conversando que não foram identificados. O Prof. Soutelo acredita que eles faziam parte da comitiva do Ministro da Cultura. (1998).

Além da fotografia acima, trazemos a fala da Prof^a Terezinha Alves de Oliva. Em sua narrativa ela descreve como foi esse momento:

[...] isso foi feito para a comemoração dos 30 anos. Nós estivemos, (eu me lembro) juntas, eu e Beatriz e outros professores no lançamento da pedra fundamental do Arquivo Central da UFS. Então, foi feita uma cerimônia, foi enterrada ali na região do prédio do arquivo um jornal da época e uma moeda (Oliva, 2017).

Diante do relato oral da entrevistada, percebe-se a relevância da técnica da história oral, pois, em consonância com a narrativa, encontramos documentos que comprovam tais fatos. Mas a valia do testemunho é grandiosa para a escrita, uma vez que a personagem participou dos fatos mencionados. Nesse contexto a autora Alberti (1990) nos esclarece que:

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*. (Alberti, 1990, p.5; grifado no original).

A Cerimônia do lançamento da Pedra Fundamental ocorreu em 09 de março de 1998, uma data importante para implantação do espaço que abrigaria o Arquivo Central. É perceptível a relevância da construção do Arquivo, sendo possível observar esse valor na Figura 2. Nela, observamos o momento da cerimônia de colocação da pedra fundamental. Prestigiando esse ato, tem-se a presença do Ministro da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correia Weffort (1995-2002), e do saudoso Marcelo Déda Chagas que, naquele momento, atuava como deputado eederal por Sergipe.

O então Reitor da Universidade, José Fernandes de Lima (1996-2004), nos informa que:

[...] Em março de 1998, iniciamos a construção do Arquivo Central. Esse espaço, destinado à guarda da documentação permanente e do gerenciamento do fluxo de documentos, era um sonho de vinte anos na UFS. O Arquivo custou R\$ 115 mil e foi inaugurado em 17 de dezembro. Possui 340 m² de área construída, distribuída em instalações para recepção dos documentos, triagem, descarga, processamento técnico e desinfestação, sala de consulta, espaço para exposições e depósitos dos acervos de documentação convencionais. (UFS/Relatório de gestão, 2000, p 77).

A citação evidencia o valor orçado da obra e a finalidade desse espaço para a comunidade universitária. Diante do exposto pelo Reitor da Universidade, cabe ressaltar que a intenção de se criar um espaço para guardar o acervo documental da instituição estava afinada com

as discussões daquela época. Ainda, em relação à necessidade de se implantar um arquivo na instituição de ensino superior, a presidente do atual AC/UFS, “Dona Zenilde”, como é carinhosamente chamada pelos funcionários do arquivo, nos esclarece no documento intitulado “Plano de Trabalho/ 1999 do Arquivo Central” que:

Após constatar a urgência de se estruturar e organizar os documentos dispersos, deteriorando-se sob teias de aranha, poeira e imundícies com “possibilidades de perdas irreversíveis de documentos tão importantes quanto os que revelam a história da UFS”, a preocupação com “salvar documentos da destruição” foi se avolumando e as necessidades técnicas organizacionais foram evoluindo, culminando com a construção e inauguração do Arquivo Central (UFS/Arquivo Central, 1999, p. 1).

Percebe-se a preocupação em resgatar a memória da UFS por meio de documentos, fotografias, móveis, como mesas do gabinete do reitor, cadeiras e armários, entre outros elementos que remetessem à história da instituição. Em meio a tudo isso, o Arquivo Central emerge como um “guardião de memórias”, ou seja, reunir, em um único espaço, os documentos que estavam espalhados pelos setores da instituição, documentos esses de valor histórico. Castro (2014) nos apresenta uma narrativa complementar. Ele acentua que:

Comprovou-se, assim, a urgência da estruturação da produção documental bem como da construção de um espaço físico para o armazenamento permanente dos documentos e execução de operações técnicas, visando ao processo de sistematização arquivística realizado através de cursos para os servidores com vistas à sensibilização e à conscientização da comunidade universitária. Somente em 1998, com o advento dos seus 30 anos, a UFS elaborou um projeto para a ampliação e a transformação do Centro de Microfilmagem em Arquivo Central. (CASTRO, 2014, p.27).

A citação expressa o contexto pelo qual a Universidade Federal de Sergipe se encontrava nessa época. Havia a necessidade da construção de um local que guardasse e mantivesse a massa documental que a

instituição tinha num local adequado. Lembrando que nesse período a documentação da UFS encontrava-se espalhadas pelos campi, nos arquivos setoriais e/ou em locais que tivessem espaço sobrando para essa guarda. Ressaltamos que as atividades do Centro de Microfilmagem haviam se encerrado no ano de 1995, ficando o prédio com o maquinário e os rolos de filmes microfilmados. Quando a proposta de implantação do AC/UFS foi aprovada em 1997, se construiu um novo prédio anexado ao já existente Centro de Microfilmagem..

Nessa perspectiva, Silva (1999) relata:

Objetivando a implantação e implementação do Sistema de Arquivo da UFS – Projeto/ Arquivo – 30 anos, partimos para a operacionalização das atividades arquivísticas do Gabinete do Reitor, cuja massa documental era composta, caracteristicamente, por documentos textuais. Havia um grande volume de caixas e pastas empilhadas desordenadamente sobre arquivos de madeira até a altura do teto, no setor de informática do Gabinete do Reitor (p. 2).

É notória, em ambas as citações, a preocupação com a documentação existente na UFS e a que estava sendo produzida, precisando de um local apropriado que tivesse a plena guarda. Houve empenho por parte dos fundadores ao aproveitar o momento festivo em prol dos trinta anos da Instituição. Aliado com a necessidade de preservar a memória da Universidade, o desejo de implantar um Arquivo foi efetivado no mesmo ano, tendo como data de inauguração 17 de dezembro de 1998. Este ano foi marcado por grandes celebrações para comemorar os trinta anos da única Universidade pública do Estado de Sergipe. Mas o então vice-reitor da Universidade Federal de Sergipe, no reitorado de José Fernandes de Lima (1996-2000), Josué Modesto dos Passos Subrinho relata como se deu o processo de implantação do Arquivo Central.

[...] Como ter uma abordagem racional, científica, sobre isso era uma das primeiras preocupações nesse sentido. Bom, vamos preservar a memória. É preciso preservar a memória e ter uma política de autopreservação das memórias e das informações. Mas, tem que ter racionalidade, tem que

separar e treinar os gestores de documentos. [...] Quais os documentos que precisam efetivamente de guarda permanente? Tempo de guarda? E, lembrar que na realidade, eu não gosto dessa história que tudo começou aqui, aliás tem muito, eu falei dessa primeira comissão que a Zenilde ... pensando bem tem antecedentes mais remotos, a universidade teve afinal, e, é, se localizava exatamente no prédio ali, onde hoje é o Arquivo Central, um Centro de Microfilmagem, que significa que a Universidade em uma época anterior ainda. [...] Foi um momento circunstancial que digamos assim que, talvez pela minha formação, sou economista, como a minha área de pesquisa é História Econômica e como eu tive, enfim, História Econômica. O pessoal que trabalha História Econômica, tem gente que trabalha mais sobre fontes secundárias, e trabalha mais a parte de método, enfim estimativa econométrica e outros são levados por necessidades ou interesse a procurar fontes, que foi o meu caso que tive que procurar fontes sobre os aspectos econômicos sociais de Sergipe, então eu tive que digamos assim, essa formação um pouco de historiador amador. Fazer um certo mergulho na questão da profissão do historiador; [...] a preservação dos seus documentos e, tratamento adequado. Importante dizer que nessa comissão também teve uma pessoa muito fundamental que foi a professora Beatriz Góis Dantas (Passos Subrinho, 2017).

O professor chama atenção para o ofício do historiador amador, ou seja, como tem formação em economia e suas pesquisas se enveredaram para o campo da História, ele esclarece que é “historiador amador”, isto é, busca cumprir o ofício do historiador reconhecendo que é um economista que faz o esforço de cumprir as normas, as regras, o método recomendado na prática. Em outra fala, o professor Josué discorre que:

Essa Exposição foi muito interessante, ela recuperou documentos e fotos. Ela tinha uma preocupação. Foram feitos relatórios sobre a preservação dos documentos, dos objetos das antigas Faculdades. A professora Beatriz Góis Dantas, foi muito importante, foi também no passado, na década de 1970 diretora do Arquivo Público do Estado, onde ela organizou o arquivo. Então, Beatriz trouxe essa preocupação, bem junto com ela, a professora Terezinha Oliva, Itamar Freitas e toda uma geração de professores preocupados com os arquivos (Passos Subrinho, 2017).

Diante dessas falas, percebe-se que muito antes da data da sua implantação já existia uma preocupação com a guarda documental, não somente por parte da administração do campus, mas de um grupo de professores que se preocupavam com a memória que seria perdida se não houvesse um local apropriado e que nele fossem depositados os documentos já produzidos pela Universidade até aquela data. Mais uma vez, o nome da professora Beatriz Góis Dantas é destacado pelo professor Josué Modesto dos Passos Subrinho. Esse destaque não é por acaso. A participação da intelectual foi crucial para a elaboração dos projetos e implementação do Arquivo Central.

Na Figura 3 podemos observar informações acerca da construção do Arquivo Central. A placa descreve que custaria R\$ 115,227,46 (cento e quinze mil, duzentos e vinte e sete e quarenta e seis centavos) e seria finalizada num prazo de duzentos e dez dias. A construção foi entregue no prazo previsto, sendo inaugurada no dia 17 de dezembro de 1998.

Figura 3 - Placa Informativa sobre a construção do Arquivo Central.



Fonte: Acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (1998).

É perceptível que não houve uma desconstrução do CEMIC, mas, sim, a construção de um prédio que seria indexado ao antigo prédio existente, conforme consta na Figura 4, onde também pode ser

observada a construção do Arquivo ao lado do antigo Centro de Microfilmagem (CEMIC).

Figura 4 – Construção do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe – junho de 1998.



Fonte: Acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.

No dia da inauguração do AC/UFS foi apresentado um folder explicativo e nele podemos encontrar diversas informações pertinentes acerca do Arquivo. Dentre as informações, destacamos os nomes dos personagens envolvidos na elaboração do projeto execução, na organização do Arquivo, na coleta dos documentos que estavam espalhados pela Universidade, sem o devido cuidado, além das pessoas que estavam na gestão da Instituição, as quais tiveram contribuição no que diz respeito aos trâmites legais e financeiros.

Não podemos deixar de fazer uma reflexão acerca dessa implementação, isto é, para pensar este local como guardião, se fez necessário que a então jovem Universidade completasse trinta anos e, assim, houvesse um avivamento a respeito do cuidado que devemos ter com os documentos, pois eles têm valor histórico para a instituição.

A placa de inauguração, que pode ser observada na Figura 5, traz informações relevantes para compreender o cenário administrativo da

época, ou seja, além da data da cerimônia, observamos o nome do então Reitor, José Fernandes de Lima e os demais nomes que faziam parte da administração do campus José Aloísio de Campos, no município de São Cristóvão.

Figura 5 – Placa de Inauguração do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.



Fonte: Acervo da autora (2016).

Diante das nuances apresentadas a respeito da construção do Arquivo Central, inferimos que ele carrega em seu alicerce uma história marcada por lutas e esforços para que ali abrigasse a massa documental produzida pela UFS.

Devemos trazer à lume os trabalhos escritos que utilizaram as fontes coletadas nesse local, sendo esse outro ponto que abordaremos posteriormente. Infelizmente, não poderemos apresentar um demonstrativo dos frequentadores do Arquivo, uma vez que, durante as duas décadas de funcionamento, não se atentaram para o uso de um livro de registro, como existe em outros espaços, a saber: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Público do Estado, Arquivo do Judiciário, dentre outros, com as principais informações do pesquisador. Porém, na caminhada por fontes, conseguimos encontrar trabalhos de

pesquisadores que estudam de forma direta ou indireta a Universidade Federal de Sergipe, e é a partir dos trabalhos que conseguimos demonstrar a preeminência do acervo.

Partindo da premissa da preservação dos documentos para futuras pesquisas, uma preocupação permeia atualmente o Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, pois vinte anos se passaram desde a sua inauguração em 17 de dezembro de 1998. Naquele momento, pensava-se que o ambiente físico construído dava conta de toda massa documental existente, e que a que poderia vir a existir. Desse modo, não buscou ampliar o AC/UFS para continuar recebendo a documentação, que desde então não parou de chegar. Na Figura 6 observamos o Arquivo no ano de 2016.

Figura 06: Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.



Fonte: Acervo da autora (2016)

Ao titular o texto de Arquivo Central: “Do Papel ao Metal”, estávamos dando indícios das transformações ocorridas no AC/ UFS, desde a sua implementação há duas décadas. Ou seja, o ambiente que foi construído para a guarda dos documentos. Atualmente, não comporta o quantitativo de documentos produzidos pela

instituição. Para amenizar esses problemas, foram colocados ao redor do Arquivo Central contêineres para que a documentação ficasse armazenada, porém essa documentação está apenas armazenada sem nenhum cuidado adequado. Sendo assim, percebemos que depois de duas décadas de implantado, se faz necessário sua ampliação, um sistema de arquivo digital, mas salientamos que mesmo tendo uma cópia digital se faz necessário ter em sua guarda permanente a original, pois será uma prevenção para possíveis inconsistências operacionais no sistema, como, por exemplo invasões de *hackers* que podem levar à perda de tudo o que foi copiado, pois isso que até hoje a maneira mais segura de guarda permanente é a do papel, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 07: Documentação no Contêiner.



Fonte: Acervo da autora.

À vista dos apontamentos, arrematamos mais uma vez que, enquanto pesquisadores e historiadores, precisamos ter um olhar criterioso e leitura atenta com os documentos produzidos, pois se não forem preservados e cuidados, chegaremos a um tempo em que a fonte documental será apenas um conto. Nesse tocante, precisamos ter a conscientização de como deve ser feito o descarte correto dos documentos, quando não for de caráter permanente.

CONSIDERAÇÕES: REVENDO A ESCRITA

Tivemos como objetivo registrar como se deu a implantação do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe em 17 de dezembro de 1998 e seu funcionamento até o ano de 2016, mas cabe salientar que o texto aqui apresentado são fragmentos retirados da dissertação anteriormente mencionada. Contudo, o escrito nos mostra como se deu o planejamento e efetivação do Arquivo Central. A concretização do AC/UFS foi e está sendo de grande valia para os pesquisadores em História da Educação, sobretudo no que diz respeito à história da Universidade Federal de Sergipe.

O AC/UFS nasce num momento de expansão da Universidade Federal de Sergipe, quando um grupo de intelectuais preocupados com a preservação da memória institucional se reúne em prol da construção e implantação do Arquivo Central da UFS. Para muitos seria apenas um local de depositar “papéis velhos”, mas para o grupo de intelectuais engajados era o início da guarda permanente dos documentos produzidos pela instituição ao longo de 30 anos. Cabe destacar que inicialmente foi criado para atender à necessidade da administração do *campus*, mas os indivíduos envolvidos no processo de implantação viram além dessa função, ou seja, viram o AC/UFS como um lugar que preservaria a documentação histórica da instituição, além de contribuir com as pesquisas sobre a história da Universidade Federal de Sergipe ou outro tema ligado a História de Sergipe e do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: SONHO OU REALIZA? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 21-32

CASTRO, Edemir Moreira de. **Do Centro de Microfilmagem ao Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Administrativa) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2014.

CAMARGO, Maria de Almeida, BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivísticas**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996.p. 231-269.

FONTES DOCUMENTAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Proposta para elaboração de Projeto de instalação do Arquivo Central da UFS** (Construção e instituição do sistema de arquivo e controle da documentação). São Cristóvão. 1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório de Gestão** (1996-2000). São Cristóvão: Editora UFS, 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. ARQUIVO CENTRAL. **Plano de Trabalho**. São Cristóvão, 1999

FONTES ORAIS

OLIVA, Terezinha Alves de. Entrevista concedida a Andréia Bispo dos Santos, em 22 de agosto de 2017. Residência no bairro Salgado Filho, Aracaju, SE,

SILVA, Zenilde de Jesus. Entrevista concedida a Andréia Bispo dos Santos, em fevereiro de 2017. Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevista concedida a Andréia Bispo dos Santos, em 04 setembro de 2017. Secretaria do Estado da Fazenda, Aracaju, 2017.

“NA ACADEMIA MULHER NÃO ENTRA”: A TRAJETÓRIA DO INGRESSO FEMININO NA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS¹

José Genivaldo Martires

A Academia Sergipana de Letras (ASL), criada em 1929, utilizou-se como modelo a norma regulamentar da Academia Brasileira de Letras (ABL). Seu estatuto foi interpretado de forma restritiva para não permitir o ingresso de mulheres na agremiação literária. Disso resultou o fato de as possibilidades de inserção de mulheres acabarem não prosperando. Quando da fundação da ASL, todos os membros da “A Hora Literária”, entidade que deu origem à ASL, foram automaticamente incluídos na academia, com exceção das mulheres. Nesse sentido, é ilustrativa a exclusão da ASL da professora e jornalista Etelvina Maria Siqueira Alves, membro de “A Hora Literária”, mas que foi segregada da academia, instância de consagração de escritores sergipanos.

Outro caso foi o da advogada e professora Maria Rita Soares². De acordo com Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003), “[...] em

1. Este artigo faz parte da tese *Do Capelo ao Fardão, inserção de professoras na Academia Sergipana de Letras, no século XX*, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição.

2. **Maria Rita Soares de Andrade** nasceu na cidade de Aracaju, em 03 de abril de 1904, estudou no Grupo Escolar General Siqueira de Menezes e no Colégio Atheneu. Em 1923, entrou para a Faculdade de Direito da Bahia, graduou-se em 1926. Professora de Literatura do Atheneu (1931), escritora, criou a *Revista Renovação*, participou ativamente do movimento feminista. Exerceu a advocacia em Sergipe e no Rio de Janeiro, chegando ao posto de primeira Juíza Federal, em 1967. Faleceu em 05 de abril de 1988. Ver Freitas (2003) e Pina (1994).

1931, Maria Rita chegou a ser indicada para Academia pelo acadêmico Passos Cabral³, mas teve o seu nome rejeitado (p.153). Passos Cabral publicou artigo no jornal *A Ordem* e na *Revista Renovação*, também transcrito em ata do sodalício do dia 15 de janeiro de 1931, em que defendia Maria Rita Soares em condições de integrar a academia.

[...] Deixando o cargo que exercia na directoria transacta, deixando Aracaju para os meus interesses e cuidados no Rio de Janeiro, valho-me da actual oportunidade para suggerir aos meus illustres confrades, se não seria de real conveniencia para a Academia a substituição dos membros que se ausentassem definitivamente, passando estes a ser considerados como **membros correspondentes. Caso lograsse accettazione, este meu alvitre, ditado pelo desejo de que prosperem as letras sergipanas, e, na hypothese de que me fosse permitido indicar um nome capaz de honrar essa benemerita instituição, - eu citaria o da dra. Maria Rita Soares de Andrade, que, pondo de parte qualquer eiva de feminismo, é um real valor, uma intelligencia lucida uma actividade inesgotável** (Ata da Academia Sergipana de Letras, 15 de janeiro de 1931) *grifo nosso*.

Observa-se que Passos Cabral pretendia, por conta de sua mudança definitiva para outro estado, permutar para a condição de membro correspondente. Essa pretensão, uma vez aprovada pelos acadêmicos, resultaria da vacância da sua respectiva cadeira. Nesse caso, ele mesmo sugeriu o nome da advogada Maria Rita. Contudo, a mudança de Passos Cabral para a condição de membro correspondente não se efetivou. Nas atas das reuniões da ASL, do ano de 1931, não consta nenhum pedido de renúncia do confrade. Somente em reunião de 5 de julho de 1950 a ata da reunião registra o falecimento de Passos Cabral

3. **João Passos Cabral** nasceu em Aracaju-SE, em 21 de fevereiro de 1900, concluiu o secundário em 1911, no Atheneu Sergipense. Graduou-se em Direito, em 1927, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Jornalista, poeta e professor da Escola Normal Rui Barbosa (Aracaju), exerceu a função de diretor geral dos correios em Aracaju e no Rio de Janeiro. Faleceu em 13 de abril de 1950, na cidade do Rio de Janeiro. Ver: Nascimento (2017).

e o processo de eleição para a sua substituição. Portanto, a renúncia de fato nunca foi formalizada e/ou aceita pela academia.

Outra questão que ocorreu em concomitância a esse fato foram os conflitos que envolveram Maria Rita Soares no concurso para a livre docência da cadeira de Línguas Latinas e Literatura Brasileira do Atheneu Sergipense. Maria Rita foi aprovada com a defesa da tese intitulada *A mulher na literatura*. De acordo com os estudos de Freitas (2003) e Souza (2016), o concurso ocorreu no ano de 1929, mas a posse só foi efetivada em 1931, durante o governo da interventoria de Augusto Maynard. A questão envolveu Maria Rita, o diretor do Atheneu e alguns professores da Congregação desse estabelecimento de ensino. Os insultos envolvendo as disputas em torno do concurso foram parar nos jornais e nos tribunais. Após a sua nomeação e vitória no processo jurídico, Maria Rita Soares escreveu uma carta endereçada a Bertha Lutz, a Carmem Portinho⁴ e a Maria Luíza Bittencourt⁵, lideranças da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)⁶, datada de 31 de maio de 1931, em que afirmava:

[...] Com um concurso feito desde outubro de 1929, eu tinha contra mim o Diretor do Atheneu, O fiscal, o professor Franco Freire⁷, um gen-

4. **Carmem Velasco Portinho** é atural de Corumbá (MT), nasceu em 26 de janeiro de 1903. Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil (RJ). Lecionou no Colégio Pedro II. Durante as décadas de 1920 e 1930 participou ativamente do movimento sufragista brasileiro por intermédio da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Faleceu em 25 de julho de 2001. Ver Schumacher; Brasil (2000).

5. **Maria Luíza Bittencourt** nasceu em Salvador (BA), em 1910. Estudou o secundário no Colégio Pedro II (RJ). Formou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro (1931). Ingressou na FBPF, participando dos movimentos a favor dos direitos da mulher. Na década de 1930 retornou à Bahia e foi eleita a primeira deputada estadual. Faleceu em 2001. Ver Schumacher; Brasil (2000).

6. Instituição criada em 1922, sob a liderança de Bertha Lutz. Tinha por objetivos a luta pelo voto feminino, a instrução da mulher e a defesa das leis trabalhistas femininas. Como estratégias de luta, utilizava-se de artigos nos jornais e de pressão aos Deputados Federais e Senadores. A primeira vitória do movimento ocorreu em 1927, com aprovação de uma lei no Rio Grande do Norte que permitia o voto feminino. Em 1932, foi incluso no código eleitoral o voto das mulheres. Em 1937, o Estado Novo extinguiu a Federação. Ver Schumacher; Brasil (2000).

7. **Manoel Franco Freire** nasceu na cidade de Estância (SE) em 30 de julho de 1896. Realizou os seus estudos na cidade natal e concluiu o secundário no Colégio Tobias Barreto, em

ro de um sogro que o deixou rico, o Doutor Augusto Leite⁸, o melhor cirurgião da família mais poderosa daqui, que estava regendo a minha cadeira, o Doutor Aristides Fontes⁹ e sobre estes o Doutor Carvalho Neto, presidente do Instituto dos Advogados e da Academia Sergipana de Letras, para quem Dr. Augusto guardava a cadeira. Veem? Era uma trupe forte e dinheirosa de homens contra mim, sozinha, pobre e mulher. (ANDRADE, apud Freitas, 2003, p. 167).

No trecho citado fica evidente o grupo de intelectuais sergipanos que estavam direta ou indiretamente envolvidos ou interessados na disputa. Na carta citada, Maria Rita chama atenção para a situação de superioridade econômica dos seus opositores e suas posições de destaques na sociedade sergipana. Por outro lado, essa imagem de “sozinha”, “pobre mulher,” não retratava a realidade. Maria Rita era advogada atuante e editora da *Revista Renovação*, ou seja, também dispunha de capitais econômico, social e cultural, e por isso não estava a sós nessa querela, como ela mesma afirmara na carta supracitada.

Estava entre os nomes que formavam contra ela uma “trupe forte e dinheirosa”: o médico Augusto Leite, que ocupava a cadeira nº 35, e o advogado Carvalho Neto, o titular da cadeira nº 25, que era o presidente da ASL na época. Portanto, caso de fato desejasse integrar a

Aracaju (1916). Foi professor nos estabelecimentos de ensino: Colégio Tobias Barreto, Atheneu Sergipense, Escola Normal e Escola de Comércio Conselheiro Orlando. Exerceu cargos na administração pública, foi membro do Partido Comunista do Brasil em Sergipe. Ver Souza (2011), Souza (2017a).

8. **Augusto César Leite** é natural de Riachuelo (SE). Em Salvador(BA), concluiu o secundário. Graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1909. Retorna a Sergipe desenvolvendo as suas atividades na Medicina e no magistério. Lecionou na Escola de Aprendizes e Artífices e Atheneu Sergipense. Criou o Hospital de Cirurgia (1926). Membro fundador da ASL (1929) e da Faculdade de Medicina de Sergipe (1961). Faleceu em 09 de fevereiro de 1978, na cidade de Aracaju (SE). Ver Nascimento (2017).

9. **Aristides Silveira Fontes** nasceu em 26 de março de 1881, na cidade de Aracaju (SE). Concluiu o ensino secundário em sua cidade natal. Em 1904 gradou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Além das atividades da medicina, exerceu o magistério no Atheneu Sergipense e o mandato de deputado estadual. Faleceu em 29 de dezembro de 1954, na cidade de Aracaju. Ver Guarani (1925).

ASL, provavelmente enfrentaria resistência ou no mínimo constrangimentos por conta da disputa em torno do concurso e que acabava por envolver a rede dos intelectuais da academia.

De fato, a professora Núbia Marques foi a primeira mulher a ser eleita na ASL, no ano de 1977. Porém, a sua luta para adentrar ao sodalício foi anterior a essa data. Ela participou de dois processos eleitorais em 1976 que não lograram êxito em razão da interpretação dos acadêmicos alegando que mulheres não podiam integrar a agremiação.

A primeira tentativa de Núbia Marques em participar do processo eleitoral na ASL ocorreu em 1976, com o falecimento do imortal Epiphânio Dória, em 08 de junho desse mesmo ano, ocupante da cadeira nº 40¹⁰. Reportagens e colunas publicadas no *Jornal da Cidade* e na *Gazeta de Sergipe* durante o mês de julho de 1976 revelam esse processo. Essas matérias jornalísticas noticiavam o interesse de Núbia em candidatar-se à referida vaga na academia:

Abertas as inscrições para a vaga deixada com a morte do pesquisador Epiphânio Dória, três nomes foram aventados para ocupar a sua cadeira na Academia Sergipana de Letras. Ainda com poucas atividades, e embora já possuindo alguma tradição e uma boa biblioteca particular e intercâmbio com muitas congêneres no país, inclusive com a Academia Brasileira de Letras, a Academia local despertou atualmente o interesse de três candidatos. Antes, já dobrara o desinteresse do irrequieto jornalista Orlando Dantas, que já faz parte do seu quadro. Agora, dobrou o quase isolamento do jornalista, escritor e advogado **Ariosvaldo Figueiredo**, informando que já é possuidor de uma boa parte de votos, inclusive do jornalista Orlando Dantas e também dos acadêmicos José Augusto Garcez, Jorge Oliveira e Severino Uchoa. Os outros dois que já informaram que se candidatarão são a professora e poetisa **Núbia Marques (que quer quebrar o tabu que mulher não entra em Academia)** e do professor **Nunes Mendonça**. Mas nada foi informado ainda sobre inscrições

10. A cadeira nº 40 da ASL tem como patrono o professor Baltazar de Araújo Góes e fundador Epiphânio da Fonseca Dória. Ver Nascimento (2017).

oficiais, tendo o acadêmico José Augusto Garcez garantido que quanto a Ariovaldo Figueiredo, ele é candidato mesmo, com inscrição já encaminhada (Jornal da Cidade, 06 de julho de 1976, p.03). *grifo nosso.*

Nessa reportagem, o *Jornal da Cidade* apresenta o jogo de disputa no campo da intelectualidade sergipana, bem como as redes que foram constituídas para a eleição de um(a) novo(a) acadêmico(a). Para a vaga da cadeira nº 40, havia a especulação de três nomes: o advogado Ariosvaldo Figueiredo¹¹, a professora Núbia Marques e o professor Nunes Mendonça¹². Ainda segundo o jornal, Ariosvaldo Figueiredo contava com uma boa parte das manifestações de votos dos acadêmicos; e dos três nomes indicados na matéria, foi o único a formalizar a inscrição no processo eleitoral da ASL.

A decisão sobre o processo eleitoral na ASL para ocupar a vaga de Epiphânio Dória ocorreu na reunião do sodalício em 07 de agosto de 1976. Nessa seção, ficou decidida a manutenção da tradição, ou seja, interpretar o estatuto no sentido de impedir o acesso de mulheres à ASL. Para os acadêmicos, o ingresso de mulheres só seria possível com a reforma do estatuto. Esta decisão suscitou uma série de protestos por parte da professora Núbia Marques, evidenciando na matéria do *Jornal da Cidade*, edição de 10 de agosto de 1976, o seguinte: “Afirmou Núbia, o que mais lhe contrariou foi o fato dos membros da Academia terem recorrido à tradição como explicação

11. **Ariosvaldo Figueiredo** nasceu em 28 de novembro de 1923, na cidade de Malhador-SE. Durante as décadas de 1930 e 1940, estudou no Colégio Tobias Barreto e no Colégio Estadual de Sergipe (Atheneu Sergipense), respectivamente. Graduiu-se em Engenharia Agrônoma pela UFBA (1948) e Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe (1961). Exerceu atividades no jornalismo, magistério e advocacia. Faleceu em 16 de abril de 2008. Ver Nascimento (2017).

12. **José Antônio Nunes Mendonça** é natural da cidade de Itabaiana-SE, nasceu em 15 de dezembro de 1923. Mudou-se para Aracaju e concluiu o secundário no Colégio Estadual de Sergipe. Em 1940 participou de um curso sobre Sociologia com Florentino Meneses. Foi pesquisador do INEP, na década de 1950; funcionário da administração pública; professor do Instituto Rui Barbosa (1955); deputado estadual, pelo PTB, no período de 1951 a 1954. Faleceu em 15 de junho de 1983, em Vila Velha- ES. Ver Souza (2003).

das suas atitudes, absurdas e irrealistas [...]” (p.7). Além de protestar contra o argumento da tradição e seguir os ditames da ABL, Núbia informou que o impedimento de candidatura feminina era inconstitucional e um desrespeito aos direitos humanos; bem como manifestou sua disposição de candidatar-se sempre que houvesse vaga na ASL.

No entanto, essa decisão não foi unânime e provocou o debate entre os acadêmicos acerca da temática. A esse respeito, o acadêmico Jorge Neto¹³ iniciou um movimento na defesa do ingresso de mulheres no Sodalício. Em conversa com o confrade Alencar Filho, ele afirmou:

A comissão para estudar a reforma dos estatutos já está sendo formada, sou eu, Clodoaldo Alencar e Severino Uchoa. O nosso pensamento é unânime, a respeito da entrada da mulher na Academia. E o movimento de renovação é indispensável. Este também é o pensamento de Cabral, Antônio Garcia, Walter Cardoso. Precisamos sangue novo na Academia (Filho, 1977, p.25).

Jorge Neto, que foi o principal articulador da candidatura de Núbia Marques, demonstrou o estabelecimento de um grupo de intelectuais que pretendiam, por intermédio da entrada de mulheres na ASL, criar um ambiente renovado, com novos membros e novos pensamentos. Esse grupo de intelectuais capitaneado por ele pode-se caracterizar como imortais mais novos, não em relação à idade cronológica, mas em consonância com o ingresso de mulheres na ASL, mais favoráveis à aceitação de medidas renovadoras para a academia. O grupo

13. **Jorge Neto** é natural de Aracaju/SE, nasceu em 1914. Formou-se em Engenharia na Escola Politécnica da Bahia (1936). Exerceu a profissão do magistério na Escola de Engenharia Elétrica da Bahia, Escola Técnica Federal de Sergipe e Universidade Federal de Sergipe. Tomou posse na ASL em 24 de outubro de 1961, ocupando a cadeira nº 20, e faleceu em 1980, na cidade de Aracaju/SE Ver Nascimento (2017).

majoritário, na época, eram os antigos confrades, atrelados a uma concepção androcêntrica para o sodalício.

Os componentes dessa nova ala na ASL fizeram parte de movimentos culturais sergipanos entre as décadas de 1960 e 1970, a exemplo do Clube Sergipano da Poesia (CESPO), criado por Antônio Garcia Filho (1960), caracterizado como “[...] uma sociedade civil de caráter literário e que tinha por objetivo promover a divulgação, o estudo e o debate da poesia” (Silva, 2012, p. 68). Nesse movimento e em instâncias de órgãos estatais – Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH) e Conselho Estadual de Cultura – estava inserida a professora Núbia Marques. Eram espaços de sociabilidades da intelectualidade sergipana que garantiam visibilidade e fortalecimento do capital cultural para o credenciamento junto aos acadêmicos da ASL. Dessa rede participavam, além da professora Núbia Marques, suas colegas Carmelita Pinto Fontes e Gizelda Santana Moraes.

Outras repercussões ocorreram, principalmente em materiais publicadas no *Jornal da Cidade*, na edição do dia 10 de agosto de 1976.

Figura 7- Clube do Bolinha –Coluna de João de Barros no Jornal da Cidade

João de Barros

Clube do Bolinha (menina não entra)

Triste situação a da nossa Academia de Letras. Sí -
bado passado, todos os seus "patriarcais" considera-
dos (pelo menos pelos estatutos da "A.S.L.") "imor-
tais", reuniram-se para decidir um fato decidido:
mulher, pode ou não pode entrar para a Academia?
Passem senhores, o resultado foi o seguinte: seis
votos a favor e doze contra. Até hoje ainda não en-
tendi, o que é que os senhores "imortais" têm con-
tra a figura feminina. Depois de tantas experiên-
cias vividas pelos anos afora, eles ainda continuam
contra a mulher (será que eles são casados? ou têm
filhas?).

Detalhe dos mais importantes já foi lembrado por
vários colegas da imprensa, e aqui eu volto a lem-
brar. Nossa Constituição determina (e nós brasi-
leiros temos a obrigação de respeitar), que é crime
a discriminação de SEXO, cor, religião, etc. A lei
dos Direitos Humanos, também tem a mesma opin-
ião. E por que será que os senhores acadêmicos, con-
tinuam intransigentes, expurgando a mulher daquela
organização, indo de encontro inclusive com os sa-
grados direitos do nosso País?

Entre aqueles que pretendem pleitear a posse da ca-
deira de número quarenta, anteriormente ocupada
pelo saudoso Epifânio Dória, encontra-se a profes-
sora Núbia Marques, que depois da determinação
dos "radicais", fica fora da competição. E as cente-
nas de poesias feitas por esta mulher? e os livros
publicados, com referências elogiosas da crítica

especializada, que ela levou a lume de impressão?
e a sua contribuição emprestada ao desenvolvi-
mento da cultura, das letras e das artes em nosso
Estado? será que nada disso conta?

Então é norma da Academia Sergipana de Letras,
desdenhar toda uma bagagem literária, apenas por-
que a assinatura de propriedade dessa bagagem, é
de uma mulher? Pobre Academia...

Num tempo de pesquisas. Num tempo de total in-
tegração. Num tempo onde a meta de todos é o
desenvolvimento. Numa época em que já se domi-
na o espaço sideral. Numa época de descobertas

e estudos. Numa época de completa evolução, os
nossos intocáveis acadêmicos insistem em contin-
uar vagando nas trevas de um comportamento inex-
plicável, sem razão de ser, dando um atestado de
medo da competição feminina e de total desinfor-
mação de tudo aquilo que acontece ao seu redor.
Então nesta vida, é crime ser mulher (segundo a
palavra final dos "imortais"). Negar um direito ad-
quirido, por um simples preconceito de sexo, inclu-
sive quando se sabe que o próprio regimento era
omisso ante esta decisão, é sem dúvida alguma uma
atitude lamentável.

Quando fui comunicado da triste tomada de posi-
ção daqueles que recebem vênias pela capacidade in-
tellectual garantida pela história, fui tomado de
uma grande dúvida : ou estou sonhando numa di-
mensão errada, ou os nossos "imortais" faleceram.

Fonte: Jornal da Cidade, 10 de agosto de 1976

O jornalista João de Barros¹⁴, "colunista social" desse jornal e uma personagem muito bem relacionada na alta sociedade sergipana da época, publicou sua insatisfação com a proibição de ingresso de mulher na academia e ressaltou as qualificações da professora Núbia Marques para integrar a agremiação.

14. **João de Menezes Barros Filho** - conhecido como Barrinhos, nasceu na cidade de Aracaju, em 13 de janeiro de 1949. Estudou no Colégio Jackson de Figueiredo e na Escola Técnica do Comércio. Foi fundador da Associação Sergipana de Cultura (ASC), em 1966. Trabalhou no setor bancário, em órgãos do governo e se notabilizou na carreira jornalística. Faleceu em Aracaju, no dia 05 de janeiro de 2001. Ver Santos (2004).

Na matéria anterior, o colunista reporta-se à reunião do dia 07 de agosto de 1976 e critica a discriminação às mulheres diante da proibição delas integrarem a academia. Para ele, a interpretação da constituição brasileira e os direitos humanos – embora o Brasil estivesse vivendo em um estado de exceção e de desrespeito desses direitos – eram impeditivos para essa conduta discriminatória com as mulheres por parte da maioria dos acadêmicos. Somando-se a isso, João de Barros enxergava um descompasso desse impedimento com as transformações sociais e culturais propensas à igualdade entre os sexos. E, sobretudo, ressaltou a desconsideração dos imortais em levarem em conta a produção literária de Núbia Marques e a contribuição dela para a cultura sergipana, relacionadas com os estudos e participações em órgãos culturais do estado. Ou seja, a candidata apresentava um capital cultural relevante para adentrar esse espaço. Por tudo isso, para ele ficava marcada a desaprovação da professora Núbia Marques pelo simples fato de ser uma mulher.

Assim, foi grande a repercussão nos jornais sobre o insucesso da primeira tentativa de Núbia Marques em disputar uma vaga na ASL. Quais os principais argumentos que foram contra e a favor desse pleito? Contra a entrada das mulheres na academia pronunciou-se a ala dos mais antigos, a qual defendia a permanência da tradição; ou seja, a vinculação da ASL aos mesmos critérios de escolha de acadêmicos utilizados pela Academia Brasileira de Letras (ABL), o que resultava na segregação das mulheres da agremiação. Sobre esse aspecto, como já foi possível indicar no quadro 12, essa tradição não era seguida pela maioria das academias sediadas em estados brasileiros. A favor ficou a ala dos mais novos, capitaneada pelo Acadêmico Jorge Neto.

No dia 14 de outubro de 1976, o *Jornal da Cidade* publicou a manchete “Mulher vai tentar novamente entrar na Academia”, em que noticiava a inscrição de Núbia Marques para a vaga da cadeira nº 11,

que pertencera ao acadêmico José da Silva Ribeiro Filho¹⁵. Essa foi a segunda tentativa da professora. Entretanto, na edição do dia 19 de outubro de 1976, na coluna de João de Barros, com o título “Até que ponto um poeta é imortal”, relata a impugnação à candidatura de Núbia Marques, apontando alguns motivos, a saber:

Quando da última reunião da Academia Sergipana de Letras, segundo NÚBIA, duas coisas são fundamentais e merecem comentários: a primeira delas, foi **a afirmativa da nossa Academia, dizendo se espelhar pelos métodos da Academia Brasileira de Letras, que também não aceitava mulheres no ser rol de “imortais”**. Mas agora, há dias passados, **os noticiários de todo o país anunciaram a boa nova: A Academia Brasileira de Letras, pronuncio-se a favor da presença feminina na casa de Machado de Assis. E agora? Que desculpa arranjará a Academia Sergipana de Letras?**

A segunda coisa a ser registrada, é que a dita reunião, se propunha a discutir e finalmente decidir se a mulher entraria ou não na Academia. **Como se sabe, o acesso feminino foi rejeitado, mas o que muita gente não sabe, é que vários votos que provocaram a queda da mulher, foram dados por pessoas que não estavam presentes à aludida reunião, que se propunha a estudar o problema.** Ora, se os respeitáveis acadêmicos não estavam presentes, não participaram dos debates, como poderiam votar? Ao que supõe, que juridicamente esta votação não tem valor (Jornal da Cidade, 19 de outubro de 1976, p.9) - *Grifo nosso*.

De acordo com a matéria jornalística, a segunda tentativa de Núbia para compor o quadro de imortais da ASL foi negada em razão de ser mulher, apesar de a Academia Brasileira de Letras, cujo padrão era seguindo pela ASL, já ter eleito a escritora Rachel de Queirós, em 14

15. **José da Silva Ribeiro Filho** é natural de Aracaju-SE, nasceu em 15 de janeiro de 1907, filho do Coronel José da Silva Ribeiro e de D. Maria Eugênia de Matos Ribeiro. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1935); foi juiz do trabalho; escreveu para diversos jornais; foi professor e fundador da Faculdade de Direito de Sergipe. Na ASL ocupou a cadeira nº 11, em 1951. Faleceu em Aracaju no dia 10 de setembro de 1976. Ver Nascimento (2017).

de outubro de 1976. Ou seja, na contramão dos debates em âmbito nacional, a candidatura de uma mulher foi rejeitada pela ASL.

O outro fator explícito na coluna diz respeito aos votos enviados pelos acadêmicos que não compareceram à reunião, representando uma articulação do presidente, Severino Uchoa, demonstrando que a sua rede de sociabilidade prevaleceu nessa votação com a eleição de Wagner da Silva Ribeiro¹⁶ para a cadeira nº 11. Eleito para a sucessão do seu pai, o imortal José da Silva Ribeiro Filho.

Ainda sobre a matéria do *Jornal da Cidade* do dia de 19 de outubro de 1976, o colunista João de Barros citou nomes de intelectuais femininas que também faziam jus a adentar na ASL:

Ao olharmos em volta e destacarmos verdadeiros expoentes intelectuais do nosso mundo feminino, a exemplo não só de NÚBIA MARQUES, mas de BEATRIZ GÓIS DANTAS¹⁷, CARMELITA PINTO FONTES, MARIA DA GLÓRIA MONTEIRO, GIZELDA MORAES, MARIA THETIS NUNES, e tantas outras, não temos outra alternativa a não ser ficar do lado das mulheres, ombro a ombro nessa luta necessária, pela conscientização dos nossos respeitáveis “imortais”, que por certo resultará na liberação da entrada de mulheres na até então enclausurada Academia Sergipana de Letras (Jornal da Cidade, 19 de outubro de 1976, p.09).

Observa-se na seleção de mulheres com condições para o ingresso na ASL, segundo o jornalista, serem todas elas professoras,

16. **Wagner da Silva Ribeiro** nasceu na cidade de Ilhéus/BA, em 1944, filho de José da Silva Ribeiro. Formou-se em Direito (1966) pela Faculdade de Direito de Sergipe. Exerceu atividades de docência na Escola Normal, Escola técnica de Comércio e na Universidade Federal de Sergipe. Foi funcionário do Tribunal Regional do Trabalho. Faleceu em 02 de janeiro de 2017, na cidade de Aracaju/SE. Ver Nascimento (2017).

17. **Beatriz Góis Dantas** nasceu na cidade de Lagarto-SE, em 21 de setembro de 1941. Estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Aracaju-SE). Graduou-se em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1963. Fez mestrado na Unicamp em 1982. A partir de 1966 começou a lecionar na FACFS, em 1986 foi incorporada à Universidade Federal de Sergipe e aposentou-se em 1991. Imortal da Academia Lagartense de Letras, cadeira de nº 14. Tomou posse em 19 de abril de 2013. Ver <http://allsergipe.com>. Acesso em: 29 maio 2019.

antecipando, na sua análise, uma relação de intelectuais que foram eleitas posteriormente para a ASL, como foi o caso de Carmelita Pinto Fontes, Gizelda Moraes, Maria Thétis Nunes. Mulheres que eram detentoras de capital escolar e cultural, agregavam postos no magistério secundário e/ou universitário e participavam de instituições ou instâncias da vida literária sergipana; instâncias de consagração ou de autolegitimação. Assim, conseguiram o reconhecimento dos seus pares intelectuais e ultrapassaram os limites androcêntricos da academia.

O ingresso da professora Núbia Marques na ASL ocorreu em 1977 com a morte do poeta Clodoaldo de Alencar,¹⁸ ocupante da cadeira nº 34. A mudança de atitude dos membros da ASL em relação à entrada de mulheres na agremiação foi fruto do impacto ocasionado pela pressão de um grupo de acadêmicos liderados por Jorge Neto e pela eleição de Rachel de Queirós, em 1977, para a Academia Brasileira de Letras. A justificativa de que seguia o modelo da ABL serviu para uma nova interpretação ao estatuto da agremiação, permitindo candidaturas de mulheres, como ocorrera na ABL. O pleito ocorreu no dia 05 de dezembro de 1977, e a posse efetuou-se no dia 17 de março de 1978, data comemorativa da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju.

Nesse sentido, a professora Núbia Marques conseguiu, além do capital cultural de que dispunha no momento de sua eleição para a ASL, arregimentar um amplo capital social viabilizado por meio de rede de sociabilidade que incluía o apoio de imortais da ala de novos da ASL. Essa rede foi construída em espaços de sociabilidades, a exemplo do Clube Sergipano da Poesia, Movimento Cultural de Sergipe,

18. **Clodoaldo de Alencar** nasceu em Quixadá – CE, em 02 de agosto de 1903. Realizou os seus primeiros estudos e o secundário na cidade natal e Fortaleza, respectivamente. No Rio de Janeiro teve experiências no Jornalismo. No início da década de 1920, a convite do governador Gracho Cardoso, estabeleceu-se em Sergipe, desempenhando funções na promotoria pública. Adentrou na ASL em 03 de dezembro de 1953, ocupando a cadeira nº 34. Faleceu em Aracaju no dia 09 de agosto de 1977. Ver Nascimento (2017).

Sociedade de Cultura Artística, Departamento de Patrimônio Histórico, Conselho Estadual de Cultura e, principalmente, o exercício do magistério na Universidade Federal de Sergipe.

Referências e fontes

ATA DA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS, 15 de janeiro de 1931.

FILHO, C. de A. **As intemporais**. Aracaju/SE, IGASA, 1977.

FREITAS, A. G. B. **Educação, Trabalho e Ação Política**: sergipanas no início do século XX. Orientadora: Zeila de Brito Fabri Demartini. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2003

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 06 de julho de 1976, p. 3, 5. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

JORNAL DA CIDADE, 10 de agosto de 1976, p.1, 3,7 e 9. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

JORNAL DA CIDADE, 19 de outubro de 1976, p. 9. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

NASCIMENTO, J. A. **Perfis Acadêmicos**. Aracaju/SE: Edise, 2017.

PINA, M. L. M. **A mulher na história**. Aracaju/SE: FUNDESE, 1994.

SANTOS, O. **Oxente!** Essa é a minha gente. Aracaju/SE: Editora ÓS, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, P. de S. N. **Antonio Garcia Filho (1941-1999)**: um intelectual engajado. Orientadora: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, UNIT, Aracaju/SE, 2012.

SOUZA, J. E. **Nunes Mendonça**: um escolonovista sergipano. São Cristóvão/SE: Editora da UFS; Aracaju/SE: Fundação Oviêdo Teixeira, 2003

SOUZA, S. C. S. **Uma História da disciplina matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da reforma de Francisco Campos (1938-1943)**. Orientadora: Eva Maria Siqueira Alves. 2011. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão/SE, 2011.

SOUZA, S. C. S. **“Habilitado” ou “inhabilitado”**: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). Orientadora: Eva Maria Siqueira

Alves. 2016. 398 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão/SE, 2016.

SOUZA, R. C. de. **“Mestra na essência da palavra”**: trajetória docente de Ofenísia Soares Freire (1941-1966). Orientador: Joaquim Tavares da Conceição. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão/SE, 2017.

CAPÍTULO 5

O GINÁSIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE SOB O OLHAR MEMORIALÍSTICO DE EX-ALUNOS (1960-1968)

Joelza de Oliveira Santos

INTRODUÇÃO

As reflexões trazidas neste capítulo consistem em apresentar que ao recorrer à abordagem metodológica da História Oral, na pesquisa de mestrado intitulada *Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)*, foi possível conhecer, por meio das narrativas memorialísticas, a história de uma instituição educativa, que se destacou no âmbito do ensino sergipano e que permanece nas lembranças de seus ex-alunos até os dias atuais.

Desta maneira, constituiu-se num estudo acerca da trajetória escolar e cultural, vivenciada ao longo de suas carreiras escolares, visando à disponibilização das narrativas dos agentes históricos como meio de reconstruir e ressignificar a história do referido ginásio e ampliando o universo das fontes, que de outro modo não seria possível, visto que por meio das entrevistas pudemos conhecer a visão de mundo de um grupo social que consegue narrar a história da qual é pertencente. Por meio da história oral, como uma fonte diferenciada, foi possível levantar acontecimentos guardados na memória dos ex-alunos que

permitem uma melhor compreensão da história em torno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

A história oral¹ se expandiu a partir de 1990 no Brasil, ampliando as possibilidades de consulta e estendendo os interesses do método para variados temas de pesquisa. Em 1994 foi fundada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), abrindo espaço para escutar as vozes historicamente silenciadas, ignoradas ou esquecidas sobre os acontecimentos do passado, possibilitando um entendimento mais amplo da realidade e de como os fatos foram historicamente construídos. Segundo Meihy:

Ainda que seja aceito o inevitável - que história oral não seja solução para tudo - sabe-se que ela é, pelo menos, uma janela que deixa ventilar o ar puro do “tempo presente” e que sem ela não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria da vida coletiva com base em saber rigoroso e comprometido (Meihy, 2006, p. 194).

Conforme Gatti (2006, p. 33), “novas tendências aparecem nos trabalhos apresentados em diferentes congressos”. Sendo assim, ao buscar aporte na História Oral, esta investigação pretendeu analisar por intermédio das memórias dos estudantes egressos e os aspectos socioculturais de um determinado grupo social, de modo que a compreensão e informações ultrapassassem os limites do viés positivista contido nos documentos oficiais.

Por fim, ao priorizar as fontes orais foi possível revelar, a partir de múltiplos olhares, a trajetória escolar e o perfil de alunos que estudavam no Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe no período de 1960 a 1968. No decorrer da investigação ficou

1. De acordo com Meihy e Holanda (2015), a história oral foi criada em 1948 como uma técnica moderna de documentação histórica, quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana. Iniciou no Brasil a partir da década de 70, por meio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado à Fundação Getúlio Vargas.

demonstrado que, por meio dos relatos, as vivências cotidianas iam sendo suscitadas nas memórias dos ex-alunos e, conseqüentemente, revelando a história do colégio.

No tocante ao percurso da pesquisa, a História Oral Temática² neste estudo foi utilizada como técnica, pois articulou as entrevistas com outros documentos, buscando um maior aprofundamento do tema investigado. Pretendeu-se que tal estratégia “[...] busque a versão de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma variável que seja discutível ou contestatória [...]” (Meihy; Ribeiro, 2011, p. 89). Pautadas nos procedimentos da História Oral, as entrevistas realizadas permitiram:

[...] recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc. O acesso aos pormenores das escolas, nos permite adentrar em sua caixa preta, ou seja, conhecer as particularidades do seu dia a dia, a cultura escolar que se constituiu ao longo de sua trajetória (Alberti, 2013, p. 30).

No que se refere ao conceito de memória, Michael Pollak (1992) trouxe grande contribuição para este estudo, nos possibilitando entender que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. Bosi (1994) também contribuiu sobremaneira ao evocar a memória dos velhos, destacando a importância de se valorizar no mundo social as experiências vivenciadas pelas pessoas mais velhas, as quais trazem uma riqueza e diversidade desconhecidas, capazes de serem compreendidas por quem não as viveu, humanizando o presente.

2. Para Meihy (2015), existe três gêneros distintos em história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Para o autor, no caso da história oral temática, contudo, a existência de um foco central que justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta, e conduz a possíveis maiores objetividades.

Neste sentido, “[...] abrir a caixa preta da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular [...]” (Julia, 2001, p. 13) nos permite uma visão mais ampla dos fatos, lançando um olhar mais aprofundado em torno do espaço escolar do Ginásio de Aplicação (G.A.) e da cultura ali socialmente construída, isto é, o produto das vivências apreendidas no período de sua fundação.

Segundo Bourdieu (2002), a partir do conceito de capital cultural, o modo de aquisição do conhecimento acumulado leva em consideração a estrutura de classes sociais e a influência da família na carreira escolar de seus filhos. Um grupo ou estrato social pode manter sua posição social por meio da educação escolar, em razão da origem familiar. Isso porque, de acordo com este autor,

[...] o sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural [...]; cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar [...] (Bourdieu, 2002, p. 41).

Pautada em Meihy (2011, 2015), as entrevistas foram consideradas como frutos da participação e respeito mútuo do entrevistador e entrevistado, cabendo às partes envolvidas uma postura profissional nessa fase de coleta de dados tão fundamental para o estudo, devendo estar pautada numa relação de troca, de um modo de ver o mundo, a partir de uma visão mais reflexiva.

Ao eger as fontes orais como principal fonte de conhecimento e metodológica sobre o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, foi necessário levar em consideração alguns aspectos, no sentido de situar melhor o desafio proposto na investigação, tais como: no que consiste a História Oral e quais são os seus

procedimentos; os tipos de fontes históricas; como proceder durante e após as entrevistas; quem seriam os prováveis colaboradores; conhecer a origem dos ginásios de aplicação; como outros pesquisadores estão abordando e problematizando os procedimentos metodológicos da história oral e sobre os ginásios de aplicação, tanto a nível nacional, como local, com o intuito de nortear o estudo.

Sendo assim, a fim de maiores esclarecimentos, foi de suma importância conhecer *in loco* o projeto de pesquisa denominado “Percepções da realidade”: Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995)³, que tem como objetivo, conforme Conceição (2018), a produção de fontes orais para compor o ‘banco de histórias’ do Cemdap em formato audiovisual, por meio da coleta de memórias de estudantes egressos, com a finalidade de preservar a memória institucional e produzir novas compreensões acerca das configurações do colégio, pois foi possível constatar na prática como se desenvolvia o projeto de pesquisa denominado “Percepções da realidade” – Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995).

No Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), situado no Colégio de Aplicação da UFS (Codap), também foi possível ter acesso ao acervo documental do ginásio de aplicação, às fontes orais já coletadas, objetivando ampliar os embasamentos sobre o estudo, como também perceber que a iniciativa do projeto é de grande contribuição para a História da Educação sergipana, porque contribui para a preservação do patrimônio histórico e cultural institucional, possibilitando que o público em geral e pesquisadores tenham acesso às informações sobre a memória do Colégio de Aplicação da UFS.

3. Projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição. Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED).

A construção da pesquisa resultou na utilização de oito entrevistas que compõem parte da documentação produzida no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), mais oito realizadas pela autora desta investigação. Aliada, também, à consulta de outras fontes, junto ao Arquivo Escolar do Colégio de Aplicação, ao Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe e à coleta de informações no jornal *A Cruzada*. Este periódico circulou no período da pesquisa, o qual, como órgão da Igreja Católica, costumava publicar notícias relacionadas às ações e instituições da Igreja e também sobre o Ginásio de Aplicação. O encontramos disponível no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe, na versão digital, compondo os acervos de jornais sergipanos do período de 1871 a 2004.

E quanto à operacionalização da pesquisa sob os fundamentos legais, foi providenciado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando os direitos dos participantes por intermédio do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, mediante a Plataforma Brasil⁴, tendo em vista que se trata de uma pesquisa que envolve seres humanos.

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIAS

De acordo com Martires (2016), os Colégios de Aplicação foram instituídos no Brasil a partir de 1940, sob a influência do pensamento de John Dewey e nos moldes observados no *Teachers College* americano e no Instituto J. J. Rousseau, de Genebra. Para Valdamarin (2016), os *Teachers College* foram instituições reconhecidas pela excelência em pesquisa educacional e experimentação de novos métodos de ensino fundamentados na Escola Nova, corrente pedagógica em que a

4. A Plataforma Brasil consiste num sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

aprendizagem se dá a partir da experiência individual e concreta entre o sujeito e o objeto, conferindo-lhe, assim, o reconhecimento de excelência pedagógica.

[...] a alta qualificação do corpo docente do *Teachers College* certamente contribuiu [...] à manutenção de um padrão de excelência [...] entre os princípios norteadores da escola estavam a procedência social dos alunos, cujos valores culturais e morais eram comuns aos da instituição; os cuidados com o corpo e com a saúde, o cultivo do pensamento, da expressão e do ponto de vista ético (Valdemarin, 2016, p. 59-60).

Os ginásios de aplicação foram criados por força do Decreto nº 9.053/46, de 12 de março de 1946, que concebeu a criação de um ginásio de aplicação atrelado às Faculdades de Filosofia do país, tendo a característica de servir como campo de estágio acadêmico e experimentação pedagógica.

O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe⁵ foi fundado em 30 de junho de 1959, contudo, passou a funcionar efetivamente em 1960, com a primeira série do curso ginásial, primeiro ciclo do ensino secundário, compreendendo os quatro anos iniciais, tendo como pré-requisito na matrícula a idade mínima de 11 anos, o pagamento de mensalidade, exceto para o aluno reconhecidamente pobre, mediante a aprovação no exame de admissão (CEM-DAP, 1959).

Em 30 de dezembro de 1965, por ato da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Aracaju, foi autorizado a oferecer o segundo ciclo do ensino secundário (curso colegial), passando a ser denominado Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe,

5. De acordo com Oliveira (2013), a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi fundada em 1950, situada nas instalações do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde passou a funcionar provisoriamente em 1951 e tendo como objetivo principal a formação de professores para atuarem no ensino secundário e normal. E a partir de 1959, já sediada em prédio próprio, localizado na rua Campos, nº 177, em Aracaju/SE, passou a funcionar o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe no turno da tarde.

atualmente denominado Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Codap). (CEMDAP, 1992).

Trazer à tona e registrar as memórias dos estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968) permitiu analisar os fatos historicamente vivenciados pelas gerações anteriores de forma mais aprofundada. Por meio dos relatos foi possível contextualizar os acontecimentos, de tal forma que as documentações oficiais não revelam, demonstrando como se configurava as interações cotidianas daquele determinado grupo social, cujas memórias estariam suscetíveis ao esquecimento.

Vimos numa camisa do uniforme escolar, guardada e zelada durante 59 anos, por uma ex-aluna da primeira turma do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Eliana Andrade Porto, o sentimento de pertencimento vivo. Mesmo com o decorrer dos anos, as recordações da época de estudante não foram apagadas de suas memórias. Ao evocar os tempos do ginásio, a ex-aluna lembra-se da camiseta, isto é, a farda representa lembranças da época de estudante. O costume de assinar na camisa da farda escolar ao final do ano letivo configurava-se numa prática de reprodução cultural, pois representava uma forma de eternizar um momento de suas vidas, da trajetória escolar, cada assinatura trazia à tona as identidades dos colegas nela registradas.

Nesta perspectiva, a ex-aluna Rosa Maria Viana de Bragança Garcez destacou a importância de dar visibilidade à memória, isto é, propagar as experiências vividas no passado como meio de conhecimento:

primeiro teve um trabalho anterior que foi de Martha Suzana, um livro dos anos dourados do Colégio de Aplicação. A nossa turma foi privilegiada porque se propagou, através do nosso ex-professor de Matemática, Antônio Freitas. Aí começou depois com outros alunos da pós-graduação, como o caso de Joelza, e aí veio e culminou com essa entrevista sobre o Ginásio ou Colégio de Aplicação, que para mim é um presente. Segundo a gente sabe, isso vai ficar registrado, isso é memória. Em algum

momento, seja por minha fala ou pelos outros que ainda venham, é uma memória viva do colégio e quero que isso se perpetue porque o que a gente vê hoje como professora universitária, você pergunta alguma coisa aos alunos e eles não têm lembranças, o que representou para ele o colégio onde estudou ou o colega (Garcez, 2018).

A ginásiana Rosa Maria Viana de Bragança Garcez enfatizou, ao fazer uso da memória e da oralidade, que aquilo que não é dito não é conhecido e se perde no tempo. A partir da rememoração do passado surgem muitas informações importantes que ajudam a compreender o contexto em que se vive. Pollak pontuou que:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 5).

A respeito da procedência familiar e das marcas pessoais relatadas pelos ginásianos no conjunto das entrevistas, a entrevistada Tânia Maria Sarmiento Melo diz que “era um padrão de classe média para alta porque eu acho que quase todos vieram de colégios particulares e que também na época fizeram o primário em escola particular” (Melo, 2019).

Percebeu-se, a partir das profissões dos pais dos estudantes egressos do G.A., uma estreita relação da família, oriunda de uma parcela da população de estratos sociais mais elevados, com a carreira escolar dos estudantes, “[...] o capital escolar e a profissão que, por sua vez, é determinada, em parte, pelo capital escolar e, ao mesmo tempo, por outros fatores mais bem dissimulados, tais como sexo ou capital cultural e social herdado” (Bourdieu, 2007, p. 99).

De acordo com as narrativas dos ex-alunos, havia uma grande preocupação dos pais em manter seus filhos em um colégio de qualidade, com o intuito de que eles obtivessem um bom desempenho escolar,

portanto, tal influência consistia numa maneira de manutenção das estruturas econômicas e sociais. Neste sentido, o conceito de classes remete aos “conjuntos de agentes situados em condições homogêneas de existência [...] além de possuírem um conjunto de propriedades comuns [...] a posse de bens ou poderes [...]” (Bourdieu, 2007, p. 97).

Desta forma, a origem social dos estudantes egressos do G.A. era propícia para que estes ascendessem socialmente, pois se constata que o perfil econômico e a atenção das famílias com a educação de seus filhos favoreceram para que os ex-ginásianos tivessem êxito na escola, sendo assim, reproduzindo a identidade social daquela clientela que o G.A. atendeu naquele período e que corroborou para sua distinção no âmbito social.

Os mecanismos para o processo seletivo por intermédio do exame de admissão contribuía para que apenas um grupo seletivo de alunos adentrasse a instituição, pois se priorizava o conhecimento trazido pelos discentes, avaliado por meio de uma prova de conhecimentos, que eram obtidos nas melhores escolas particulares da cidade. Desta forma, o aluno que não tivesse uma boa bagagem cultural ficava excluído, legitimando a reprodução de uma elite cultural no cenário educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos trilhados na pesquisa permitiram constatar que as vivências escolares foram primordiais para a construção da identidade em torno do colégio, visto que o sentimento de pertencimento permanece latente nas recordações dos ex-alunos. Ao trazer à tona as memórias dos ex-alunos, permitiu-se ampliar a leitura sobre a realidade, pois mediante as narrativas foi possível identificar a cultura escolar construída ao longo dos anos em torno daquela instituição de ensino. As memórias trazidas pelos ex-alunos mostraram que o que destacou o ginásio das demais escolas da época foi o trabalho sério desenvolvido por profissionais bem qualificados no cenário educacional sergipano, e que, deste modo, os resultados não poderiam ser diferentes.

Vale ressaltar ainda que o processo seletivo para ingressar no colégio caracterizava-se como um divisor classificatório, visto que era executado mediante a realização de uma prova de conhecimentos para disputar um número de vagas restritas, gerando uma elevada concorrência entre os participantes.

Constatou-se que os alunos aprovados no exame admissional eram provenientes das melhores escolas do estado e de uma origem familiar de estratos sociais mais elevados, filhos de advogados, médicos, funcionários públicos e empresários. Sendo assim, a herança cultural favoreceu para que as gerações mais novas permanecessem em posições sociais semelhantes às de seus pais, e por isso as famílias apostavam numa educação de alto padrão como um meio de garantir a apropriação dos saberes necessários para não perder prestígio social.

No que diz respeito ao perfil dos discentes, outro aspecto que foi identificado por meio das memórias dos ex-alunos, e que evidenciou a posição social dos estudantes, foi o fato de que a maioria deles residia nas proximidades do colégio, considerada uma região bem valorizada pelo mercado imobiliário da cidade, bem centralizada e onde residiam famílias com maior poder aquisitivo.

Logo, ao fazer uso dos pressupostos metodológicos da História Oral Temática, foi possível identificar aspectos da cultura escolar e cultura material do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, preservando a memória de uma instituição de ensino que até os dias atuais desenvolve atividades pedagógicas e contribui para o avanço da educação sergipana.

Referências e fontes

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Decreto Lei nº 9.053/46 de 12 de março de 1946. **Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País**. Disponível em: <http://https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Documentos da Fundação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe**, 1959. (pacotilha 94).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Caderno de Memórias 25 Anos (1967-1992)**: Jubileu de Prata, 1992. (pacotilha 22).

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; MONTEIRO, Rísia Rodrigues Silva; MELO, Rafaela Cravo de. Produção de documentação oral e preservação da memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico- Educativo**, v. 4, p. 379-395, 2018.

GARCEZ, Rosa Maria Viana de Bragança. **Projeto “Percepções da realidade”**. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Entrevistadora: Aristela Arestides Lima. São Cristóvão/SE, 22/08/2018.

GATTI, Bernadete A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, set.-dez., 2006, p. 25-35. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: SBHE/Editora Autores Associados, n. 1, p. 9- 44, 2001.

MARTIRES, José Genivaldo. **Flagrando a vida**: trajetória de Lígia Pina - professora, literata e acadêmica (1925-2014). 2016. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**. São Paulo, n. 155, 2 sem/ 2006. p. 191-203.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MELO, Tânia Maria Sarmiento. Entrevistadora: Joelza de Oliveira Santos. Aracaju/SE, 16/05/2019.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **A formação do professor de História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe**: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962). Editora UFS, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3- 15, 1989.

PORTO, Eliana Andrade. Entrevistadora: Joelza de Oliveira Santos. Aracaju/SE, 13/05/2019.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Modelos para a formação de professores nas páginas do Teachers College Record (1900-1921). **Hist. Educ. [Online]**, Porto Alegre v. 20 n. 48 Jan./abr., 2016, p. 55-73.

CAPÍTULO 6

DOSSIÊS DE ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS: MATERIAL CULTURAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO

*Anne Emilie Souza de Almeida Cabral
Sayonara do Espírito Santo Almeida*

CULTURA ESCOLAR, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO

Durante os anos 90 do século XX, brasileiros começaram a realizar estudos focados na perspectiva da História Cultural e muitos historiadores da educação cambiaram para pesquisas que analisavam o interior da escola, o seu funcionamento e as práticas pedagógicas e culturais que eram desenvolvidas naquele espaço.

Diversos pesquisadores (as) como Rosa de Fátima Souza (1999) Diana Vidal (2000), Marta Maria Chagas de Carvalho (2000), dentre outros, focaram os seus estudos no que concerne a cultura escolar. A concepção de cultura escolar tem sido discutida por diferentes teóricos, como destaca Diana Vidal (2006), a qual discorre sobre as diversas contribuições dos intelectuais que abordaram sobre o tema:

O surgimento da categoria cultura escolar ofereceu visibilidade a estas operações, pela sensibilização para análise do conjunto de normas e práticas vigentes na instituição como propõe Dominique Júlia (2001); pela atenção à produção de corporeidades, por meio da frequência a espaços e tempo escolares; como destaca Antônio Viñao Frago (1995); pelo reconhecimento da existência de culturas da escola, nomeadamente empírico-prática dos docentes, normativa da administração e científica da universidade como alerta Augustín Escolano Benito (2004); pelo destaque à

capacidade da escola de produzir uma cultura específica, singular e original como assevera Chervel (1998) ou, ainda, pela possibilidade de perceber que culturas de diversos grupos sociais convivem no interior da escola como lembra Zeila Demartini (2004) (Vidal, 2006, p. 157).

Sobre as normas a qual se refere Vidal (2006), poderemos frisar a legislação que estabelece direcionamentos para a instituição escola; no que concerne as práticas, elas podem ser compreendidas ao analisar o cotidiano, o qual pode ser averiguado nos diários de classe, em imagens, relatos orais etc; os espaços escolares também servem de fontes em que o historiador poderá se debruçar para compreender como a instituição escolar se organizava.¹

Viñao Frago (1995) amplia o conceito de cultura escolar para comentar que não existe uma cultura específica de escolas, mas diferentes tipos de cultura escolar, ou seja, cada instituição tem o seu modo de agir e possui as suas práticas específicas. Escolano Benito (2004) deixa claro que há diferença entre cultura escolar e cultura acadêmica, cada uma possui as suas particularidades. Chervel (1990), ao discutir sobre disciplina escolar, discorre que os sujeitos da escola produzem cultura e conhecimentos, contrapondo com as ideias de transposição didática de Chavellard. Além disso, Zélia Demartini (2004) acrescenta que dentro do ambiente escolar existem culturas específicas devido a existência de diversos grupos sociais.

Diante desses diferentes significados de cultura escolar, compreende-se que as instituições escolares possuem regras e práticas próprias em que os sujeitos de diferentes concepções estão em um mesmo local produzindo cultura. Na produção dessa cultura eles utilizam de

1. Diversos são os trabalhos que abordam sobre a arquitetura escolar um dos intelectuais que estudam a arquitetura escolar no Brasil é Marcus Levy Albino Bencostta. No artigo publicado na obra *Culturas escolares e práticas educativas: itinerários históricos*, intitulado *Arquitetura Escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894- 1926)*, ele comenta sobre a história de dois arquitetos os quais influenciaram na construção de edifícios escolares.

instrumentos que estão inseridos na cultura material escolar e produzem diferentes tipos de documentos.

Ao adentrar nos estudos sobre a história da Educação, alguns pesquisadores se viram com uma problemática, que era o acesso as fontes educacionais. Muitos dos arquivos eram desorganizados, o que dificultava o acesso à informação dos documentos históricos. Diante disso, iniciou-se um movimento dos estudiosos da História da Educação no intuito de salvaguardar os documentos e toda a cultura material escolar presente nas instituições educativas.

Reunir manuais escolares, mobiliário e material de ensino, documentos escritos manuscritos e impressos, em instituições escolares ou em espaços criados para a guarda e a difusão da cultura escolar, representa o início de tantos projetos acadêmicos, que trazem o envolvimento de investigadores e grupos comprometidos com a preservação da memória e da cultura que a sustenta. (Menezes, 2017, p.11)

Ao passo que tentavam salvaguardar os objetos, mencionados na citação anterior, e documentos educacionais, uma nova perspectiva sobre o acervo escolar foi sendo construída. Verificaram-se as riquezas de informações presentes nos artefatos escolares, o que possibilitou em não os conceber como simples documento, mas como um Patrimônio Histórico Educativo, compreendido por Viñao Frago (2011) por:

[...] el patrimonio es algo valioso que se hereda o construye; al mismo tiempo es algo que se considera propio en el sentido de que forma parte de aquello de lo cual se es propietario. En otras palabras, no es algo estático, dado de una vez por todas e invariable, precisamente porque exige la conciencia o sentimiento de que nos pertenece, de que ese algo es de algún modo valioso y de que, por tanto, precisa ser conservado y protegido. Si la noción de patrimonio la aplicamos no a un individuo o persona sino a un grupo social, familia, asociación, corporación, empresa, Estado o grupo basado en vínculos religiosos, ideológicos, lingüísticos o culturales, resulta evidente que uno de los requisitos para que algo se entienda que es patrimonio de un determinado grupo es la conciencia, entre sus

componentes, de que forma parte del mismo. Un requisito completado con el hecho de dicho grupo considere que ese algo debe ser preservado; es decir, convertirse en lugar de memoria y en el que depositar la memoria, en algo a recordar y que nos haga recordar. (Viñao Frago, 2011, p. 34)

Os historiadores da educação perceberam que o acervo escolar é importante para a preservação da memória da instituição. Sobre a memória cabe ressaltar que esse conceito nos leva a entender primeiramente que a memória está atrelada às nossas condições físicas e biológicas e que aquilo que memorizamos possui uma relação com a capacidade que o ser humano tem em atualizar ou ignorar determinadas informações. (Le Goff, 2003)

Aquilo que é armazenado na nossa memória dependerá das escolhas do próprio sujeito. Por outro lado, Le Goff (2003) nos alerta que existem outros tipos de armazenamentos da memória. Como exemplos desses tipos de armazenamento podemos citar a própria escrita, o álbum de fotografia, as instituições de memórias (museus, arquivos, bibliotecas, etc.) e as datas comemorativas.

As instituições de memória estão sendo um meio que muitos pesquisadores vêm utilizando para salvaguardar e preservar a cultura material escolar. Centros de memórias e museus escolares estão sendo criados como um espaço de memória, em que diversos elementos que compõe o contexto escolar são inseridos e organizados.

Tendo por base algumas convicções que se aproximam das considerações de Felgueiras (2005), acredita-se que:

Inventariar, estudar e preservar são os primeiros passos na criação de uma identidade dos contextos escolares. O patrimônio educativo coopera com o resgate da herança educativa das escolas, contribuindo para a criação de uma “identidade dos contextos escolares (Felgueiras, 2005, p. 43).

Foi o caso do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Cemdap). Através das ações do professor Dr. Joaquim Tavares da Conceição

foram desenvolvidos trabalhos² de salvaguarda documental da cultura material presente no colégio, os quais não tinham um trabalho de preservação.

O Colégio Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, fundado no ano de 1959, teve como finalidade servir de campo de estágio para que os estudantes de licenciatura desenvolvessem suas práticas pedagógicas. Nessa instituição havia um acervo o qual não possuía nenhum tratamento arquivística. Atualmente, o Cemdap está fazendo um trabalho de organização dessa massa documental com o objetivo de construir um instrumento de pesquisa para as pessoas que tenham interesse de conhecer a história da instituição.

OS DOSSIÊS DE ESTUDANTES COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO

Os dossiês estudantis, fontes basilares na elaboração desse estudo, correspondem a uma coleção de documentos individuais onde estão registradas as atividades desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua vida escolar. Produzidos pela própria instituição educativa, os dossiês oferecem diversas informações sobre a história e funcionamento de uma instituição e seus sujeitos. Portanto, são documentos relevantes nas pesquisas acadêmicas, sendo fontes inesgotáveis para os historiadores e um patrimônio histórico-educativo essencial a serem preservados.

À imbricada relação dos dossiês estudantis como documento, fonte e patrimônio histórico-educativo, cabe algumas discussões importantes: o que é o dossiê como documento para Arquivologia? De que forma o historiador percebe o dossiê como documento? Por que os dossiês se constituem como patrimônio histórico-educativo?

Com vistas a responder as indagações mencionadas no parágrafo anterior, utilizou-se o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) para a compreensão de documento de forma geral. Por outro lado,

2. Conceição (2016; 2018).

os argumentos de Prost (2017) fundamentaram a concepção de documento para o historiador. E, no que tange ao patrimônio cultural, pautou-se na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Por fim, chega-se às discussões recentes sobre o que os pesquisadores da História da Educação debatem em torno do patrimônio histórico-educativo.

Assim, por documento, o dicionário de terminologia arquivística entende que é toda informação registrada num suporte material (Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996) decorrente das atividades administrativas e pedagógicas de uma instituição, seja ela pública ou privada. Deste modo, tudo que foi produzido como resultado de certa atividade dentro de uma instituição faz parte de um conjunto de mesma proveniência, que, no momento adequado, é encaminhado para o arquivo.

Um dos documentos presentes no acervo do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS são os dossiês de estudantes que correspondem a uma coleção de documentos individuais onde estão registradas as atividades desenvolvidas pelos (as) alunos (as) ao longo de sua vida escolar. Ao verificar a documentação dos dossiês de estudantes, nota-se que a “tipologia documental” era bastante diversificada, apresentando documentos com conteúdos e finalidades distintas.

A este respeito, Prost (2012) argumenta, “[...] a história comporta dois momentos: em primeiro lugar, conhecer os fatos, em seguida, explicá-los, concatená-los em uma exposição coerente [...]” (Prost, 2012, p. 53). Analisando os dossiês de forma individual, obteve-se o quadro 1:

Quadro 1 - **Tipologia documental dos dossiês de estudantes (1969-1981)**

Nº	Tipologia Documental dos dossiês estudantis do C.A. (1969-1981)	
1	Documentos pessoais	Certidão de Nascimento
2	Documentos de Admissão	Certificado exame de admissão, Folha de Solicitação e Confirmação de Matrícula, Guias de Transferência, Declaração de servidores públicos.
3	Documentação de Acompanhamento	Atestados médicos, dispensa de prática esportiva, convite para os pais comparecerem a escola, comunicado de suspensão de estudantes, solicitação de atualização de nome.
4	Documentação de aproveitamento dos Estudos	Boletins, Folha de Característicos ou ficha individual.
5	Documentação de saída	Histórico escolar, Solicitação de transferência, Certificados do Curso Ginásial e Colegial, Certificado de conclusão do 1º e 2º graus.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS e de COSTA (2013).

Cada folha presente nos dossiês de estudantes, apresentada no quadro 1, oferece dados como a naturalidade, endereço residencial, profissão/ocupação dos pais, notas, frequência escolar, ano de entrada e saída dos estudantes, nomes de diretores, equipe pedagógica e administrativa etc.

A análise, sob a perspectiva histórica aliada a conceitos da arquivologia como formato, suporte, função e conteúdo do documento, revela algumas informações que podem ser obtidas para uso em pesquisas na História da Educação, a saber: o rendimento escolar dos (as) alunos (as), disciplinas escolares vigentes, organização do ensino, quantitativo de indivíduos que apresentaram maior índice de aprovação e/ ou reprovação, instituições escolares predominantes no cenário educacional de uma dada localidade, formas de ingresso do alunado em uma instituição educativa, genealogia do discente etc.

Os dossiês de estudantes também direcionam o olhar do pesquisador para outras fontes, as quais podem colaborar no entendimento dos dados encontrados nos dossiês de estudantes, como: legislações educacionais, regimentos internos da escola, relatórios, atas de exames e de reunião de professores, resoluções, correspondências etc.

É necessário atentar-se que o patrimônio não é só um bem em si, mas o uso que aquele bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado (Lopis, 2017, p. 12).

Diante do exposto, é necessário compreender a importância de preservar e conservar a documentação produzida pelas instituições escolares, as quais se constituem como repositórios de informações relacionadas à sua história, seu funcionamento juntamente com seus atores, registros administrativos e pedagógicos, permitindo um entendimento sobre seu processo de ensino, a cultura escolar e, conseqüentemente, a História da Instituição.

A devolução do patrimônio para uma sociedade necessita da contribuição de todos, pois a eficiência e a legitimação da preservação do patrimônio público é medida pela participação dos indivíduos. Nesse contexto, a educação patrimonial se mostra certamente necessária – ou um caminho muito possível e recorrente – para a efetivação desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese a Lei nº 4.024/61 ter exigido das instituições escolares a manutenção de um arquivo visando a assegurar a regularidade e autenticidade da vida escolar dos estudantes (BRASIL, 1961, Art. 16), nota-se que, até hoje, o arquivo muitas vezes não é bem-visto, nem dado a importância que se deveria, tornando-se massas documentais acumuladas e sem critérios de organização, sendo considerados ambientes à margem da vida institucional, locais escusos, desprovidos de funções importantes e conhedidamente denominados por “arquivo morto”.

Os dossiês dos estudantes, além de ser um documento de prova de que os sujeitos utilizam para demonstrar a sua formação, também podem ser considerados como fonte, e isso dependerá do olhar do historiador. Por isso, dada a relevância dessa tipologia documental, torna-se prudente uma organização sistemática em que os preceitos, os métodos e as normas da Arquivologia sejam preconizados para que haja um melhor acesso à informação.

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: **Brasil 500 anos** : tópicos em história da educação[S.l.: s.n.], 2000

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Centro de Pesquisa Documentação e Memória no Espaço Escolar e possibilidades para o Ensino de História. **Instrumento**: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora, v. 18. n. 2, jul./dez. 2016.

CONCEIÇÃO, Joaquim, MONTEIRO, Rísia Rodrigues Silva e MELO, Rafaela Cravo de. Produção de Documentação Oral e Preservação da Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. **Revista Iberoamericana P**

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; MONTEIRO, Rísia Rodrigues Silva.; MELO, Rafaela Cravo de. Produção de documentação oral e preservação da memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. **RIDPHE_R** Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 379–395, 2018.

COSTA, Thisara de Almeida. **Análise Tipológica Documental em uma Universidade Brasileira**. 65 fl. Monografia de Especialização. Programa de Pós-Graduação Especialização à Distância em Gestão em Arquivos. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

CHERVEL, A. . História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, p. 177-229, 1990.

DEMARTINI, Z. **Culturas escolares**: algumas questões para a História da Educação. In: FERREIRA, A. Escolas, Culturas e identidades. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkin, 2004. Democratização, organização e acesso ao conhecimento. Rio de Janeiro: ABIA, 2003.

FELGUEIRAS, M. L. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **IREvista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 1 [25], p. 67-90, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIDAL, D. G. Apresentação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2 [10], p. 71-73, 10 fev. 2005.

VIDAL, Diana G; BICCAS, Marilene. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970) :Cultura e práticas escolares. In: **Educação e Reforma**: O Rio de Janeiro nos anos de 1920-1930. Belo Horizonte: Argvment, 2006. p. 131-152.

VIÑAO, ANTONIO. Memoria, Patrimonio y Educación. **Revista História da Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 31-62, jna./abr. 2011.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: Warde, M. J. (org). Contemporaneidade e Educação. **Temas de História da Educação**, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, 2000.

CAPÍTULO 7

VESTÍGIOS DA POLÍTICA DE LÍNGUA FRANCESA NO BRASIL E EM SERGIPE

Ricardo Costa dos Santos

A propaganda cultural francesa nasce, em 1883, com a criação da Aliança Francesa/AF. Dois anos após ser fundada, ela instalou sua primeira associação no Rio de Janeiro, o que mostra a receptividade do Brasil com tudo que vinha da França (PEREIRA, 2014, p. 58). No entanto, no século XX, sobretudo, após a II Guerra, a França adotou uma nova postura para a política do francês, criando instituições de cooperação. Em 1923, por exemplo, com base no artigo 4 do Decreto de 31 de julho de 1920, relativo à constituição das universidades na França, foi fundado, por meio da iniciativa de Georges Dumas, em parceria com as universidades brasileiras, o *Institut franco-brésilien de Haute Culture* (IFBHC), no Rio de Janeiro, com o objetivo de intercâmbio universitário, para estabelecer a reciprocidade entre os dois países (PEREIRA, 2014, p. 63)¹.

Posteriormente à Segunda Grande Guerra, o ensino das línguas estrangeiras se metamorfoseou, o inglês caminhava para a hegemonia. Esse período é um marco para se entender a “história das relações culturais entre Brasil e Estados Unidos (Tota, 2000), porém, os objetivos políticos do país norte-americano antecedem a esse evento. Se as atividades culturais e de comunicação foram primordiais nesse processo de implementação do ideal de “vida dos Estados Unidos”,

1. Essa entidade fez parte de um número de institutos concebidos pela França, a partir de 1920.

como destaca Gomes (2019), todos os produtos veiculados precisavam transmitir uma imagem positiva da terra do Tio Sam; era necessário despertar nos latino-americanos uma admiração pelo irmão do Norte.

Para isso, um veículo salutar para disseminar essas ideias foi a revista *Em Guarda*, que enaltecia os Estados Unidos como exemplo sólido de democracia. A indústria alimentícia fez parte da estratégia da Política da Boa Vizinhança, a exemplo da Coca-Cola, cuja primeira fábrica foi inaugurada no Brasil, em 1942. O cinema serviu a esse objetivo; produzia-se e distribuía-se, pelas Américas, filmes e cinejornais. Nesse contexto, a personagem Zé Carioca e a cantora Carmen Miranda, ambos ajudaram a consolidar os ideais do pan-americanismo pela Política da Boa Vizinhança. Essa presença “americana” no Brasil persistiu após a II Guerra:

Nos anos que se seguiram, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, que durou de 1946 a 1951, o Brasil recebeu uma enxurrada de produtos made in USA, que iam desde automóveis de luxo e eletrodomésticos a utensílios do dia a dia, como sabonetes, tecidos e remédios. Tudo graças à ideia de livre-comércio, proposta na Conferência de Bretton Woods, em 1944, nos Estados Unidos, e que foi fortemente defendida pelo governo Dutra (Gomes, p. 129, 2019).

Todas essas ações culminaram na criação de uma utilidade prática para se aprender inglês, o que resultaria na diminuição da influência francesa. Diante dos eminentes fatos, a França procurou um novo caminho para facejar o poderio cultural dos Estados Unidos.

Analisando a influência cultural francesa na América Latina durante a primeira metade do século XX, Denis Rolland identificou o período como “uma fase de declínio”. Segundo Hugo Suppo, estudando especificamente o caso do Brasil, após a Segunda Guerra Mundial “se trata sobretudo de resistir e guardar as posições, pois a diminuição da influência cultural francesa é indiscutível” (Pereira, 2014, p. 72).

A França se esforçou através de sua política cultural internacional para guardar sua imagem de país de política de exterior, autônoma e de “grande cultura” milenar a se ocupar de coisas do espírito, da filosofia, das artes, da literatura, em oposição à cultura americana, que era descrita pelos franceses como a cultura técnica, das necessidades mais imediatas e superficiais do homem (Pereira, 2014, p. 79). Essa diferença cunhada pela França influenciaria principalmente o modo do professor de francês pensar. De alguma maneira, este não se vê como apenas um professor do idioma, mas um herdeiro legítimo dessa cultura, nutrindo em si um imenso orgulho de pertencer a esse universo, pois “a França não coloniza, ela civiliza”.

Com esse novo lema, “anti-colonizador e civilizatório”, a França permaneceu com suas ações em território brasileiro. Em 1943, proposto pelo Henri Seyrig, criou-se o posto de Adida Cultural/Attaché Culturelle. Em 1945 foi organizada a Direção Geral de Relações Culturais, à qual foi anexado, em 1946, o serviço de intercâmbio artístico. Em 1947, o Escritório de relações com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (PEREIRA, 2014, p. 79)².

Detectável desde os anos após a II Guerra, vários indícios mostravam claramente a partir dos anos de 1960 que o francês perdia seu prestígio. Em 1965, o conselho de ministro decidiu criar o Haut Comité para defesa e expansão da língua francesa (Robert, 2000). Ainda como parte dessa política, em 23 de julho de 1969, os estatutos foram votados e o “birô” fora eleito. Criava-se, então, a Federação Internacional de Professores de Francês, na ocasião do I Congresso dessa

2. Especificamente, na realidade do Nordeste, o cargo de Attaché (Adida cultural) foi extinto em 2018. Cecília Gollobof foi a última pessoa a ocupá-lo. A região passou a tratar diretamente com a Embaixada em Brasília. Catarine Pétillon foi responsável por essa tarefa até o mês de agosto de 2019. Cecília Gollobof e Catarine Pétillon fizeram parcerias com o Colégio de Aplicação através do projeto Bilinguismo, iniciado no ano de 2016. Atualmente, Maguelone Orliange-Ladsou é a responsável por essa função.

federação, realizado em Paris, entre os dias 17 e 23 de julho desse ano. Esta tinha como missão agrupar as associações do mundo e todas as pessoas que ensinavam o idioma³.

As Associações são um fenômeno comum ao “universo francês”, pensadas em todo mundo para fomentar a cultura desse idioma e para formação continuada do professor. Com um caráter particular e sem fins lucrativos, trata-se de uma força a defender esta língua, a lutar por sua existência enquanto disciplina⁴.

Para Pagel (2011), a Aliança Francesa, juntamente com as Associações, foram células de reflexão e formação para política e didática do ensino de francês no Brasil. Entretanto, essa responsabilidade foi deixada pela Aliança Francesa, relegada a algumas associações e/ou universidades. Partindo dessa afirmação, o autor questiona: “Por que hoje as Alianças já não assumem o papel de centros de formação que já tiveram no passado e por que elas se tornaram quase exclusivamente escolas de idiomas”? PAGEL (2011) faz uma dura crítica à Aliança Francesa, por essa instituição não mais assumir seu papel como referência na formação continuada de professores.

Igualmente fundamental para a política de língua francesa, a Federação Brasileira dos Professores de Francês foi criada em 1993, com sede em Brasília, e tinha caráter sociocultural, sem fins lucrativos. De acordo com seu primeiro estatuto, a instituição tinha por finalidade congregar as Associações de Professores de Francês do Brasil; favorecer o desenvolvimento dessas associações; trabalhar junto às associações locais para assegurar a língua francesa um lugar no conjunto das disciplinas ensinadas nas escolas brasileiras; incentivar a criação de

3. La FIPF 50 ans d'échanges et d projets dans le mode. Revista da Fédération International de professeurs de Français, 2019

4. Association des professeurs de français du Minas Gerais - APFMG. (1954), l'Association des professeurs de français de l'État de São Paulo - APFESP. (1961), l'Association des professeurs de français de l'État de Rio de Janeiro - APFERJ. (1963), l'Association des professeurs de français de l'État de Bahia - APFEBA. (1970), l'Association des professeurs de français du Pará - APFP (1971)

associações de professores de francês; promover formações aos professores de francês; organizar o congresso de francês a cada três anos (Estatuto Da Federação Brasileira de Professores de Francês)

No desejo de divulgar essa cultura, em 14 de julho de 1946, no Colégio Estadual de Sergipe, fundou-se uma associação cultural denominada Sociedade de Cultura Franco-Brasileira. As questões jurídicas poriam fim à Sociedade de Cultura Franco-Brasileira, no entanto a semente foi germinada; a partir dela nasceu a Associação Cultural Franco-Brasileira, conhecida por Aliança Francesa, fundada em Aracaju, em 25 de julho de 1955.

Sergipe, outrossim, teria sua Associação e sua representatividade associativa diante da França. Em 1965, sob a orientação de Jacques Ramondot, Secretário Geral da Aliança Francesa, um grupo de professores, ligados à instituição, fundou, em 9 de novembro, o Clube de Professores de Francês de Aracaju. Realizada a eleição, Rosália Bispo dos Santos foi escolhida presidente (Ata da Assembléia Geral da Associação Cultural Franco-Brasileira).

Em 17 de novembro de 1965, às 20 horas, aconteceu a primeira reunião do Clube de Professores de Francês. Nessa ocasião, Jacques Ramondot distribuiu modelos de provas de 1º ano para serem aplicadas em escolas que usavam o livro *Mauger*. Ele, igualmente, entregou modelos de provas de 2º ano, tecendo comentários detalhados sobre elas (Ata da Primeira Reunião do Clube de Professores de Francês de Aracaju, 1965).

Na reunião de 15 de abril de 1967, após abrir a sessão, a Presidente do Clube de Professores de Francês, Rosália Bispo, passou a palavra para Pierre Dubois, atual secretário Geral da Aliança Francesa. Este explicou as novas orientações da Aliança Francesa no que se referia à formação, ou seja, aos programas usados para cada série. Ficou estabelecido que as provas destinadas aos estabelecimentos que usavam o método *Mauger* seriam organizadas por uma comissão dos professores do Clube sob a orientação de Pierre Dubois. Igualmente, o então

Diretor Geral deu início a um debate pedagógico com o tema: la phase d'exploitation dans l'apprentissage d'une langue". A partir daí, iniciou uma formação pedagógica (Ata de Reunião do Clube de Professores de Francês de Aracaju, 1967).

A criação do Clube de Professores de Francês é sintomática, não apenas pelo seu objetivo, mas sobretudo por mostrar como a Aliança Francesa foi referência para os estudos de língua francesa em todo estado. Esse Clube foi também a primeira iniciativa de uma "associação" no estado.

Figura 1: Clube de professores de Francês



Fonte: Arquivo da Aliança Francesa

Em 12 de maio de 1973, na sede da Aliança Francesa, “os professores de Francês do Estado” se reuniram novamente, dessa vez, com objetivo de fundar a Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, bem como a aprovação do seu estatuto. Diferente do Club de Professores de Francês de Aracaju, cuja nomenclatura se limitava à capital, estendia-se

a todo estado⁵. A segunda reunião da Associação de Professores de Francês aconteceu em 26 de maio de 1973, com o objetivo de traçar planos de ação. A Presidente, Tereza Prado, expôs aos associados a entrevista que teve com o Secretário de Educação. Ele prometeu-lhe auxílio material, como papel etc. Igualmente, a Embaixada da França se comprometeu em dar suporte aos professores de Francês (Ata da Segunda Assembléia da Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1973). Os associados, em equipe, iniciaram a política de língua francesa em escolas, buscando novos filiados

Quadro 1: Membros a Associação e suas ações em escolas sergipanas

Colégio Atheneu Sergipense	Prof. Maria da Glória Portugal
Colégio Pio X - noturno	Prof. Lucila Moraes
Complexo 1	Prof. José Carlos Menezes
Escola Normal	Prof. Dulce Boto
Colégio Pio X- diurno	Prof. Railda
Colégio Walter Franco Melo e Núcleo	Prof. Terezinha Leite
Colégio Tiradentes e Costa e Silva	Prof. Luiz Márcio
Colégio Jackson de Figueiredo	Prof. Janria Lima
Colégio Salesiano	Evilúzia Campos Nascimento
Universidade Federal de Sergipe	Tereza Prado

Fonte: Ata da Segunda Assembleia da Associação do Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1973.

5. Estavam presentes: Terezinha Leite Prado, Maria Helena F. de Barros, Maria Rodrigues de Souza, Rainilda Pereira Silva, Evilúzia Campos Nascimento, Natália Maria dos Santos, Maria Dulce Andrade Bôto, José Carlos de Meneses, Luiz Márcio Lima Palmeira, Virgínia Dias Goes, Anne Marie Milon Oliveira, Noelina Soares Correia, Natália Correia Santos, Isolina M. Texeira, Iara Alves Menezes, Valdelícia S. da Silva, Maria José Pizzi M. Moreira, Marilda Nunes de Oliveira, Elóida Caldas Barros, Janira Alves Lima, Maria Teresinha Leite, Maria Vandete Machado, Maria Terezinha de F. Fontes, Wilma de Brito Porto, Lucila Moraes Chaves. Após a eleição, a Associação ficou da seguinte maneira: Terezinha Prado Leite (Presidente), Janira Alves Lima (vice-Presidente), Natália Correia Santos (primeiro Secretário), Maria José Pizzi M. Moreira (segundo Secretário), Evilúzia Campos Nascimento (primeiro Tesoureiro), José Carlos de Menezes (segundo Tesoureiro) (Ata da Primeira Assembléia da Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1973).

Não foi posta em ata a natureza das tarefas desenvolvidas, apenas o desejo de convocar novos membros. Na reunião seguinte, os professores apresentariam os resultados obtidos. Cogitou-se enviar um ofício a cada diretor de estabelecimento do interior do estado, cobrindo toda área norte, sul e centro. Por fim, tomando a palavra, M. Jean Paul marcou reunião de trabalho e estudo pedagógico aos sábados, alternadamente.

Em 22 de setembro de 1973, a terceira assembleia discutiu sobre os professores de francês não especializados que exerciam o cargo, sobretudo no interior do estado. Falou-se da exigência do livro didático, que era muito caro, e dos aspectos metodológicos, a exemplo dos textos usados que eram muito longos e cansativos, o abuso do estruturalismo, além do excesso do audiovisual. Diante da problemática, a Assembleia tomou a seguinte decisão: “Devemos fazer uma sindicância em todo o estado, fazer um levantamento dos professores “leigos” e não “leigos” que militam no estado”. Chegou-se ainda à conclusão de que as lições deveriam ser partidas do texto e depois distribuídas aos alunos; ficaria marcada uma reunião para discutir o que seria mais válido na sala de aula, sendo aprovado o texto para 5ª série e o livro para a 6ª série. Por fim, “competem a nós a elevação dos cursos de língua francesa da própria Aliança Francesa” (Ata da Terceira Assembleia da Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1973).

A Associação ainda continuava ligada à Aliança Francesa, tendo-a como a principal instituição de ensino de francês do estado. Em sua sede, tomavam-se as decisões sobre os rumos do idioma no estado, estabeleciam-se os paradigmas.

Na quarta assembleia, em 29 de setembro de 1973, algumas discussões sobre a língua francesa ocorreram; foi lido o ofício enviado à secretária de educação. Um dos sócios levantou a questão sobre o problema da preparação de apostilas para os estabelecimentos oficiais, em virtude da deficiência de material humano e pessoal. Ficou determinado que a Associação teria uma audiência com o Secretário de Educação e Cultura, visando à inserção da disciplina Francês como

obrigatória nos currículos das terceiras séries do segundo grau, em decorrência de sua inclusão nos vestibulares das escolas de ensino superior do estado (Ata da Quarta Assembléia da Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1973). Aqui, tal como no século XIX e na atualidade, o exame de acesso às “universidades” exercia uma influência no estudo de um idioma.

Depois do registro dessas primeiras ações, houve um hiato de 12 anos; as atas nos levaram aos anos de 1980. Não se sabe ao certo o porquê, mas a Associação de Professores de Francês registra duas datas de fundação. Essa adversidade acarretaria em um problema maior, nunca foi possível o seu reconhecimento jurídico, o que culminaria no encerramento de suas atividades⁶.

Em 5 de junho de 1985, mais uma vez, na Aliança Francesa, “os professores de Francês do Estado de Sergipe” se reuniram para “fundar a Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe/APFESE”. Foi escolhida uma direção provisória com mandato que iria até 31 de maio 1986⁷. Os estatutos da APFESE delimitavam os objetivos da instituição: congregar todos os professores de francês do estado de Sergipe para uma troca permanente sobre o ensino dessa língua; fornecer subsídios para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos de francês, literatura e civilização francesa; estudar problemas teóricos e

6. Foi através da pesquisa de Doutorado que descobrimos as duas datas de fundação. Dessa maneira, o “Contador” consultado sugeriu o encerramento da APFESE. Às dezesseis horas e trinta minutos do dia primeiro de dezembro de 2017, na sala 05 da didática 5 da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Associação de Professores de Francês do Estado de Sergipe teve seu fim, pois não havia possibilidade de regulamentação jurídica. No dia 19 de outubro de 2018, foi criada a Associação da Francofonia sergipana/AFRASE. Na ocasião, da eleição da nova Associação, em 01/10/2019, o então presidente fez uma análise de conjuntura e reafirmou a necessidade da criação de um novo perfil para associação, como se faz nota na Ata de eleição da AFRASE.

7. A gestão foi composta por Magdalena Plech (Presidente), Suzana Prado de Oliveira (vice-Presidente), Edna Maria de Aragão (Secretário), José Washington dos Santos (Tesoureiro). Cabe destacar a presença do Diretor da Aliança Francesa Joel Canezin. Em 13 de junho do mesmo ano, foram oficializados os associados (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1985).

práticas de ensino; elaborar e definir métodos de ensino; esclarecer a comunidade sobre a importância do francês dentro do sistema educativo (Estatutos da Associação dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1985). Este último objetivo define de maneira precisa o caráter assumido pelos professores de francês: “esclarecer a comunidade sobre a importância do Francês dentro do sistema educativo”. Um grande desafio, diante da realidade a se descortinar.

Nos anos de 1980, a nova Associação se depararia com um contexto adverso. Na reunião de 30 de setembro de 1985, foram abordadas as dificuldades encontradas pelos professores de francês no estado de Sergipe: falta de material e livro didático; grande número de alunos; indisciplina; falta de opção em relação aos livros a serem adotados; falta de uma coordenação de área; falta de um datilógrafo. Para resolver isso, foi sugerida a criação de uma coordenação de Língua Francesa, além da promoção de curso de reciclagem para os professores de Francês (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1985). Essa realidade pungente, comum às escolas sergipanas, fez-se sentir no francês da Aliança. De alguma maneira, começava-se a perceber que o ensino do idioma já não estava em seu “momento de esplendor”, vivenciado nos muros da Aliança Francesa, nas duas décadas anteriores⁸.

Em 24 de novembro 1988, foi comunicado a todos as realizações do Núcleo de Francês da Universidade Federal de Sergipe. Isso significou uma aproximação entre APFESE e UFS. A Associação relatou as atividades do presente ano, como o curso de Reciclagem de Língua Francesa realizado pela Associação e pelo Convênio entre Aliança Francesa e Secretaria de Educação e Cultura, com duração de 3

8. No ano de 1986, uma nova eleição. Em 16 de abril, Suzana Padro de Oliveira assume a presidência. Ainda de acordo com a ata, o curso Archipel se iniciaria em 17 de abril de 1986 e o curso Mise au Point em 7 de maio do mesmo ano (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1986). A nova gestão continuou a política de formação de professores como se registra na assembleia realizada em 12 de novembro de 1987.

meses, ministrados pelas professoras Magdalena Plech e Suzana Prado Oliveira. A APFESE contou com o apoio do BAL-Bureau d'Actions Linguistique de Recife e a Attachée linguistique Didier Sanson (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1988). A instituição de apoio ao ensino de francês iniciou uma relação mais efetiva com Sergipe⁹.

Nos anos de 1990, algumas ações da Associação de Professores de Francês aponta-nos o cenário e a situação do idioma no estado. Em 14 de agosto de 1990, relatou-se aos participantes a visita do Attaché Monsieur Bougnol. Na ocasião do encontro, ofertou-se a assinatura de algumas revistas francesas como *Le Français dans le Monde*, *Le point*, *Paris Match*”, *L'express*, contudo se esperava a concretização da oferta. A Associação foi convidada para participar de uma reunião envolvendo o BAL de Recife e a Universidade Federal de Sergipe. Noticiou-se que Aracaju se beneficiaria com a presença de um Consul Honorário, Monsieur Lucien Gojaque. Aconteceria, igualmente, o seminário de língua e literatura francesa do século XVIII a ser realizado na UFS, de 24 a 26 de setembro. A Attaché e do BAL de Salvador, Dolores Delgado, falou sobre as regras das bolsas para o mês de janeiro (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1990).

Em 30 de abril de 1991, como plano de atividade para esse ano, o curso de reciclagem para professores do estado a ser ministrado por Magdalena Plech e Suzana Prado de Oliveira, em convênio com a Aliança Francesa e Secretária de Educação e Cultura.

9. Também foi igualmente apresentada uma proposta de trabalho, da nova diretoria, para o ano de 1989: dois estágios realizados pela Attaché do Bureau d'Action Linguistique (BAL); organização de curso pela Associação em convênio com a Aliança Francesa para os professores da rede estadual; assistência didática para os professores do estado; elaboração e distribuição de documentos didáticos etc. A criação da APFESE deu uma nova dinâmica ao francês no estado. Essa Associação assumiu um “protagonismo nas ações de Língua Francesa”, contudo, a Aliança Francesa estava sempre presente, pois não apenas os representantes da APFESE estavam envolvidos com AF, mas também as assembleias eram realizadas em sua sede.

Em 16 de março de 1994, no Colégio Jackson de Figueiredo, aconteceu uma reunião com os diretores de escolas públicas. O evento foi aberto pelo Professor Dario¹⁰, representante da Diretoria de Educação de Aracaju/DEA, bem como o Presidente da Associação e Diretor da Aliança Francesa, Jean Pierre, a Professora da UFS e da Aliança Francesa, Magdalena Plech, a Professora da UFS, Marta Suzana, o vice-Presidente da APFESE, Renilson Oliveira e os demais diretores. Dentre os temas, comentou-se sobre o Convênio existente entre Aliança Francesa e Secretária de Educação do Estado. A reunião terminou com a promessa que a DEA convocaria os professores de francês do estado para uma reunião com a APFESE. Em 12 de abril de 1994, foi elaborado um ofício para solicitar à Aliança Francesa a redução na mensalidade dos cursos para os professores da APFESE. Outro ofício foi enviado para o Presidente da Aliança Francesa, solicitando autorização para a permanência da APFESE na sede da Aliança (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1991, 1994).

Como já referido, nos anos de 1980, o ensino de francês em Sergipe enfrentava problemas, no entanto, os anos de 1990 acentuariam a adversidade de se ensiná-lo nas escolas. Com isso, os representantes do francês no estado sentiram-se compelidos a tomar uma decisão. Em 12 de abril de 1995, a diretoria da APFESE se reuniu para discutir o ensino desse idioma, nas escolas públicas, em busca de soluções para reanimar os professores dessa área. Outras reuniões foram realizadas, mas a falta de apoio da Secretaria de Educação fez com que o desânimo caísse sobre todos: “Pensamos em formar escolas pilotos em determinadas zonas da cidade, para que viesse a assegurar o campo de trabalho, para os professores que estão se formando e para atender as pessoas interessadas em aprender o francês. Os obstáculos são muitos e mais uma vez ficamos sem solução”. De fato, a situação se fez sentir, havia um desânimo e as ações já não eram suficientes, faltava apoio

10. Não consta sobrenome.

das autoridades governamentais; o prestígio de outrora, sobretudo da Aliança Francesa, não existia mais, o francês parecia estar fadado a desaparecer do ensino básico¹¹.

Com a chegada dos anos 2000, a desvalorização da Língua Francesa enquanto disciplina escolar se agravava. Em 30 de novembro de 2001, os professores associados à APFESE estiveram diante dessa situação. Como segundo ponto de pauta da assembleia, coube ao Professor Elinaldo Vasconcelos Cavalcanti a leitura do artigo da revista *Veja*, intitulado “A França se rende ao inglês”, de Ruth Araújo. O conteúdo não agradou aos professores, que esperavam uma resposta do Presidente da Federação de Professores de Francês ou do Professor Elinado Vasconcelos Cavalcanti (Atas da 35ª Reunião da Associação de Francês do Estado de Sergipe).

Na ocasião de mais uma assembleia, a Professora Cremildes Lessa Barbosa esclareceu sobre os documentos enviados à Secretaria Municipal de Educação, solicitando abertura de vagas para professores de francês para o curso a ser realizado pela Secretaria de Educação, ressaltando o apoio da Universidade Federal de Sergipe. Dando prosseguimento, as professoras Dilma Menezes e Edna Maria falaram da situação dos 19 professores de francês aprovados no mencionado concurso, sendo que havia 2 vagas, graças à luta da APFESE. Daí a decisão de continuar as ações pelo francês, com visitas às escolas etc.. Todavia, a associação tinha seus próprios problemas, faltava um local para seu funcionamento. Esse dado apresenta uma ruptura entre Aliança Francesa e Associação de Professores de Francês, demarcando uma nova era do ensino da língua em Sergipe, uma era de crise. Aos poucos, a

11. Na reunião de 13 de julho de 1997, pensou-se no 1º encontro estadual de professores de Francês, com apoio da Aliança Francesa, a ser realizado, no ano de 1998. Houve uma busca por mais associados, por isso, cogitou-se em aceitar professores não licenciados, mas que ensinavam francês (Ata de Reunião dos Professores de Francês do Estado de Sergipe, 1997). A situação do francês fez a associação repensar a sua maneira de trazer membros.

Aliança Francesa deixaria de congregar com os outros organismos de ensino de francês.

Mesmo com as dificuldades, a Associação persistia na missão de defender o francês. Na ocasião de mais uma assembleia, foi informada a participação da APFESE no Seminário de Educação Básica do Colégio de Aplicação (Atas da 38ª Reunião da Associação de Francês do Estado de Sergipe, 7 de novembro de 2002). Ela ainda continuaria sua atuação política no concurso para o magistério no Estado de Sergipe (Atas da 39ª Reunião da Associação de Francês do Estado de Sergipe, 20 de julho de 2003).

O esforço era hercúleo, mas os anos 2000 trariam a paulatina derrocada do francês; o ano seletivo de 2001 trouxe um número reduzido de escolas que mantinham o ensino dessa língua na rede estadual de Aracaju. Sete anos após, o número diminuiu, consideravelmente. Como observa Oliveira (2008), apenas duas escolas estaduais de Sergipe ensinavam francês, tendo apenas 3 professores pertencentes ao estado. Em 2011, a situação se mostrava irreversível, pois, em assembleia da APFESE, os professores Givaldo Melo e Renilson Oliveira se manifestaram sobre a situação do idioma em Sergipe. Destacou-se a falta de resposta da Secretária de Educação do Estado sobre a proposta curricular relativa ao ensino de francês na rede oficial, enviada a essa Secretária pelos professores da Universidade Federal de Sergipe. Por fim, o francês teve um fim melancólico nas escolas de Sergipe e quase saiu do Colégio de Aplicação, atualmente a única escola a mantê-lo.

Apesar de nunca ter regulamentado sua situação jurídica, faz-se menção honrosa à APFESE, que durante o seu período de atuação, não mediu esforços para divulgar e promover o ensino de francês em Sergipe. Desde a sua fundação, realizou as mais diversas ações, de acordo com as limitações temporais. Em épocas mais recentes, em ocasiões pontuais, alguns dos seus membros e/ou presidentes tiraram dinheiro do próprio bolso para realizar atividades. Foi essa Associação que colocou Sergipe novamente no “mapa da francofonia”, ao realizar

o XXII Congresso Brasileiro de Professores de Francês, durante o período de 11 a 14 de setembro de 2017.

REFERÊNCIAS

PAGEL, Dario. **Pour que vive l'enseignement des langues**. In DAHLET, V.B. *Ciências da linguagem e didática de línguas*, São Paulo, Humanitas, FAPESP, 2011.

GOMES, Rodrigo Belfort. **Americanismo e Antiamericanismo: o Ensino de Inglês no Brasil de 1931 a 1951**. São Cristóvão (se) 2019.

La FIPF 50 ans d'échanges et de projets dans le monde. **Revista da Fédération Internationale de professeurs de Français**, 2019

OLIVEIRA, Renilson Santos. **Ensino e Aprendizagem do Francês-Língua Estrangeira no Estado de Sergipe: realidade e perspectiva**. USP, SP, 2002. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Marcio Rodrigues. **La Politique Culturelle Française au Brésil de 1945 à 1970** : Institutions, Acteurs, Moyens et Enjeux. Université de Strasbourg, 2014

PIETRARÓIA, Cristina Moerbeck Casadei. DELLATORE, Sahsha Kiyoko Watanabe. **O ensino do francês no Brasil**. Odisseia – PPGEL/UFRN. 2012

ROBERT, Marie-Josée de Saint. **La Politique de la langue française**. Presse université de France. 2000.

FONTE DOCUMENTAL

Atas da Associação de professores de Francês do Estado de Sergipe

Estatuto da Federação Brasileira de Professores de Francês

CAPÍTULO 8

AS ESCRITAS ORDINÁRIAS DA INTELLECTUAL BEATRIZ GÓIS DANTAS¹

Marluce de Souza Lopes

A cultura do escrito vai desde o livro ou o jornal, impressos até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo. (CHARTIER, 2001)

A história das práticas de escrita femininas, em seus mais diversificados gêneros, mostra que a atividade literária se tornou, ao final do século XIX², admissível para mulheres pertencentes às classes abastadas que passaram a quebrar as fronteiras entre o privado e o público publicando em jornais, em princípio, camufladas por pseudônimos. Inicialmente restritas a uma escrita no âmbito privado da família, as mulheres se apropriaram, conforme Perrot (2005), “[...] de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história, às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente” (p. 13), passando, progressivamente, a ocupar um cenário outrora eminentemente masculino.

Chartier conduz a pensar, a partir da definição de homem letrado, nos motivos pelos quais a mulher tardou a ser introduzida no mundo

1. Texto que compõe a tese de doutorado, defendida em 2020, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), intitulada *Interfaces de uma antropóloga: as práticas de leitura e escrita De Beatriz Góis Dantas (1941-2013)*, sob orientação do Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição.

2. Para uma visão do panorama da história das mulheres, no Brasil, em uma abordagem que apresenta temas como família, trabalho, educação, violência, direitos, ver Pinsky e Pedro (2016).

das letras e da intelectualidade. Durante muito tempo, à mulher foi negado o acesso ao conhecimento letrado e, na medida em que foi sendo conquistado o direito à educação, a formação feminina era direcionada aos cuidados com o lar, com os filhos e o marido: uma educação para a submissão. Representado como detentor de um brilhantismo intelectual, o “homem letrado” prosseguiu, por anos, dificultando a mulher de ocupar os espaços públicos. Superando as objeções e barreiras impostas, a mulher foi encontrando, gradativamente, uma via para o ingresso no ambiente público: a literatura que, aos poucos e a muito custo, a transformou na “mulher de letras”, passando a frequentar ambientes culturais e a publicar em jornais e revistas direcionadas à leitura feminina.

Durante anos, o controle que incidiu sobre a escrita feminina to-
lheu a participação das mulheres, impedindo-as de expressar o pensamento através da linguagem escrita, impondo uma história de silenciamento e opressão, negando-lhes o direito de romper com o pensamento hegemônico através do qual a esfera do privado era destinada às mulheres, ao passo que o domínio da função produtiva pública era exclusivo dos homens. Para que a mulher pudesse ocupar um lugar visível foi preciso uma desconstrução de valores e concepções vinculadas a uma forma específica de ser mulher que só começou a ser rompida no final do século XIX. Ao refletir sobre mulheres, Nunes afirma que “as culturas latino-americanas as empurraram para a renúncia como sujeitos pensantes, mas nem todas submeteram-se a esse padrão” (Nunes, 2007, p. 406-407). Gradativamente, as mulheres foram quebrando o isolamento e ocupando posições de prestígio no mundo da intelectualidade e da produção cultural.

Esse texto apresenta as escritas ordinárias da intelectual sergipana Beatriz Góis Dantas³, antropóloga, professora emérita da Universi-

3. Nascida na cidade de Lagarto, Sergipe, em 1941, cursou as primeiras letras e os estudos primários entre municípios da região, indo para a capital, Aracaju, em 1953, ingressando no

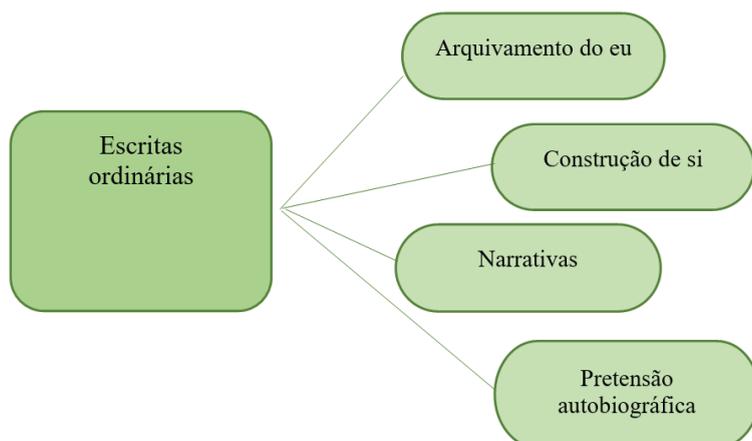
dade Federal de Sergipe, instituição onde lecionou durante o período compreendido entre 01.09.1967 e 01.05.1991, desenvolvendo pesquisas nas áreas de antropologia, folclore, etnohistória indígena, artesanato e cultos afro-brasileiros. Beatriz ingressou como professora na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, sendo incorporada ao corpo docente da UFS, quando da fundação da universidade, em 1968.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1996), o “momento mais fecundo da interpretação” é uma das etapas componentes da tríade “olhar”, “ouvir”, “escrever”, que caracteriza o trabalho desenvolvido pelo antropólogo na assimilação dos eventos sociais durante uma investigação científica. Se o “olhar” e o “ouvir” são talhados pelos esquemas teóricos e conceituais previamente apreendidos durante a jornada acadêmica, é o “escrever” que articula a empiria com a interpretação criativa e se constitui no momento da comunicação das ideias e da criação de um conhecimento resultante da interação entre o pesquisador e as distintas realidades estudadas.

O “escrever” que caracteriza as práticas de escrita não é exclusivo do fazer antropológico, ao contrário, ele se mostra em sua plenitude subsumido, também, em outras esferas da atividade literária que sejam representações de um tempo no qual a escrita parece cumprir a função de embelezamento da vida cotidiana, bem como de perpetuar uma época e uma atividade, não necessariamente vinculada às práticas escolares ou profissionais e acadêmicas. A **Figura 1** aponta as características encontradas nas escritas ordinárias de Beatriz Góis Dantas.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes, administrado pelas irmãs sacramentinas, em regime de internato.

Figura 1 – Caracterização das escritas ordinárias de Beatriz Góis Dantas.



Fonte: Elaborado pela autora.

A “plena criatividade” referida por Oliveira (1996) emerge, também, nos escritos que, não fazendo parte de um ordenamento escolar estabelecido institucionalmente, exercem a função de possibilitar a circulação de um dado conhecimento, além de servirem como espaços de memória e de recordação de práticas cotidianas exercidas em contextos históricos específicos, proporcionando entendimento acerca de relações fraternas, imbuídos de significados surgidos nos detalhes das “escritas ordinárias” que carregam as marcas da história.

Escritas ordinárias

Repletas de vestígios da vida diária, essas escritas cotidianas trazem, na sua essência, as representações de rituais repetidos em outros tempos com o objetivo, em grande parte, de dar leveza e adornar a vida, sem a preocupação imediata de produção de obra literária e se inserem na concepção de Fabre (1993), identificando na vida rotineira, objetos que expõem histórias de quem os possui.

Enquadrados nas histórias de vida, esses objetos são mensageiros de lembranças e demonstram as experiências e as singularidades de uma época, valores, crenças e hábitos que simbolizam referências a lugares, pessoas, e encaixam-se em artefatos variados como é o caso de diários, álbuns de fotografias, recortes de jornais, cartas, livros e outros que compõem os “objetos biográficos” (Morin, 1969), assim chamados porque “ils sont en symbiose vivante avec leur possesseur ; jugés par ce dernier précisément irremplaçables, ils vieillissent au même pas que lui, ils s’incorporent à la durée de ses activités”⁴ (p. 133). São, portanto, objetos detentores de significações, que fazem parte da vida e retratam histórias cotidianas.

Nesse segmento estão inseridos os “objetos-relíquia”⁵ (RANUM, 2009), carregados de memória e de história, dos quais é exemplo o caderno que Beatriz transformou em álbum de poesias que denominou *Meu Álbum*. Não há uma precisão sobre o início da escrita do álbum, tampouco da sua finalização, no entanto, ao final de um soneto de Álvares de Azevedo, foi feita a indicação de que foi escrito no dia 21 de setembro de 1956, data em que Beatriz completou 15 anos. O caderno teve a contracapa ornamentada com uma imagem de flores em decalque que se colava à página após mergulhado em água, para dar embelezamento, sendo transformado em álbum de poesias. O decalque, tomando quase toda a extensão da página, foi emoldurado pelas expressões “Meu Álbum” na parte superior e o nome “Beatriz Ribeiro Góis” na parte inferior, grafadas com letras góticas⁶, imprimindo a incontestável posse do objeto.

4. Tradução livre: Eles vivem em simbiose com o dono; julgados por este último como precisamente insubstituíveis, envelhecem no mesmo ritmo que ele, tornam-se incorporados na duração de suas atividades.

5. Objetos-relíquia, conforme Ranum (2009), fazem parte do elenco de lembranças-objeto que pertenceram ou pertencem particularmente a um indivíduo, mas seu sentido é compreendido por outras pessoas, ainda que eles sejam analisados ou observados muito depois que foram produzidos, adquiridos ou presenteados. Pertencem a esse segmento livros, cadernos escolares, cadernos de recordações, objetos íntimos. A esse respeito podem ser consultados Ranum (2009); Cunha (2009).

6. Letras formadas por linhas quebradas, criadas entre os séculos XII e XIII.

Figura 2 – Contracapa do caderno transformado em caderno de poesias *Meu Álbum* (1956).



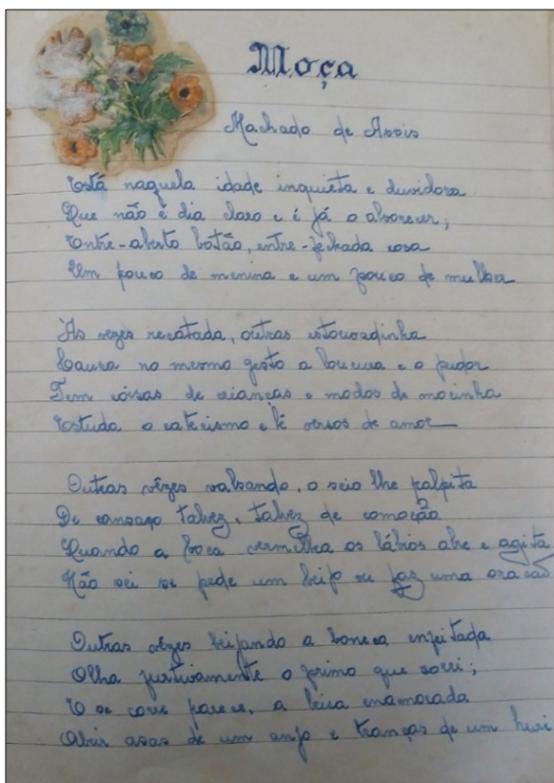
Fonte: Acervo de Beatriz Góis Dantas.

O ritual da cópia de poesias revela uma época da adolescência de Beatriz na qual ela manifestou a sua predileção por um gênero literário e por uma experiência individual que não era muito comum nas práticas do cotidiano escolar à época. “O que era mais comum na minha época do colégio era um caderno em que as colegas, em geral no final do curso, deixavam registradas opiniões sobre a dona do caderno” (Beatriz Góis Dantas, 2020). A jovem preferiu se dedicar à cópia de poesias.

A prática da cópia de poesias revela as contingências de um período em que, em meio às obrigações escolares e ao distanciamento dos familiares, era vital o registro de emoções, ainda que apenas para si, transformando esse registro em um repositório de lembranças. As poesias foram organizadas por um índice, mostrando uma variedade de escrita lírica de autores distintos, ocupando três páginas do caderno, apresentando os títulos dos poemas, sem mostrar a autoria. São sessenta e duas obras de

escritores de nacionalidades distintas, como Alberto Lamego, Camões, Castro Alves, Olavo Bilac, Tobias Barreto, Machado de Assis, Rudyard Kipling, que estão dispostos nas páginas envelhecidas, sem uma ordem definida, em uma sequência aleatória. No interior do caderno, nem todas as produções trazem as indicações de autoria, no entanto, as que apresentam o autor mostram seu nome logo abaixo do título, conforme na poesia de Machado de Assis, expressa na **Figura 3**.

Figura 3 - Página do *Meu Álbum* contendo poema de Machado de Assis. (1956)⁷



Fonte: Acervo de Beatriz Góis Dantas.

7. O poema é denominado é *Menina Moça*, escrito por Joaquim Maria Machado de Assis, integrando o livro *Falenas*, seu segundo livro de poemas, publicado em 1870.

Seguindo a forma gráfica do caderno, preenchendo cada linha de cada página, obedecendo espaçamentos e pontuações, imprimindo uma organização ao texto escrito, a escrita ordinária foi traçada com letra elegante, firme e arredondada, “cujo talhe imprimia uma particularização definitiva aos documentos: letra de professora!” (Mignot; Cunha, 2006, p. 42), resultado provável de um treinamento caligráfico esmerado nos tempos das primeiras letras.

Outro “objeto-relíquia” começou a ser produzido em 1964, após o casamento, quando Beatriz iniciou uma catalogação dos livros que o casal possuía até então, com a intenção de continuar atualizando as informações na medida em que mais títulos fossem sendo adquiridos. Para tanto, páginas foram deixadas em branco entre blocos de informações agrupadas por temas, em um caderno medindo 22x15cm, com capa dura, na cor cinza.

Os títulos das obras foram organizados em três tipos de disposição, distribuídos por todo o caderno. Um primeiro bloco de títulos apresenta relações contendo livros em ordem alfabética; o segundo é composto de livros divididos por assunto, enquanto o terceiro bloco traz uma relação contendo os nomes dos autores, em ordem alfabética, alguns apontando o prenome, outros o último sobrenome, sem um padrão configurado, a não ser a letra delineada. A quantidade de livros e a organização por assunto estão demonstradas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Quantidade de livros organizados por assunto no caderno de inventário⁸

Assunto	Quantidade
Filosofia	13
Problemas sociais	14
Religião	17
Política e Economia	09
História Literária	18

8. A disposição dos assuntos no quadro seguiu a ordem que se encontra no caderno.

Assunto	Quantidade
Crítica	08
Biografias	34
Poesias	19
Contos	07
Romances	50
Crônicas	08
Memórias	04
Formação	07
Psicologia	08
Português	09
Arte	06
Ideologias	03
Estudos nacionalistas	16
História	20
Antropologia	04

Fonte: Caderno de inventário de livros de Beatriz Góis Dantas.

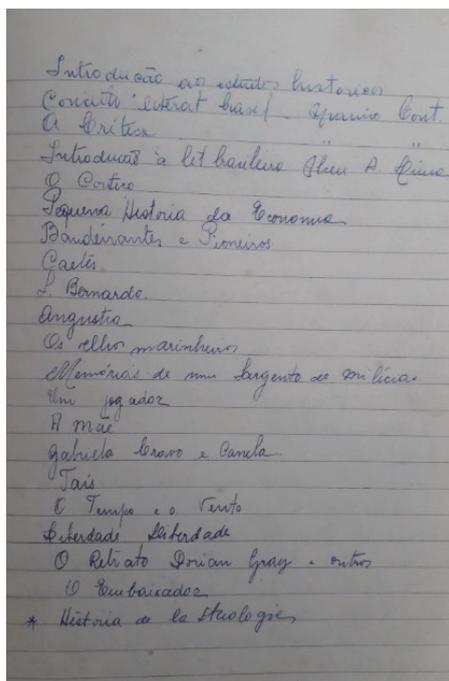
Organizados entre os vinte temas, estão distribuídos duzentos e setenta e quatro títulos de livros que nem sempre se repetem nos outros blocos. No bloco disposto em ordem alfabética constam quatrocentos e oito livros, sem contabilizar a *Coleção de História Geral das Civilizações*⁹, composta por dezessete volumes. Essa obra aparece, no caderno, descrita com detalhes, reproduzindo os temas tratados em todos os volumes, conforme aparecem nos livros da coleção. A descrição dos tomos e volumes ocupa cinco páginas do caderno, indicando os autores de cada tomo, contendo os temas distribuídos nos volumes que compõem cada um dos tomos da coleção. A maior parte das anotações foi feita em 1964, às quais foram sendo acrescentados livros adquiridos em 1965, conforme anotações

9. Coleção publicada na França, em 1957, pela *Presses Universitaires de France*, sob a direção do historiador Maurice Crouzet, autor do tomo VII, que trata da Época Contemporânea.

escritas a lápis ao lado de alguns títulos. Ao final do caderno, ocupando as seis últimas páginas, estão dispostos cento e trinta e cinco títulos que, segundo informação colocada a posteriori, foram lidos por Beatriz. Não há precisão das datas em que foram lidos, no entanto, a presença, na relação, de alguns títulos específicos, sugere leituras no ano de 1961.

A página que antecede a lista com os livros lidos traz um comentário escrito em data posterior, indicando que, duas entre as obras inventariadas, constavam na biblioteca da FCFS: *Historia de la etnologia*, escrita por Robert H. Lowie, em 1946 e *Una teoria científica de la cultura*, de autoria do antropólogo Bronislaw Malinowski, escrita em 1948, ressaltadas, no caderno, com um asterisco. A **Figura 4**, abaixo, reproduz a primeira das seis páginas que contêm as anotações dos livros lidos.

Figura 4 – Página do caderno de inventário contendo relação de livros lidos por Beatriz (1964).



Fonte: Caderno de inventário de livros de Beatriz Góis Dantas.

Não obstante o projeto de catalogação dos livros ter sido interrompido, o caderno que serviu para fazer o inventário demonstra a circulação de obras em um determinado período histórico, assim como proporciona a compreensão acerca de interesses, preferências e, sobretudo, explicita uma prática singular de escrita, que teve como objetivo a preservação das memórias de leitura desenvolvidas em momentos específicos.

Ao elaborar um inventário dos livros adquiridos, bem como dos livros lidos, Beatriz exercitou aquilo que Artières (1998) expressa como “arquivar a própria vida” e que consiste em preservar pertences, papéis, guardar objetos, classificar e categorizar elementos do cotidiano, registrando, por meio da escrita, uma prática comezinha. No entanto, nesse arquivamento há uma escolha, uma intencionalidade e os registros não são aleatórios, nem tudo é, efetivamente, arquivado.

Escritas de si

Uma das formas desse arquivamento da vida a ser ressaltada consiste numa intenção autobiográfica. Segundo o historiador francês, “numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa” (Artières, 1998, p. 11), demarcando uma “construção de si”. Ao escrever um texto sobre aspectos de sua vida pessoal, o escritor parte do presente em busca do passado e refaz situações que já ocorreram, referenciadas pelo que Pollak (1992) define como sendo os elementos constitutivos da memória, acontecimentos, pessoas e lugares.

No momento em que são lembrados, esses elementos adquirem uma significação consistente quando são relacionados a grupos de convívio social, tais como a escola, a família, espaços de coletividade aos quais os indivíduos estão, em maior ou menor medida, ligados. No ordenamento de suas reminiscências, Beatriz rememora parte do passado que, apesar das imprecisões próprias do ato de lembrar, associadas às interposições do presente, permaneceu configurado na

memória pela importância afetiva, retornando como uma recordação delineada pela vontade de perenizar os momentos longínquos.

“Iniciados como rabiscos despreziosos, quase desabafos de saudade” (Dantas, 2011), Beatriz escreveu, entre 1985 e 2011, quatro pequenos textos que ela denominou “registro de memórias” e reuniu em uma pequena encadernação com 84 páginas presas por capa e espiral de material plástico, com intenção de fazer circular no seio familiar, com o título *Figuras da Infância*.

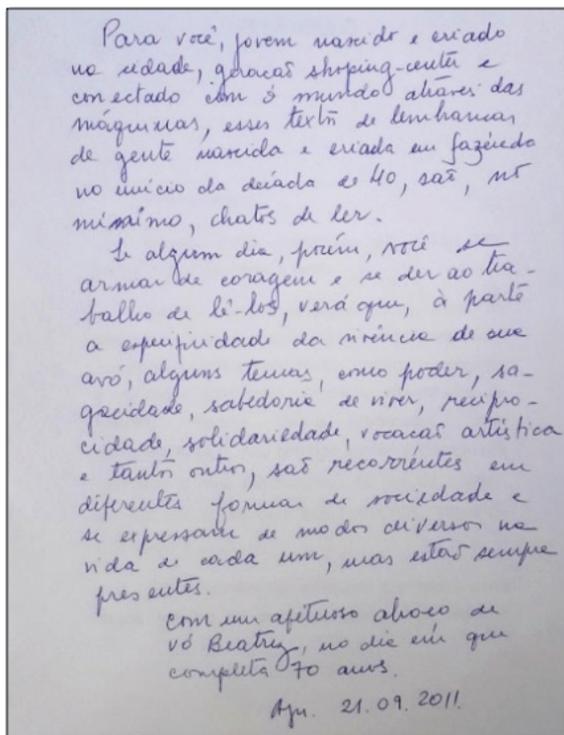
Já no preâmbulo, a autora mostra que se trata das “lembranças de quatro figuras, de certo modo dependentes de meu pai, com quem convivi no espaço das fazendas no final da década de quarenta e ao longo dos anos cinquenta do século XX” (Dantas, 2011), escritas ao sabor das recordações afloradas pela morte de algumas delas, ou levada por aqueles momentos em que o passado insiste em se fazer presente. E foi esse passado que ela quis compartilhar com um “[...] jovem nascido e criado na cidade, geração *shopping-center*”, seu neto, mais de cinco décadas após ter vivenciado aventuras inesquecíveis com as suas “Figuras da Infância”.

Figura 5 - Capa do impresso *Figuras da Infância* (2011)



Fonte: Acervo de Beatriz Góis Dantas.

Figura 6 - Dedicatória feita por Beatriz (2011)



Para você, jovem nascido e criado
na cidade, gerações shopping-centers e
conectado com o mundo através das
máquinas, esses terão de lembrar
de gente nascida e criada em fazendas
no início da década de 40, são, no
máximo, chats de ler.

Em algum dia, porém, você se
armará de coragem e se der ao tra-
balho de lê-los, verá que, à parte
a superficialidade da infância de seu
avô, alguns temas, como poder, so-
ciedade, sabedoria de viver, recípro-
cidade, solidariedade, vocação artística
e tanto outros, são recorrentes em
diferentes formas de sociedade e
se expressam de modo diverso na
vida de cada um, mas estão sempre
presentes.

Com um afetuoso abraço de
vó Beatriz, no dia em que
completar 70 anos.

Apr. 21.09.2011.

Fonte: Acervo de Beatriz Góis Dantas.

A dedicatória em uma obra escrita compreende um ritual, afirma Chartier, sendo revestida de aspectos formais. Nessa formalidade, o autor transmite ao leitor o texto que escreveu, conferindo a destinação que deseja dar à sua produção. É ato de troca, de permuta, no qual aquele que escreveu “com bela caligrafia e ricamente ornamentada” (CHARTIER, 1998, p. 39) espera receber em troca “manifestações de benevolência” que, no caso de Beatriz, se consolidariam na leitura do texto ofertado.

Na mensagem de oferecimento do texto, são elencados argumentos para a efetivação da leitura por parte do receptor, carregados de estímulos reunidos nas temáticas existentes na história contada. “Poder”,

“sagacidade”, “solidariedade”, “sabedoria” são algumas características apontadas como estando presentes nas memórias consolidadas nas “Figuras da Infância” que Beatriz registrou com uma leveza de estilo peculiar, livre das amarras acadêmicas. Sem pretensão de publicação, intencionando a construção de uma memória familiar, o texto revela situações envolvendo quatro mulheres, Bernardina, Juana, Dona Anjinha e Josina, que conviveram com Beatriz e seus irmãos no início do século XX, final dos anos 1940 e no decorrer dos anos 1950. Remete ao cotidiano da vida nas fazendas, sem preocupação com uma cronologia linear, ressaltando os traços da personalidade de cada uma delas, apontados na condução dos trabalhos desenvolvidos na hierarquia familiar, bem como nos afazeres domésticos mesclados com a devoção aos seus patrões. Fixar a memória familiar significa refletir sobre histórias de vida e sobre fatos que constituíram uma trajetória na qual memória e acontecimentos estão intimamente associados.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: Escrita de si/Escrita da História. **Revista Estudos Históricos**. v. 21. 1998. p. 9-33.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa

Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosioque, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Copiar para homenagear, guardar para lembrar: cultura escolar em álbuns de poesias e recordações. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FABRE, Daniel. **Par écrit**. Ethnologie des écritures quotidiennes. Paris: Editions de la Maison des Sciences del' Homme, 1993.

MORIN, Viollet. **L'object biographique**. Communications. Paris: École Pratiques des Hautes Études, Centre d'Études des Communications de Masse, n. 13, 1969.

NUNES, Clarice. Dilemas da modernidade latino-americana: autoria feminina e discurso pedagógico. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 401-422.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1996, vol. 39, nº. 1.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 211-265.

CAPÍTULO 9

JOÃO DE ANDRADE GARCEZ: TRÊS FACES DE UMA TRAJETÓRIA (1936 – 1972)

Danilo Mota de Jesus

Adriana de Andrade Santos

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória do dentista, ex-governador de Sergipe e professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) João de Andrade Garcez durante o recorte temporal de 1936 a 1972. O marco inicial de 1936 justifica-se por ser o ano de conclusão do curso primário e de sua mudança para a capital sergipana, conquanto o ano de 1972 marca sua aprovação via concurso de professor no curso de Odontologia da UFS.

Para compreender as ações e atitudes desse intelectual durante o período estudado utilizamos o conceito de “intelectual”, amparado nos pressupostos defendidos por Norberto Bobbio (1997). Segundo este autor, toda sociedade em qualquer momento histórico teve/tem seus intelectuais (mesmo que não sejam assim intitulados), ou mais precisamente um grupo de sujeitos que exercem o poder espiritual ou ideológico contraposto ao poder temporal ou político, isto é, um grupo de indivíduos que corresponde, pela função que desempenha, àqueles que hoje chamamos de intelectuais. Segundo os fundamentos de Bobbio (1997), esse grupo está comumente referido ao termo russo *intelligentsia*, bem como que esse conjunto dos intelectuais como grupo, camada, categoria ou classe social, que tem uma função específica

própria e um papel específico próprio na sociedade, apesar de ter perdida em boa parte o significado originário.

O estudo de Bobbio (1997) aborda a relação intelectual e de poder. Ao discernir sobre a classe política, o autor buscou fundamentar suas ideias por meio de argumentos de outros teóricos, a exemplo de Karl Mannheim, por compreender que o intelectual desempenha uma tarefa teórica, mas também mediatamente política, visto que a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas. E é com base nesse entendimento que vamos analisar a trajetória política de João Garcez. Ao afirmar que a tarefa do intelectual não se limita a teoria e a política, uma vez que apenas a ele compete a função de educar as massas, Bobbio (1997) buscou embasamento em José Ortega y Gasset. Assim, buscamos cimentar o professor João Garcez como educador das massas.

Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, documental, com base na História Cultural e Social. Para tanto se fez imprescindível a leitura de livros que abordam a história de Sergipe entre os anos de 1970 e 1971 (período em que o estudado foi governador do Estado) e outros trabalhos biográficos a seu respeito. Imperioso também foi o levantamento de documentos tais como atas, memorandos, jornais, fotografias e outros manuscritos a respeito do professor João Garcez nas diversas entidades das quais ele atuou. Por meio do levantamento e da organização das fontes realizamos uma breve trajetória de vida elencando aspectos da sua infância e juventude.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nascido no interior de Sergipe, em 25 de julho de 1926, mais precisamente na cidade de Laranjeiras. O primeiro contato de João de Andrade Garcez com os estudos se deu em Maruim/SE, cidade que o acolheu após seu pai, Álvaro de Freitas Garcez, comprar um alambique nos

arredores do município, iniciando assim uma nova vida junto com sua esposa Maria Leonice Andrade Garcez e seus dez filhos.

Foi através da professora Leopoldina que o pequeno João teve contato com as primeiras letras, no Grupo Escolar Padre Dantas, concluindo o curso primário no ano de 1936. Naquele tempo, Marim era um polo de desenvolvimento do Nordeste, no qual estavam presentes empresas (firmas) poderosas da época. A cidade possuía um comércio tão importante que lá se encontravam empresas alemãs assim afixou Santos (2002). João Garcez viveu sua infância no interior e soube aproveitá-la muito bem, principalmente através das brincadeiras com os irmãos e da completude de seus passatempos prediletos, a exemplo de andar a cavalo e jogar futebol. Ao completar dez anos de idade foi enviado para Aracaju como aluno interno do Colégio Salesiano, na época dirigido pelo padre alemão Antônio Viet.

Um ano após sua mudança para Aracaju em 1937, ocorreu o golpe de Estado orquestrado pelo ditador Getúlio Vargas, que decretou um estado de guerra ao consentir prender qualquer indivíduo sem a expedição de uma ordem judicial. Segundo Dantas (1989), o golpe possibilitou a criação de um projeto na época qualificado de democracia social no qual propunha-se

a realização do bem comum, o primado da liberdade fora substituído pela prioridade social [...] tornava-se fundamental armar a sociedade política, dotá-la de poderes absolutos para a tarefa de coordenação da ordem fundada nas corporações e sindicatos. Não obstante esse intervencionismo, reconhecia-se o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa (p. 140).

De acordo com os discursos oficiais da época cabia ao Estado prover harmonia no interior das classes sociais. A política foi circunscrita ao cargo administrativo social que obedecia ao comando do ditador. Este, por sua vez, substituiu o sistema representativo pelas corporações

e órgãos técnicos fazendo com que o Estado e a Nação se fundissem, como também por meio dessa unificação extinguiu os partidos políticos.

Com a extinção dos partidos políticos foram nomeados interventores aos estados. Eronides de Carvalho¹ (1937-1941) foi escolhido para governar Sergipe. Durante sua interventoria, desenvolveu um movimento de divulgação de propaganda de cunho ideológico, além de ações repressivas por meio do fechamento e da censura de jornais, aprisionamento de estudantes e jornalistas, como também perseguição aos adversários políticos em cidades do interior. Não obstante, suas ações não enfraqueceram seus adversários, visto que ataques a sua gestão eram publicados nos jornais *Correio de Aracaju* e *Jornal da Tarde*, estes rebatidos pelo governador por meio dos jornais oficiais (*Jornal do Estado* e *Diário Oficial*), assim sublinhado por Dantas (2004).

Sem interessar-se pelos acontecimentos políticos que ocorriam no âmbito nacional e local, João Garcez aproveitava sua infância notadamente pela vivência com os colegas de internato². Quando folgava nos estudos, o ponto certo de distração era o campo de futebol, como dito uma de suas paixões. Em uma época na qual os clubes de esportes do sudeste não eram tão conhecidos em nosso estado, enchiam os olhos dos jovens sergipanos os clubes desportivos: Sergipe³, Socialista, Ipiranga de Maruim ou Estanciano.

1. Eronides Ferreira de Carvalho nasceu em 25 de abril de 1895, em Canhoba (SE). Filho do casal Antônio Ferreira de Carvalho e de Balbina Mendonça de Carvalho. Estudou no Colégio 11 de Janeiro e no Liceu Alagoano em Maceió. Diplomou-se em 1917, pela Faculdade de Medicina da Bahia, após defender a tese intitulada *Do ópio em terapêutica mental*, sendo aprovado com distinção. Durante sua vida desenvolveu variadas funções na área da saúde e na política.

2. A saber José Maynard, Arnaldo Barreto, Renato Rocha Nabuco, Aderbal Torres, Carlos Gomes de Carvalho, Antônio Walter, Diógenes Horta, José Ajuricaba, Cleofas Paes Santiago e Pascoal D'Ávila Maynard, como colegas de João de Andrade Garcez durante sua permanência no Colégio Salesiano. Conforme Santos (2002) esse grupo compôs a "União do Calmar", pois quando resolviam faltar aula, assumiam o ato diante da direção do Colégio.

3. A Associação Atlética de Sergipe foi criada em 1924, também chamada de Tricolor da Rua Vila Cristina (MELINS, 2000).

Em 1941, após ter concluído o curso ginasial, ingressou no Colégio Atheneu Sergipense no intuito de realizar o curso complementar⁴ - instituído por meio da Reforma empreendida por Francisco Campos-, sancionado pelo Decreto ministerial nº 21.241 de 4 de abril de 1932, que abrangia “dois anos de duração e proporcionava aos alunos três opções: Curso Pré-Jurídico, Curso Pré-Médico e Curso Pré-Politécnico, obrigatórios aos candidatos à matrícula nos cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia” (Alves; Soiuza, 2013, p. 2). A saber, João Garcez cursou o Pré-Médico e foi aluno de professores ilustres como José Augusto da Rocha Lima⁵, Franco Freire⁶, José Cardoso, Alfredo Monte, Felte Bezerra⁷, Dr. Bragança⁸ e Costa Pinto.

Santos (2002) afirma que em 1942, João Garcez, com o desejo de estudar odontologia, profissão escolhida por conselho dos tios⁹, estes

4. De acordo com Lima (2011), os alunos que já estudavam pagavam uma prestação de matrícula no valor de 150\$000. O curso complementar implantado no Atheneu “Pedro II” seguia a rigidez do Colégio Pedro II. Os exames seletivos para o ingresso causavam aflição nos pais. As provas seguiam um cronograma e eram inspecionadas.

5. Nasceu no povoado Lagoa Funda, em Gararu (SE), em 22 de julho de 1897. Oriundo de uma família de agricultores pobres, contou com a proteção do padre da freguesia Francisco Gonçalves Lima, responsável em 1911 pelo seu ingresso no Seminário de Santa Tereza, na Bahia. Local no qual fez os cursos de Humanidades e Filosofia. Em 1913, retornou para Sergipe ingressando no Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus. Em 1920, tornou-se professor e sacerdote – vindo a abandoná-lo, em 1930.

6. Nasceu em 30 de julho de 1896, na cidade de Estância (SE). Filho do casal João Franco Freire e Eugênia de Carvalho Freire. Foi professor catedrático de Geometria e de Inglês do Colégio Atheneu Sergipense por mais de quarenta anos. Casou-se com Zulmira Alcides Freire, com quem teve sete filhos. Enveredou-se na política ao se candidatar pelo Partido Comunista Brasileiro a deputado estadual em 1947. Foi diretor da Instrução Pública durante os governos de Manoel Dantas (1929) e de Eronides de Carvalho (1935-1941) (SANTOS, 2021).

7. Cf. SILVA, Anna Karla de Melo. **Felte Bezerra**: um quartel de atividades lítero-científicas. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2014.

8. Cf. CONCEIÇÃO, Claudileuza Oliveira da. **A Escola de Química de Sergipe**: o processo de formação de um campo profissional (1948-1967). 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

9. De acordo com Figueiredo (1990), um deles era Lourival Garcez, proprietário de terra e dentista na cidade de Riachuelo/SE, que também foi vereador por Aracaju.

dentistas práticos com enorme clientela no interior de Sergipe, mudou-se para a capital baiana e se instalou na pensão de Dona Amélia, local no qual também se hospedaram seus companheiros sergipanos José Guimarães, Lélío Fortes, Silvério Fontes e José Garcez Dórea.

Muito embora as fontes contenham informações divergentes em relação às datas, o *Jornal Gazeta de Sergipe* (1970, p. 01) nos dá indícios que o trajetariado concluiu o curso complementar no Colégio Atheneu Sergipense no ano de 1943. Sendo assim, essa informação nos faz crer que ele iniciou o curso de odontologia em 1944, informação reforçada por Abreu et al. (2010). Segundo estes autores, o jovem Andrade Garcez teria iniciado seus estudos superiores em Salvador no ano de 1944, na Escola de Odontologia anexa à Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1946.

SUA PROFISSÃO ERA ODONTÓLOGO

Santos (2002) afiança que após concluir a graduação, João Garcez permaneceu na Bahia. Durante esse período exerceu odontologia no horário da noite em um consultório, localizado na cidade de Salvador, este cedido por um colega de faculdade. Quiçá nos finais de semana atendia na cidade de Mata de São João. Em 1950, retornou a Sergipe com a promessa de um emprego no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes – IAPC, vindo a ser nomeado funcionário interino por intermédio de seu pai, Álvaro Garcez. Por quase um ano dedicou-se às atividades de dentista no IAPC.

Em 1951, iniciou uma nova empreitada, com a ampliação e transformação do Serviço de Odontologia do Hospital de Cirurgia - HC em Serviço Buco-Maxilo-Facial, vindo a ser convidado para comandar o novo setor do hospital, conforme ressalva Silva (2007). Para Santos (2002), a boa relação que ele mantinha com o médico Fernando Sampaio teria lhe proporcionado essa oportunidade. Além das duas atividades, o jovem Garcez montou consultório particular no centro de

Aracaju nas proximidades do prédio da Agência Ford. Evidenciou-se que as atividades desenvolvidas no HC eram as que realmente lhe completavam, pois sua dedicação efetiva aos serviços no supradito hospital fez com que ele se tornasse referência em todo o estado de Sergipe.

De acordo com Bobbio (1997), suas ações nos levam a considerá-lo um intelectual experto – esta classificação se dá a um indivíduo que possui um domínio técnico sobre um determinado campo do conhecimento, capaz de intervir na solução de problemas concretos e na elaboração de políticas para tal fim. Partilhamos do entendimento que as classificações intelectuais, assim como as identidades, não são fixas/imutáveis. Portanto, no decorrer da trajetória de João de Andrade Garcez, é possível perceber diversas identidades (e classificações intelectuais) num único homem.

Com a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1967,

resultado de uma trajetória que foi iniciada no final da década de 1940, marco para o surgimento do ensino superior no estado. Institucionalizada em 15 de maio de 1968, a UFS é proveniente da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), seguida da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1961), número mínimo necessário de escolas superiores para que a fundação de uma universidade em Sergipe pudesse ser pleiteada (Jesus, 2018, p. 107).

De acordo com o aludido autor, o Art. 23, parágrafo 2º, do Estatuto de Fundação da UFS, determinava que, no menor tempo possível, a Universidade deveria instalar e pôr em funcionamento o Curso de Odontologia. A edição de n. 4.040 do *Jornal Gazeta de Sergipe* noticiou que o inteligente e honrado Serafim Gonçalves foi quem mais lutou pela concretude de uma Faculdade de Odontologia em Sergipe. Entretanto, Jesus (2018) notabilizou que o governo de Leandro Maciel deu grande impulso para que a Faculdade de Odontologia fosse criada apesar da não concretude, bem como que nessa época o senhor

Serafim Gonçalves não fazia parte da Sociedade Civil. Sem delongas, não querendo desmerecer e nem tirar o mérito do vice-cônsul de Portugal, o mencionado autor alegou que não tinha cabimento dar a ele o mérito maior, uma vez que o projeto de fundação contou com a ajuda de alguns cirurgiões dentistas formados na área. Dentre estes cumpre ressaltar a atuação e mobilização de João de Andrade Garcez pela implementação do dito curso nessa instituição, fato “que acabou se concretizando no ano de 1970 com o primeiro vestibular para o Curso de Odontologia” (Jesus, 2018, p. 110).

Jesus (2018) ainda afirma que no ano de 1969, João Garcez foi pressionado pelos membros da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe para assumir a presidência da entidade, uma vez que uma ruptura entre os membros da mesma, criada por divergências na formulação do estatuto para criação do Curso de Odontologia, acabou indo parar no tribunal. E o grupo do qual João Garcez fazia parte acabou saindo vitorioso. Naquele momento, João Garcez era o membro mais influente. Segundo Afrânio Bastos (2017), ele tinha prestígio com a sociedade sergipana e com o magnífico reitor da UFS, João Cardoso do Nascimento Junior.

No período compreendido entre 1969 e 1971, ele presidiu ainda o Conselho Regional de Odontologia de Sergipe. Sua constante busca pelo conhecimento fez com que fosse escolhido pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici¹⁰, em meados de 1970, para atuar como governador de Sergipe em um mandato-tampão de 9 meses.

Antes dessa nomeação, sua única atividade no cenário político foi como Delegado do Diretório da Aliança Renovadora Nacional

10. Emílio Garrastazu Médici nasceu no dia 4 de dezembro de 1905, na cidade de Bajé (RS), onde cursou o ensino primário. Filho do casal Emílio Médici e Júlia Garrastazu Médici. Por incentivo da mãe ingressou em 1918 no Colégio Militar de Porto Alegre. A carreira militar lhe permitiu atuar em vários cargos, notadamente também participou de diversos movimentos político-militar. Chefiou o Serviço Nacional de Informações – SNI e foi eleito pelo Congresso presidente da República, em 25 de outubro de 1969.

(ARENA) “em face da informação de que todo servidor federal era obrigado a filiar-se no partido do governo sob pena de não receber os proventos” (Dantas, 2004, p. 188). Sua nomeação foi noticiada pelo *Jornal Gazeta de Sergipe* conforme nos mostram as imagens contidas na Figura 01. No mesmo ano de sua nomeação como governador, 1970, o Curso de Odontologia começou a funcionar dentro da UFS.

Figura 01 - João Garcez é eleito novo governador para mandato-tampão



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe (1970).

João Andrade Garcez teve como vice Manoel Prado Vasconcelos¹¹. Embora fosse um homem voltado à profissão de cirurgião dentista, mostrou desenvoltura na política. Conforme Dantas (2004, p. 188)

11. Nasceu em 6 de janeiro de 1905 na cidade de Riachuelo (SE). Casou-se com Risoleta Prado Vasconcelos, com quem teve quatro filhos. Segundo noticiou o *Jornal Gazeta de Sergipe* (1970, p. 1), o vice-governador era um “industrial, comerciante, fazendeiro muito conhecido em Aracaju”, que em discurso alegou estar disposto a colaborar para o desenvolvimento de sua terra. Também atuou como prefeito de Nossa Senhora do Socorro pela legenda do PSD.

além de fazer questão em escolher seu próprio secretariado, escolheu pessoas “com experiência”, o que o ajudou a vencer as dificuldades, entre as quais as maiores foram as pressões do general-de-brigada Abdon Sena para punir vários políticos, o reitor e desembargadores. Envolto a tais problemas, durante sua gestão iniciou uma reforma administrativa, a construção de adutoras para o sertão e,

obras de preparação para o Porto, a liberação da TV e sobretudo ter conseguido que a unidade da Petrobras não fosse transferida para Salvador como queria o então presidente da referida estatal, general Geisel. Em todos esses três empreendimentos julgava decisiva a interferência do presidente Médici a quem atribuía grandes benefícios proporcionados a Sergipe. Além disso, em seu governo tentou-se renovar o setor educacional e desenvolveu ação cultural, voltada sobretudo para preservação da documentação do arquivo Público e dos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico, tudo sob a liderança dinâmica do seu Secretário de Educação (Dantas, 2004, p. 188-189).

Suas ações, quando estava no governo do estado, lhe renderam elogios e reconhecimento por parte da população que até os dias atuais ligam algumas benfeitorias a seu nome. Segundo Lafer (2009), quando os intelectuais estão interessados na vida política, eles podem desempenhar papéis diferentes que estão relacionados às suas responsabilidades para com eles próprios e, o mais importante, a avaliação amplamente aceita pela sociedade sobre o exercício desses papéis

No dia 15 de março de 1971, passou o cargo ao governador eleito, o engenheiro Paulo Barreto de Meneses, voltando a suas atividades no Hospital de Cirurgia, no consultório e no IAPC. Em 1972, passou a integrar o quadro docente da UFS, lecionando a disciplina Cirurgia Buco-maxilo-facial, especialidade que já atuava desde que retornou para Aracaju em 1951. Foi um professor que conquistou os alunos com sua simplicidade. Em 1973 ele recebeu a homenagem de honra ao mérito da primeira turma que se formou em odontologia em Sergipe.

Em 1981, aposentou-se pelo IAPC, embora continuasse exercendo atividades no Hospital de Cirurgia de Sergipe e em seu consultório particular. Em 1990, afastou-se da UFS. Foi casado com Delorisa Maria Vasconcelos Bastos Garcez e teve três filhos. apenas um deles seguiu a profissão dele, e foi exatamente aquele que leva seu nome, João de Andrade Garcez Filho.

CONSIDERAÇÕES

João Garcez desempenhou as três funções as quais lhe foram atribuídas de forma bem tranquila. embora tenha demonstrado sempre um apreço muito grande pela odontologia, é certo que a docência também lhe rendeu muitos frutos. Após analisarmos sua trajetória fica claro que ele não se encaixava no modelo de intelectual que escrevia sobre si ou sobre os outros, ele era o intelectual que fazia coisas, e também refletia sobre elas, foi alguém cujos objetos de trabalho não eram máquinas, mas ideias. Ele foi um intelectual que despertou no filho o desejo da odontologia como profissão, e nos seus alunos, além de estimulá-los a gostar ainda mais da profissão que escolheram, despertou em alguns deles, incluindo seu filho, o desejo pela docência.

Segundo Bobbio (1997), os intelectuais podem fazer a crítica do poder, podem legitimar o poder, podem assessorar o poder e podem - o que é mais raro - exercer o poder. João Garcez foi um desses casos raros, ele exerceu o poder em diversos campos nos quais atuou, foi presidente de Conselho de Classe, chefe de departamento e governador do estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira; SOUZA, Suely Cristina Silva. O ensino de matemática no curso complementar do Atheneu Sergipense. **Anais do X Seminário Nacional de História da Matemática – SNHM**, 2003. Disponível em: <https://www.cle.uni-camp.br/eprints/index.php/anais-snhm/article/view/66>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/garcez-joao-de-andrade>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BASTOS, Afrânio José de. **Ex-Professor da UFS** [abr. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017.

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acesso em: 1 jan. 2021.

LAFER, Celso. FHC: o intelectual como político. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 83, p. 39-63, Mar. 2009. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002009000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 fev. 2021.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DIAS, Sônia. Verbetes: Emílio Garrastazu Médici, s/d. **CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FERREIRA, Márcia Santos; AMORIM, Rômulo Pinheiro de. Intelectuais, História e Educação: os professores na história intelectual. **Póesis Pedagógica**, Catalão/GO, v.14, n.1, p. 77-93, jan/jun., 2016.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: O autor, 1990. - Vol. 5.

JESUS, Danilo Mota de. **Uma história da Odontologia em Sergipe: do ensino à estruturação do “campo” (1925 – 1975)**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018.

JORNAL GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 30 de Maio de 1970, p. 1-2. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

JORNAL GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 20 de Janeiro de 1970, p. 2. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

LIMA, Cristiane de Souza Santana. Curso complementar do Atheneu “Pedro II”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. - pp. 1 - 11. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/recursos/anais/14/1300888394_ARQUIVO_trabalhoparaanpuh.pdf. Acesso em: 01 jan. 2021.

SANTOS, Gilfrancisco. O Camarada Manoel Franco Freire, s/d. **Evidencie-SE**. Disponível em: <https://evidencie-se.com/o-camarada-manoel-franco-freire/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SANTOS, Osnário. **Memória de políticos de Sergipe no Século XX**. Aracaju: J. Andrade Ltda., 2002.

SILVA, Maria Neide Sobral da. José Augusto da Rocha Lima e o seu discurso sobre as prisões (1956). **Justiça & História**, vol. 6 – n. 11, 2006. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/66356/jose_augusto_rocha_silva.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

CAPÍTULO 10

DISCURSO MÉDICO A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES E OUTRAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO SÉCULO XIX

Juselice Alves Araújo de Alencar

No século XIX, a condição da mulher era de subordinação ao pai e, após o casamento, ao marido. Além da situação de insegurança jurídica, estabelecida pelas constituições Filipinas¹ que vigoravam em Portugal e no Brasil durante grande período do Império, previam-se punições mais severas para as mulheres quando ocorria um crime conjugal. Lordello (2002, p. 43) nos traz uma reflexão quando analisa a difícil situação da condição feminina nesse período: “A mulher brasileira branca do século XIX aparecia como um ser despersonalizado, com atividade circunscrita ao lar e à Igreja. Sua situação era de subserviência, até jurídica, passando das mãos do pai às do marido”.

Quanto às concepções educacionais, a primeira Lei do Ensino Primário, de 15 de outubro de 1827, por exemplo, determinava no art. 6º e no art. 12, além das diferenças dos tipos de escolas, as diferenças no currículo ofertado para os meninos e meninas. Assim dizia:

1. Código Filipino – compilação jurídica que resultou do Código Manuelino, por Felipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), durante o domínio castelhano. Ao fim da União Ibérica (1640-1850), o Código Filipino foi confirmado para continuar vigendo em Portugal por D. João IV. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as nações mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a constituição do império e a história do Brasil

[...]

Art. 12 As mestras, além do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos presidentes em conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º (Brasil, 1827).

Além das diferenças curriculares ofertadas para os meninos e meninas, nota-se claramente a discriminação do “sexo” manifestada na redação dos citados artigos, ou seja, a forma de como se daria a nomeação dos professores homens, em detrimento da nomeação das mestras, que seriam aceitas somente com autorização dos presidentes em conselho, e se tivessem reconhecida sua honestidade, critérios inexistentes para os mestres.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil imperial assumia posições da moral cristã muito bem delineadas, tendo como parâmetros educar à luz dos evangelhos da Igreja Católica. E um dos seus alvos principais era a educação cristã que a mulher deveria receber, tendo em vista os antigos ensinamentos, por exemplo, de São Tomás de Aquino que, ao longo de seus escritos, refere-se às mulheres como subdesenvolvidas, ou as considera como um homem falho: “[...] o pai tem de ser mais amado que a mãe e merece maior respeito porque sua participação na concepção é ativa e a da mãe simplesmente passiva e material” (LOI, 1988, p. 22).

Nesse momento, a Igreja Católica se voltava contra a influência de propagandas que pudessem influenciar negativamente o comportamento das moças, divulgadas por meio dos jornais e periódicos, pois

podiam trazer influência perigosa para a religião, para os bons costumes e principalmente para as mulheres e a família (Reis, 2000, p. 87). A Igreja espalhava o modelo de instrução e de normas para elas, sempre associando ao modelo das figuras bíblicas de Maria e Eva, de santa ou impura, de mãe ou pecadora. Nesta divisão de representações, esperava-se que as mulheres optassem pelo símbolo mariano, modelo de recato, pudor, decência, perfeição moral, aquela que aceita sacrifícios e a missão sagrada de ser mãe e educadora dos filhos. Assim, a imprensa era alvo de vigilância por parte do clero, que mantinha o cuidado de observar o que diziam os periódicos vendidos na época para, de certa maneira, não se omitir e inconsequentemente autorizar as várias representações do feminino que se podiam veicular por intermédio desses periódicos.

A educação feminina, especialmente das famílias de elites econômicas, com frequência, ocorria no espaço da própria casa, inclusive com a contratação de preceptoras², ou nos internatos. Nesses espaços de disciplinarização, as meninas e moças estavam condicionadas aos ensinamentos da moral cristã e aos rudimentos da leitura e escrita, não sendo desejável que avançassem aos graus secundários e/ou superior da educação formal:

A instrução ministrada às meninas nos colégios correspondia aos papéis de esposa e mãe a que estavam relegadas as mulheres na sociedade brasileira do século XIX, e os estudos se pautavam segundo a vontade das famílias. Assim, a instrução intelectual delas consistia no ensino primário, costumeiramente classificado em “primeiras letras”. Esses conteúdos podiam ser divididos em três classes: na primeira era ensinada leitura, escrita, doutrina cristã e primeiras operações de aritmética; na segunda

2. Pessoa incumbida de acompanhar e orientar a educação de uma criança ou de um adolescente. A mais famosa preceptora do Brasil Império foi Luísa Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral, preceptora das duas filhas de D. Pedro II, Isabel e Leopoldina; O nome da Condessa de Barral foi sinônimo de poder, e a amizade entre D. Pedro II e a Condessa durou mais de duas décadas (Albuquerque, 2016).

classe, gramática portuguesa, caligrafia, desenho, ortografia e, na terceira, análise gramatical e lógica, elementos de civilidade e princípios de moral e as “belas artes”. Em alguns colégios também eram oferecidas disciplinas do ensino secundário, mas sem possibilidade de progressão nos estudos superiores. (Conceição, 2017, p. 234).

Em determinados momentos e espaços no Brasil do século XIX, reivindicações em prol de instrução feminina puderam ser identificadas por meio da manifestação de mulheres e homens intelectualizados:

Entre a primeira metade do século XIX e a primeira do século XX a profusão de nomes foi pródiga. Além de Nísia Floresta, homens como José Lino Coutinho e Tobias Barreto levantaram a questão sobre a posição de inferioridade educacional das mulheres no país [...] O ensaísta sergipano Tobias Barreto (1839-1889), em dois discursos eloquentes, defendeu a solicitação de Josefa Águeda Felisbela de Oliveira e explicou o porquê da sua aquiescência. Para o advogado, se constituía em crime de lesa-civilização e lesa-ciência a ideia de que a mulher não possuía capacidade para os “misteres-científicos”. Rebatia assim a proposição da incapacidade natural feminina “para o cultivo completo de suas faculdades mentais” (Leite, 2005, p. 191-192).

No Brasil, esta posição foi defendida por mulheres como Nísia Floresta³, já citada acima, a qual fez a tradução do livro da feminista inglesa Mary Wollstonecraft, *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, em 1832, que pregava a igualdade entre os homens e mulheres, criticando a dependência feminina, introduzindo, por sua vez, ideias feministas no Brasil. Nísia Floresta se impôs defendendo o direito à educação para as mulheres, criticando a inércia da instrução feminina no Brasil imperial, propondo métodos de ensino mais inovadores e

3. Precursora do moderno Movimento Feminista Brasileiro, pioneira na luta pela alfabetização das mulheres, fundou no Rio de Janeiro, em 1838, uma escola inovadora, com métodos de ensino pedagogicamente mais sólidos, marco da história da educação feminina no Brasil. Elaborou vários artigos que publicava nos jornais com críticas à insuficiência da instrução feminina no Império (Leite, 2005).

colocando a educação como o caminho para o alcance da independência e da liberdade (Leite, 2005).

A ação educativa dentro do lar caberia às mulheres e elas deveriam repassar os ensinamentos dentro dos preceitos católicos, oferecendo para os seus filhos e para a família os “dogmas disseminados pela Igreja”, reforçando assim o argumento de que as “mulheres seriam responsáveis diretas e ao mesmo tempo multiplicadoras” da fé cristã e ajudariam na evangelização e conversão dos seus maridos, escravos e filhos, “recristianizando” assim toda a sociedade (Manoel, 1996, p. 2).

O Estado brasileiro, ao se posicionar em prol da exclusão da educação feminina, criou dicotomias no processo de formação escolar das meninas, determinando o que a elas cabia aprender. Diante dessa realidade, as igrejas preenchem esta lacuna, implantando escolas oriundas das mais diversas ordens religiosas que aqui chegaram.

Para meninas e moças, filhas da elite brasileira, eram direcionadas leituras de impressos que primavam pela inculcação de um proceder em consonância com a moral cristã e um conjunto de regras civilizatórias e de bem viver. Assim, o livro *Cartas Sobre a Educação de Cora: Seguidas de um Cathecismo Moral, Político e Religioso* (1849) revela que a leitura se fazia presente no seio da família do médico José Lino Coutinho. Cora, filha da elite baiana, sendo bem-nascida, podia ter uma educação que ia à frente do que era proposto para as mulheres da sua época. Reproduzia o modelo da mulher branca e bem-sucedida que poderia ocupar outros espaços, além de casar-se bem, porém sem deixar de lado os bons costumes e a obediência inerente ao comportamento das mulheres. Conforme Leite (2005, p. 74), “Lino Coutinho era um defensor da educação da mulher: desejava uma instrução mais ampla, completa e relativamente com mais liberdade para este sexo”. E para confirmar esta tendência de defensor da educação feminina,

Em 1826, o deputado José Lino Coutinho apresentou um projeto de lei que gerou muita discussão no Parlamento. Com o objetivo de aliviar as despesas da nação e vulgarizar a educação no país, ele propunha que, em cada convento de religiosas, se abrisse uma escola de meninas, na qual aprenderiam a ler, escrever e contar, além do catecismo da doutrina cristã e outras habilidades do sexo feminino (Reis, 2000, p. 96).

As cartas deixadas por José Lino Coutinho à sua filha Cora versam sobre toda a educação pensada para ela, o tipo de educação que deveria receber. Ao serem publicadas, em pleno século XIX, causaram espanto à sociedade imperial e foram motivo de críticas por parte de maridos e pais mais conservadores e de religiosos que se posicionavam reivindicando preceitos estabelecidos pelo clero.

As indicações de leituras iluministas à jovem também perturbaram o espírito cristão-reformista de religiosos como o futuro bispo da Bahia Antônio Macedo Costa. [...] as ideias materialistas e naturalistas, a primazia da educação física-higienista (corpo) sobre a espiritual, revelavam os conflitos no sistema de ideias vigentes. Pairavam naquela ambiência riscos que ameaçavam o poder da Igreja sobre os corpos e mente de seus discípulos. E num contexto de reafirmação dos valores do cristianismo as leituras de determinadas obras assumiam a postura de transgressão (Leite, 2005 p. 76).

De acordo com Gomes (2015), o Papa Gregório XIV, em 1832, em sua Carta Encíclica *Mirari Vos*, relacionou os males da sociedade da época às novas ideias de liberdade política, de combate à escravidão, de combate aos dogmas, etc., que estavam sendo divulgadas nas academias e liceus, que “corrompiam os corações dos jovens”, e somente a fé nos representantes de Cristo na Terra, os soberanos da Igreja, poderia manter a ordem pública.

Nos finais dos anos oitocentistas, os discursos sobre a importância para um país que dizia querer a modernidade começam a tomar forma, e as discussões em torno da educação para as mulheres ganham

força, no entanto se faz presente, também, a proposta educacional pelos princípios do catolicismo ultramontano⁴.

Segundo a interpretação do catolicismo *ultramontano*, o mundo moderno se constituía em um imenso perigo para a salvação da alma, porque se fundamentava na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política. Em outros termos, o mundo moderno se desenvolvia sem obedecer aos preceitos católicos e controle da Igreja. [...]. O fortalecimento do clero ultramontano permitiu-lhe assumir o poder interno à Igreja e impor essa visão como válida para todo o orbe católico. Acorados na ideia de ser portadora da Verdade, desde sempre estabelecida e claramente definida no Concílio de Trento, os ultramontanos julgaram que a salvação da sociedade em geral e do homem individualmente dependia da recristianização do mundo, tarefa, portanto, da exclusiva competência da Igreja (Manoel, 1996, p. 41, grifo do autor).

Portanto, dentro desse contexto, a educação feminina não estava isenta dos preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana, não se podia pensar na educação das mulheres sem uma formação cristã forte e sólida. Esse era o ambiente da educação feminina. E, segundo Costa (1967), os padres fortaleciam a imagem religiosa que as famílias queriam apresentar para a sociedade imperial como sinal de austeridade e honradez.

Segundo Gomes (2015, p. 67), a função da educação voltada às mulheres era rudimentar, estabelecendo como meta “[...] mais do que modelar, era preciso corrigir, regenerar através da escola e tinha ligação direta com a instituição família, onde esta última tinha a missão de preparar suas filhas para o casamento”.

O cotidiano diário das mulheres nos anos idos do século XIX era baseado em afazeres domésticos. A instrução era muito restrita, “muitas delas não tinham interesse para a instrução, a consciência de mudanças

4. Refere-se à doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Este movimento surgiu precisamente do lado francês na primeira metade do séc. XIX, que defende e reforça o poder do Papa em matéria de disciplina e fé (Holanda, 2001).

através do conhecimento era quase inexistente, quase mal entravam na adolescência já estavam se preparando para casarem-se, com vinte e poucos anos já eram cercadas de filhos” (Gomes, 2015, p. 69).

O que se permitiu às mulheres era despertar o gosto pelos afazeres domésticos:

[...] trabalhos de costura, bordados, confecção de objetos (flores, enfeites...), arte decorativa e culinária. A leitura, a escrita e o estudo da música, da dança e declamação completava a educação das moças. Este conjunto de ensinamentos demonstrava o empenho em se dotar as jovens para o matrimônio. Os estudos sobre a educação feminina no país têm ressaltado a insuficiência e as limitações do ensino para esta parcela da população, seja no âmbito doméstico, no espaço dos conventos ou nas primeiras escolas leigas voltadas para o seu sexo (Leite, 2005, p. 49).

Portanto, a educação oferecida às mulheres tinha por objetivo prepará-las para o casamento; as moças prendadas – que soubessem cozer, cozinhar, lavar e engomar bem as roupas, sem deixar dobras nas bordas ou nas mangas das camisas – eram, assim, as pretendidas dos futuros maridos.

Prescrições médicas para a educação da mulher

Com a intenção de normatizar a sociedade e impor seus preceitos, a medicina toma como alvo as mulheres, determinando que o comportamento delas, enquanto mães e esposas, ajudaria na construção de uma sociedade mais civilizada e pura. Em síntese, a mulher era representada como capaz de regenerar a nação, se seguisse as prescrições higiênicas da medicina. Desta forma, a medicina do século XIX produziu uma vasta literatura sobre assuntos diversos. Sobre a postura das mães ao amamentar seus filhos, sobre a gravidez, sobre a maternidade, a ponto de prescreverem comportamentos que soavam como proibições às mulheres.

Determinando normas sobre a família, a medicina higienista tinha endereço certo, e seu discurso, segundo Costa (1967, p.71), à família

da elite letrada, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado”. O autor continua dizendo que “os higienistas estavam firmemente convencidos, estrategistas lúcidos que eram das vantagens que a elite familiar podia extrair deste novo tipo de relação com o Estado” (p. 71). A classe médica ocupava espaços no seio da família imperial e elitista, normatizando e impondo regras de ordem social, surgindo aqui a tão decantada figura do médico da família. Assim, no século XIX, a medicina brasileira deu início a:

[...] duas de suas características, que não só tem vigorado até o presente, como têm-se intensificado cada vez mais: a penetração de medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado. (Machado et al., 1978, p. 155).

A medicina brasileira do século XIX fez intervenção em diversos e variados assuntos, perscrutou o espaço urbano nas cidades, apontando o que é positivo e negativo, percebendo “as potencialidades e os recursos e propondo um programa normatizador do indivíduo e da população-penetra em tudo e inclusive no aparelho de Estado. Relação que não é justaposição ou de apropriação, mas de imanência” (Machado et al., 1978, p. 157). A consolidação da medicina no Brasil, no século XIX, apresentou dois momentos importantes: o primeiro vai até 1870, época em que os discursos médicos apontaram a higiene pública como saída para ordenação social e questões de saúde e doença. Nesse período foram escritas 21 (vinte e uma) teses que trazem a questão da higiene como tema principal. O segundo momento seria a partir de 1870 até 1910, época em que o discurso médico higienista organizou e iniciou o controle social, incluindo o papel da mulher (VIEIRA, 2002).

As teses médicas sobre a educação feminina abordaram diversos aspectos. As discussões giravam em torno das roupas das mulheres (Tese escrita em 1896, de Rosalino Rego, com o título *Da esterilidade da mulher*); da educação sexual (Tese escrita em 1927, de Itala Silva

de Oliveira, com o título *Da sexualidade e da educação sexual*); sobre menstruação (Tese escrita em 1909, de Melchiseched Ferreira Fraga, com o título *A femina social*); aleitamento (Tese escrita em 1893, de Júlio Lopes Leite, com o título *Primeira infância – higiene e aleitamento*); aborto (Tese escrita em 1882, de Segismundo Garcez de Mendonça, com o título *Abortamento*); casamento (Tese escrita em 1851, de João Pinheiro de Lemos, com o título *Do celibato professado pelas mulheres*); higiene durante a gravidez (Tese escrita em 1868, de Elpidio Joaquim Barauna, com o título *Higiene da mulher em estado de gravidez*); higiene escolar (Tese escrita em 1898, de José Lopes Patury, com o título de *Higiene escolar*); normas familiares (Tese escrita em 1873, de Manoel Ludgero de Oliveira Campos, com o título *Em que consistem os temperamentos?*); Amor conjugal (Tese escrita em 1927, de Alcides Lopes de Siqueira, com o título *O amor como dirimente penal*); a saúde e a moral (Tese escrita em 1898, de Theodoro de Britto Pontes, com o título *O aborto criminoso*).

Se faz recorrente, nos temas das teses analisadas, o discurso médico em torno da educação feminina. As diversas temáticas abordam desde as regras de higiene para o corpo, a obediência da mulher no tocante às prescrições dos médicos; aponta o casamento como medida profilática para os males da alma feminina; além de determinar a idade ideal para as meninas, jovens e mulheres casarem-se; temas como a maneira mais adequada das mães amamentarem seus filhos são comuns nas teses doutorais; conceitos sobre comportamentos, de como zelar pelo repouso físico e o bem-estar, como o ambiente da casa deveria se apresentar; prescrições para elas afastarem-se de hábitos mundanos considerado nocivos à saúde, como ir a teatros, dançar, fazer uso de determinados tipos de leitura, etc., para assim não abalar a saúde mental, são discussões comuns nos textos médicos pesquisados.

Como relata Reis (2000, p.119), a Faculdade de Medicina na Bahia, no século passado, também focaliza muitos temas relacionados à saúde e à moral da mulher”. E segue nesta constatação:

Na construção da “mulher higiênica”, os médicos deparavam-se com a moda, que incluía todo tipo de divertimentos e comportamentos mundanos. Ela tornava-se a grande explicação para os males mentais, as doenças físicas e morais, o distanciamento entre mãe e filho. [...] Em 1845, Francisco Jacinto da Silva Coelho, com a tese *Considerações médico-filosóficas sobre a mulher*, dizia que “o que concorre para a perda da beleza da mulher são os teatros, os bailes, certas reuniões, que lhe perturbam o sistema nervoso”, e ainda que, certos hábitos das cidades “são perigosos para a saúde da mulher trocando o dia pela noite em bailes, festins e teatros” (p. 119).

Assim, dentro desse contexto, a higiene da mulher era para ser acompanhada e vigiada. E da menina ainda mais, quando entrasse na puberdade, e no período da menstruação, a vigilância precisaria aumentar, cabendo aos pais e educadores esta tarefa. E, conforme Gondra, foi nesse momento, nos anos oitocentos, que a medicina mais detalhou sobre os tipos de cuidados que os pais ou responsáveis pelas meninas deveriam ter quando elas estivessem menstruadas: “não contrariá-las sem necessidade nem repreendê-las asperamente, privá-las de tudo o que lhes pudesse causar uma alegria extrema ou uma tristeza profunda. Subtraí-las, enfim, de todas as emoções morais vivas” (Gondra, 2004, p. 214).

A representação que o período menstrual ganha nessa época era envolta em crendices que iam passando de geração a geração. Acreditava-se que o sangue fazia as plantas murcharem, podendo até matá-las, que se o sangue caísse sobre o ferro, este podia oxidar e até se animais, como cachorros, entrassem em contato com o sangue poderiam adquirir a raiva. O credo nas superstições também era muito respeitado e passado a todas as gerações. No período em que estivessem menstruadas, as mulheres não podiam participar de missas ou tocar em ornamentos sagrados (Gomes, 2015, p. 58).

Outra especialidade a que a medicina oitocentista dedicou atenção foi a moda para as mulheres, ou seja, como elas deveriam se portar. O médico baiano José Lino Coutinho, quando escreveu as *Cartas* para a

sua filha Cora, no item “Polidez nos Costumes”, prescreveu: “os vestidos de Cora deveriam ser singelos e decentes, [...] que não desafiassem a sensualidade dos homens”, pois considerava que alguns modelos eram enfeitados por demais e não ajudariam a configuração do corpo, visto que a atração entre os sexos deve acontecer naturalmente, e não por extravagância no modo de vestir ou enfeites exagerados (Reis, 2000, p. 163).

Nos relatos de Conceição, aparecem considerações que são feitas com relação à moda e às exigências que as alunas dos internatos tinham de cumprir. Segundo o autor, “as exigências ou recomendações dos internatos femininos sobre os trajes adequados também podem ser encontradas nos conselhos contidos nos manuais de etiquetas da época”. (Conceição, 2017, p. 269). Como exemplo, no *Código do bom tom ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, escrito, em 1875, por J. I. Roquette, encontramos estes conselhos ou regras de etiqueta:

Tem como regra geral minha filha, que o penteado, o calçado, os vestidos simples e modestos, tudo bem feito, aseado e bem composto; poucas cores vivas, e nunca contrastando uma com as outras, como as de arlequins; certo discernimento e juízo em modificar as modas naquilo em que ofendem a decência e prejudicam a saúde, são as coisas em que deves por todo o seu desvelo, e pelas quais darás provas de ter recebido uma boa educação, e te tornarás estimável a todas as pessoas que sabem apreciar o verdadeiro merecimento e a modéstia acompanhada do bom gosto (Roquette, 1875, p. 296).

Para corroborar com esta afirmação, Rosalino Rego, na sua tese escrita em 1896, intitulada *Da esterilidade da mulher*, condena o uso do espartilho, dizendo: “[...] é uma causa importantíssima da ante versão adquirida e favorece extraordinariamente a pressão exagerada sobre o fundo do útero” (Rego, 1896, p. 44). E o médico Elpidio Joaquim Barauna, na sua tese escrita no ano de 1868, portanto 28 anos antes, já chamava a atenção sobre os vestidos das mulheres, quando escreve, “[...] o vestido excessivamente apertado dificulta a respiração, a circulação e o

sangue determinando tosse habitual, tuberculose e aneurismas do coração; os espartilhos são monstruosidades, imprimindo um tipo anormal e informe em todo o corpo” (Barauna, 1868, p. 7).

O médico Elpídio Joaquim Barauna, na sua tese, estabelece os cuidados durante a gravidez como obrigações que as mulheres deveriam cumprir.

Sobre os banhos das grávidas: não se toma banho de água fria porque pode causar vários tipos de moléstias; os banhos de mar também acometem alterações no corpo da grávida; estes devem ser de acordo com a temperatura do corpo da mulher; a mulher não pode abusar de banhos, e quando dele sair, se envolver em tecidos que fornecem a dupla vantagem de protegê-la do ar e dos resfriados; os banhos mornos também podem causar edemas, portanto desaconselhados (Barauna, 1868, p. 9).

A medicina higienista na segunda metade do século XIX era favorável à amamentação, e sobre a maternidade estabelecia estreita concordância com as ideias de Jean-Jacques Rousseau, que se propagaram durante o período do Brasil Império, se fazendo ainda mais presentes na segunda metade do século XIX e no início do século XX.

Essas ideias ganharam força entre as mulheres da elite, e foram propagadas pela medicina oitocentista que associava a maternidade e a amamentação a uma nova maneira de ser sociável e aceita, sendo o comportamento que a sociedade esperava delas (Reis, 2000, p. 189).

O movimento higienista normatizou também o amor conjugal e marital da família oitocentista. Aconselhava-se às mães de família que orientassem as suas filhas no sentido de como amar os seus maridos, uma vez que, para os higienistas, “[...] chamam amor a essas fantasias de imaginação febris, que as fazem almejar essa ridícula união de corações em que o corpo não entra, [...], tal é o amor romântico, esse místico e apaixonado delírio [...]” (Costa, 1979, p. 230).

O amor conjugal, na visão da medicina, se configurava de outra maneira, a prescrição seria mais praticidade e menos paixão, pois,

segundo Costa (1979), as meninas deveriam ser educadas a diminuir os impulsos românticos e os afetos, para não chegar ao casamento com ideias exageradas e românticas do amor perfeito, aprendendo assim o verdadeiro sentido das relações sexuais, ou seja, o caminho para a fecundação e perpetuação da espécie humana.

A construção da representação de que a mulher é extremamente inconstante em seu comportamento e que suas emoções variam de acordo com o seu bom ou mau humor também foi disseminada pela medicina da segunda metade do século XIX, quando, de acordo com Costa (1979), “a mulher nervosa tornou-se, assim, um personagem imprescindível ao poder médico”.

Segundo Costa (1979), Gilberto Freyre, no seu livro *Sobrados e Mucambos*, relata que os médicos assumiram o papel de ser o confidente feminino, tirando a superioridade dos padres que exerciam esse papel de depositário e de aconselhamento. E servindo-se do estereótipo da mulher nervosa, a medicina higienista fez morada nas famílias, ensinando-as a usar o “nervosismo” para satisfazer seus desejos e impor seus limites, como insatisfação sexual, ou com as obrigações de dona de casa, como os afazeres domésticos, etc. (Costa, 1979).

Havia uma representação, no final do século XIX, de que as “crises nervosas” vivenciadas pelas mulheres poderiam ser percebidas como forma de resistência aos padrões impostos pela Igreja Católica e pelos médicos.

O diálogo que a medicina do século XIX estabelecia se dava quase que unicamente com as teorias do filósofo e educador suíço Jean-Jacques Rousseau, que em 1762 publicou *Émile* ou *Emílio*. O livro que fez grande sucesso, revolucionando a pedagogia, e serviu de ponto de partida para as teorias de todos os grandes educadores dos séculos XIX e XX. A medicina também dialogava com o filósofo inglês John Locke e com a moral cristã católica, fundamentando assim as teorias que modelaram a educação feminina brasileira.

Reis (2000) traz informações acerca da influência que a teoria rousseauiana exerceu sobre o médico baiano José Lino Coutinho,

deixando clara esta tendência nas cartas que escrevia para a filha Cora, “os conselhos a *Emilio* e a *Sofia* percorreram abertamente todo o tratado de Lino Coutinho, [...] a respeito da concepção de educação em etapas, do aleitamento materno ou da existência de uma natureza feminina e outra masculina” (Reis, 2000, p. 150).

Neste sentido, a história da educação feminina no século XIX traz em seu bojo discursos médicos que normatizaram a função da escola, da família, e “dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos” (Costa, 1979, p. 33), e do ambiente social em que essas mulheres conviviam; a Igreja Católica e setores da sociedade da época fortaleciam esses discursos, pois a educação oferecida a elas era restrita e limitada.

Na Constituição de 1824, essa ideia estava presente, contudo, o ensino superior continuaria vetado às moças brasileiras até a aprovação da Reforma Leôncio de Carvalho, de 19 de abril de 1879, Decreto nº 7247 (RAGO, 2000, p. 205), ou seja, depois de mais de meio século da promulgação da primeira constituição do Brasil.

O processo educacional, no Brasil, ofereceu uma educação diferenciada para as mulheres, se não oficialmente, ao menos baseada na concepção da divisão sexual, quando se atribuem áreas científicas aos homens e às mulheres as chamadas áreas das humanidades. Tudo faz crer que este pré-conceito se solidifica em nosso país no final do século XIX, afirma Tambara (1995, p. 87).

Esta resistência em aceitar a mulher como ser capaz de exercer funções de trabalho, que vão além do casamento e do lar, fez o sergipano Sílvio Romero ser autor de um episódio, quando assinou um artigo intitulado *Machadona*, ao se referir a uma mulher, a médica gaúcha Doutora Ermelinda Lopes de Vasconcelos, que no ano de 1888 defendeu sua tese sobre *Formas clínicas das meningites na criança: diagnóstico diferencial*. Segundo o Dr. Teixeira de Freitas, discípulo de Sílvio Romero, a estudante, ao conseguir se matricular, em 25 de abril de 1884, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, precisou antes passar

por dois exames, o de filosofia e o de latim, e Sílvio Romero foi um dos avaliadores que contestou a fala da estudante e criou-se naquele momento entre ambos uma animosidade (Rago, 2000). No referido artigo, o sergipano faz crítica à senhora por estar exercendo a carreira médica. A autora nos traz a fala do escritor sergipano: “Fique certa a doutora que os seus pés de Machadona não pisarão jamais o meu lar”. Segue narrando:

[...] por ironia o historiador da literatura brasileira foi obrigado a recorrer a uma reputada médica vinte e cinco anos depois, pedindo-lhe que viesse a sua casa em auxílio de sua mulher que estava prestes a dar à luz. A doutora prontamente o atendeu. Sílvio Romero completamente esquecido do que havia escrito pediu-lhe um desconto e permissão para pagar-lhe a prestação (Rago, 2000, p. 217).

Rago (2000) continua a narrativa: “Contrariando conhecido estereótipo de feminilidade, a doutora não perdeu a chance de lhe responder: O senhor me pagará caro e de uma vez! Entregando-lhe um envelope contendo o referido artigo” (p. 217).

De caráter eminentemente social e menos científico, as teses doutorais desse momento revelam que o discurso médico “adquire papel capital, [...] produzindo estratégias diversas para obter legitimidade, rompendo as fronteiras das organizações médicas, abrigando-se na imprensa, na política, na arquitetura, na economia, na urbanização, e inclusive na esfera da religião” (Gondra, 2004, p. 482-483).

Todas as teses doutorais lidas e estudadas argumentam a este favor, como exemplos de escritos do médico Barauna, na sua tese, quando aconselha a abstinência da vida sexual da mulher grávida, dizendo: “a higiene não cessa de prodigar [...] pela desordem que produz no organismo julga como um homicídio [...] durante os primeiros meses, deve a mulher abster-se, sobretudo as recém-casadas” (Barauna, 1868, p. 12).

Bem como existiu uma tentativa de culpabilizar a mulher pela sua sensualidade e feminilidade. Chamando-as de “sexo amável”, o

médico Rosalino Rego, na sua tese escrita no ano de 1896, censura a ambição das mulheres pela beleza, que as leva “não contentes com a beleza de seus rostos, a procuram embora por um meio prejudicial, a beleza de seus corpos” (Rego, 1896, p. 44).

O mito da mãe que ama e anula-se pelos filhos, da mulher doce e meiga, nascida e criada para as coisas do lar se fez aceito e foi sendo incorporado pela sociedade. As representações de que as mulheres são frágeis e, portanto, dependem dos homens, se naturalizaram com o passar dos anos.

Entre os anos 1851 e 1898, marco temporal desta pesquisa, foram defendidas 172 teses que versam sobre questões de ordem feminina dos mais diversos assuntos, demonstrando que a educação da mulher era alvo da categoria médica no Brasil na segunda metade do século XIX, e bastante fecundo no que diz respeito a assuntos inerentes à instrução delas. O ano de 1885 foi o que mais apresentou defesas de teses para o doutoramento, contando com 23 trabalhos. É importante registrar que todas os assuntos estão relacionados com gravidez, parto, abortamento, etc.

Não resta dúvida que durante o recorte temporal analisado, percebe-se o aumento de teses médicas que discutem a educação feminina, configurando-se o que apresenta Chartier (1992, p. 40), em seu artigo intitulado *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*: “neste período, mais do que no anterior, a construção da identidade feminina se enraíza na interiorização pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos”; normas que são inscritas e cumpridas na prática cotidiana, organizando a realidade e naturalizando a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), sempre construída pelo discurso que a funda e a torna legítima.

Referências e fontes

ALBERNAZ, Pedro de Barros. **Primeira Infância (higiene e aleitamento)**. Bahia: Typografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1898.

ALBUQUERQUE, Samuel. **A carta da Condessa**: Família, mulheres e educação no Brasil do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

BACON, Laura Amália de Souza. **Da alimentação da criança na 1ª infância**. Bahia: Imprensa Moderna Prudencio de Carvalho, 1898.

BARUANA, Elpídio Joaquim. **Higiene da mulher em estado de gravidez**. Bahia: Typografia. Conservadora, 1868.

BRASIL. **Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827**. Manda Criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 14 jul. 2020.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Artigo publicado na Revista *Annales*. p. 37-47, **Cadernos Pagu**. Tradução de Sheila Schwarzman-IFCH-Unicamp. 1992.

Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786> Acesso em: 14 jul. 2020.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. Aracaju: Edise, 2017.

COSTA, Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. 2. ed. Editora: Civilização Brasileira S.A. 1967

GOMES, Calil de Siqueira. **Mulheres plurais: a educação feminina à luz da missão educativa da Igreja Católica**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2004. 562p.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

LEITE, Júlio Pereira. **1ª Infância- Higiene e aleitamento**. Bahia: Litho-Typografia V. Oliveira & C., 1893.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870- 1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

LEMOS, João Pinheiro de. **Do celibato professado pelas mulheres**. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1851.

LOI, Isidoro. **A mulher**. São Paulo: Jabuti, 1988.

LORDELLO, Josette Magalhães. **Entre o Reino de Deus e dos homens:** a secularização do casamento no Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângelo; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma:** a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919):** uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996.

MENDONÇA, Segismundo Garcez. **Abortamento.** Bahia: Typografia Constitucional de França e Guerra, 1882.

OLLIVIER, Guilherme Arthur. **Diagnóstico diferencial da gravidez.** Bahia: Imprensa Popular, 1898.

PIMENTEL, Ignacio Luiz Verçosa. **Casamento ilegítimos diante da higiene.** Bahia.: Typografia Poggetti de Tourinho & C., 1864.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médica brasileira no século XIX. **Caderno Pagu**, n. 15, 2000. p. 199-225. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

REGO, Rosalino. **Da esterilidade na mulher.** Bahia. 1896.

REIS, Adriana Dantas. **Cora:** lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

ROQUETTE, J. I. **Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** Paris: V^a J. PAILLAUD. GUILLARD E C. livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875.

TAMBARA, Eliomar. **Positivismo e educação.** Pelotas: Editora Universitária, 1995.

VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Fio-cruz, 2002.

CAPÍTULO 11

O CURRÍCULO E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS SEUS EGRESSOS: O CASO DA PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM MODERNA NO BRASIL

Elizabete Farias Lima Silva

Josefa Eliana Souza

INTRODUÇÃO

A idealização do presente artigo emergiu a partir das aulas de Fundamentos da Educação II, disciplina obrigatória do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no que concerne aos estudos sobre as Teorias Educacionais moderna e contemporânea: reflexões acerca do processo formativo do homem, a partir de uma prática pedagógica pensada e comprometida com um determinado cenário sociopolítico e seus ranços ideológicos. Os textos explorados evocaram como preocupação central da disciplina uma visão ampliada acerca de alguns teóricos, entre os séculos XVI e XX, seus estudos e determinados constructos teóricos, fundantes do processo educativo na Europa, norte da América e, por consequência, ressonantes no Brasil.

Trata-se de um estudo, no âmbito da educação, afinado com a proposta de estudo da referida autora no processo de doutoramento, no tocante à História da Universidade Federal de Sergipe; com base nos textos trabalhados na disciplina, optou-se pela temática “matriz curricular da primeira Escola de Enfermagem no Brasil”. Sobral e Bretas

(2016, p. 21) pontuam que a pesquisa em educação compreende uma diversificação de objetos e olhares referentes a várias pautas, dentre estas: currículos escolares e História da Educação, destacando-se na segunda metade do século XIX, no bojo do desenvolvimento das Ciências Naturais¹.

Trata-se, portanto, de um momento pontual, marcado por imersões propostas por ilustres pensadores, no campo da filosofia, onde destaque: Francis Bacon e Comênio (2001), alinhados com um discurso voltado para uma didática propositiva e dinâmica, pautada no vivido, nas experiências, em um sistema de ensino organizado por diferentes níveis, defensores da máxima do “aprender fazendo”. A verdade pode ser experimentada no convívio com a natureza, assim, o método pedagógico tem seu embasamento.

Portanto, a reflexão no entorno da matriz curricular da primeira Escola de enfermagem no Brasil afina-se com a necessidade de relativizar o fundamento educacional posto e imposto, dado o momento histórico, basilado na proposta formativa, contexto social e econômico da época, não obstante, com fragmentos ressonantes na sua práxis, na atualidade.

Para tanto, o presente artigo pretende dialogar com as fontes históricas (imagens, textos acadêmicos e relatos) concernentes ao processo de construção da matriz curricular da primeira Escola de Enfermagem no Brasil, e o perfil deste egresso na sociedade. Com vistas à projeção de uma nação promissora e profícua, dignas de um Brasil República, o modelo instituído pelo Estado pautava na adoção de medidas sanitárias de prevenção e promoção à saúde, no combate às doenças pestilenciais que assolavam a população das capitais e regiões periféricas e, por consequência, impactavam no cenário econômico do País. Era premente a institucionalização da enfermagem como prática social.

1. Apontada por Comênio (2006), em sua célebre obra *Didática Magna*, que em sua abordagem defendia o “aprender fazendo”, ou seja, era necessário que o aluno tivesse um contato direto com a natureza [...] um aprendizado através dos sentidos, para além do que constava nos livros.

Apoiada em Chartier (2015, p. 21) quando pontua ser o conhecimento produzido na história uma das modalidades da relação que a sociedade mantém com o passado, é possível enfatizar que, no processo de institucionalização da enfermagem brasileira, a partir do movimento Republicano Brasileiro no entorno das políticas públicas instauradas na época, as ações propostas e empregadas, à época, ecoam e dialogam com a vida, na contemporaneidade, razão pela qual justifica-se a necessidade de compreensão acerca do vivido e, com base no passado, (re) pensar o presente e, por consequência, projetar o futuro.

É mister afirmar que o referido estudo visa a contribuir com pesquisas na área da Educação e historiografia, concernentes com as proposições e entendimentos no entorno dos caminhos percorridos para a construção de uma matriz curricular condizente com os anseios do Estado e, sobretudo, de uma sociedade que aspirava por melhores condições de vida individual e coletiva.

De acordo com Prost (op.cit p. 71), “não existem fatos, nem história, sem um questionamento; neste caso, na construção histórica, as questões ocupam uma posição decisiva”. Com base na referida afirmativa, segue como questões condutoras do referido estudo: Qual o impacto da matriz Curricular da primeira Escola de Enfermagem no Brasil na formação dos seus egressos? Qual a contribuição deste egresso a partir dos fundamentos basilares constituintes desta matriz?

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo: Refletir sobre a matriz Curricular da primeira Escola de Enfermagem no Brasil e o perfil deste egresso na sociedade.

PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM DO BRASIL

Precursora da Enfermagem Moderna, berço do ensino de uma enfermagem sistematizadora com embasamento técnico-científico, a Escola de Enfermagem Anna Nery, EEAN, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, até os dias atuais ocupa um papel de

vanguarda no cenário nacional, inspiração para muitas Instituições de Ensino superior.

A seguir, imagem I, do Pavilhão de aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery, situado no bairro Cidade Nova – Rio de Janeiro.

Imagem I



Pavilhão de aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery ""

Fonte: internet. Disponível em: <https://www.google.com/search>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Sua fundação deu-se por iniciativa do sanitarista e cientista brasileiro Prof. Carlos Chagas² e graças aos esforços das enfermeiras americanas que integraram a Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Instituição Tradicional, fundada em atenção às demandas sanitárias e políticas da época, pelo decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, posteriormente, pelo Decreto nº 17.268 de 31 de março de 1926, quando da sua reformulação e nova denominação, implantando, em todo território nacional, o modelo da Enfermagem Moderna, esta Escola demarcou, no País, o modelo de ensino e

2. Médico sanitarista, então Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública.

de prática de enfermagem moderna, segundo os princípios norteadores do Sistema Nightingale³. (EEAN, 2018, online)

Embora os relatos históricos endossem a existência das práticas de enfermagem, no referido contexto social, segundo Medeiros et al. (2008), “não havia propriamente escolas de Enfermagem, mas instituições religiosas cujo ensino e orientação da prática não obedeciam a nenhum programa formal”. Os escritos pontuam uma prática incipiente e tímida diante das demandas sociais existentes no período, traduzindo um ensino em enfermagem pouco explorado cientificamente, haja vista quando Galleguillos e Oliveira (2001) citam a necessidade da capacitação de pessoal para realização dos cuidados de enfermagem retratados na época.

De acordo com Tyrrel e Filho (2008), em atenção às demandas sociais emergentes no oportuno contexto, tornava-se imperativa a organização de uma divisão de ensino, traduzindo a necessidade de criação de enfermeiras de alto padrão, capazes de atender qualitativa e quantitativamente as demandas que se faziam necessárias, em função das difíceis condições de saúde a qual estava submetida grande parte da sociedade brasileira à época. Não obstante, as ações de saúde eram realizadas por pessoas leigas, os chamados “práticos”, o cuidado imprimia uma simbologia alinhada à prática caritativa, estando, o cientificismo, distante desta prática.

Período demarcado por momentos de grandes conflitos sociais, haja vista os impactos gerados à economia brasileira, por força da crise na saúde pública que assolava a sociedade e nos comprometia como nação. Vale lembrar que decorrente das epidemias e endemias que ameaçavam a população, bem como o painel econômico do Brasil,

3. Sistema idealizado e experienciado por Florence Nightingale, enfermeira, precursora na profissionalização da Enfermagem, considerada a “mãe” da Enfermagem Moderna no mundo. Segundo Carvalho (2014), “não foi apenas uma brilhante mulher de quem poderá dizer intelectualmente honesta, ela foi, de fato, muito corajosa fazendo tudo o que pôde para tornar o mundo um lugar bem melhor para se viver”.

movida nas primeiras décadas do século XX pelo setor agrário exportador cafeeiro, fazia-se necessário o saneamento dos portos para a continuidade das suas transações comerciais (Germano, 2003)

Diante das considerações, podemos afirmar que as doenças que acometiam a população, repercutiam não somente nas condições de saúde de um povo, mas enfraquecia a imagem do País no contexto sociopolítico-econômico. Portanto, a intenção era não somente o investimento dos recursos humanos, mas a organização de uma Escola de enfermagem que pudesse atender às necessidades prementes da época e demarcar um novo conceito da enfermagem brasileira.

Neste entendimento, a Escola trazia, no bojo do seu discurso, a idealização, proposta e fundamentada pelo modelo implementado pela missão técnica composta por enfermeiras norte-americanas, posteriormente consolidado pelas enfermeiras brasileiras, concernente à profissionalização, tecnologia e cientificidade da enfermagem, perpassando por um ensino de qualidade, nos moldes norte-americanos, mas, impreterivelmente, elencando elementos que traduzissem a realidade pública-nacional-brasileira, a exemplo: nossa gente, hábitos, costumes e perfil geopolítico.

A Escola de Enfermagem Anna Nery funcionou como padrão oficial para o País nos anos 30 e 40. O fato de ser uma escola exclusivamente feminina contribuiu para que as escolas de enfermagem criadas no Brasil, em conformidade com o “Padrão Anna Nery”⁵⁴, tenham permanecidas voltadas para a profissionalização de mulheres (Baptista; Barreira, 2006).

4. A denominação “Padrão Anna Nery” foi instituída por trazer como marco significativo a profissionalização da Enfermagem, sob o enfoque técnico científico, com vistas à adoção de medidas saneantes que assolavam a saúde pública à época, sob orientação e organização de enfermeiras. Espécime a ser seguido por outras Instituições, considerado como um padrão de excelência. Segundo Bezerra (2002), O decreto nº 20.109/1931 previa que as escolas de enfermagem que viessem a ser criadas fossem moldadas à Escola de enfermagem Anna Nery, tanto em termos de estrutura como de organização, pois só assim poderiam, após dois anos de funcionamento, solicitar ao Ministro da Educação e Saúde Pública, sua equiparação a essa Escola que, à época, era o padrão oficial para o ensino de enfermagem no Brasil. O decreto exigia, ainda, que as escolas candidatas fossem dirigidas por Enfermeiras, tal qual era preconizado pela Escola de Enfermagem Anna Nery.

MATRIZ CURRICULAR- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

De acordo com Araújo e Senna (2011), inicialmente, o modelo idealizado na composição da enfermagem brasileira, mais especificamente na EEAN, teve como norte os princípios de Florence Nightingale, adaptados e interpretados por enfermeiras americanas, a saber: um modelo de ensino de enfermagem vinculado ao âmbito hospitalar e valorização da experiência prática. Pontuavam-se princípios valerosos como: o ensinamento teórico sistematizado, autonomia financeira e pedagógica, além da gestão plena por Enfermeiras.

Portanto, o currículo implantado na Escola de Enfermagem Anna Nery, quando da sua criação, pautou-se no modelo Parsons⁵. O Plano Curricular constava de quatro partes básicas (Preliminar, Junior, Intermediária e Sênior) com quarenta e nove disciplinas e suas práticas de atividades que abrangiam as situações hospitalares, jornadas diurnas e noturnas, além das situações nos Serviços de Saúde Pública e outras atividades extracurriculares (Loyola, 2004, p. 123). A autora acrescenta que a mudança curricular foi parte de um projeto nacional patrocinado e financiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e denominado “Projetos Novas Metodologias para o Ensino Superior” durante o período de 1976-1985, sob a Coordenação especial da Prof^a Dr^a Vilma de Carvalho⁶.

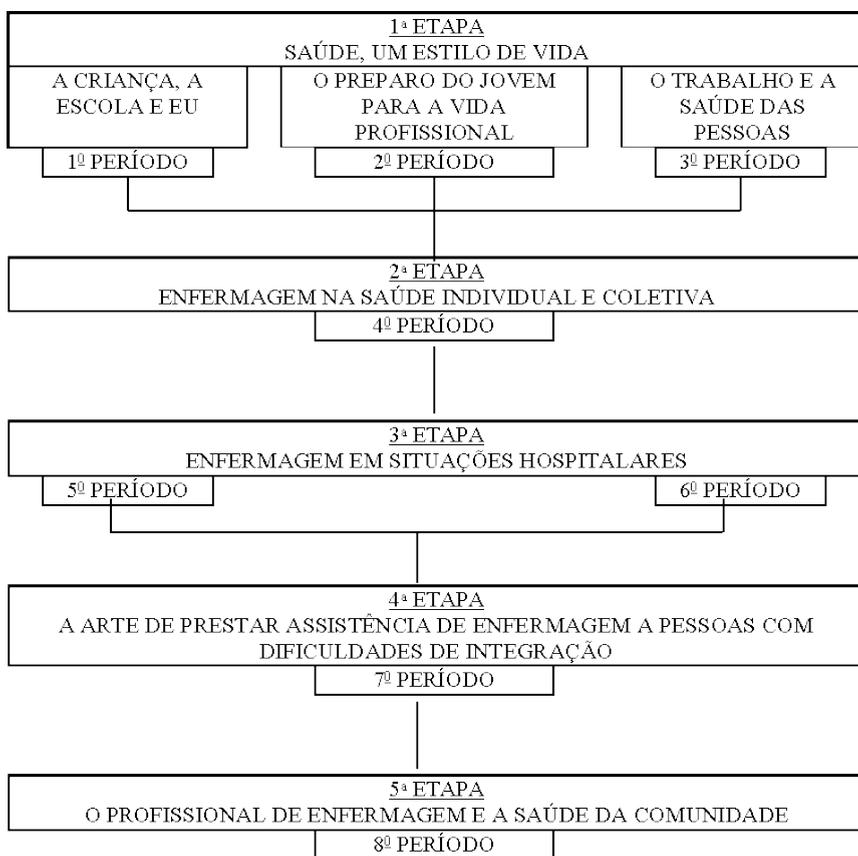
A década de 70 foi marcada pelo movimento da reforma universitária no País. Consoante o exposto, a EEAN manteve-se fiel ao currículo genuíno, com disposição no parecer CFE 57/79 (Brasil, 1979) implantado pelas enfermeiras americanas, posteriormente consolidado pelas enfermeiras brasileiras, segundo PPP (1983), e sofreu mudanças

5. Enfermeira Ethel Parsons, chefe da missão técnica de Cooperação para o desenvolvimento da enfermagem no Brasil, no período de 1921 a 1931.

6. Enfermeira pela Escola de Enfermagem Anna Nery, professora emérita EEAN/UFRJ, docente livre/titular de enfermagem de saúde pública, responsável por coordenar a mudança do currículo do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia da EEAN/UFRJ, ativo na atualidade.

consideráveis na sua estrutura e funcionamento. Com a criação de cinco departamentos de ensino, a partir de agosto de 1978, a graduação passou a se desenvolver nos termos do Currículo Novas Metodologias, sendo aprovado pelo Parecer CFE 57/83. A seguir, sob formato de esquema I, apresenta-se a composição da matriz curricular da EEAN, em etapas e relacionadas aos respectivos períodos.

ESQUEMA I – ETAPAS CURRICULARES E PERÍODOS LETIVOS CORRESPONDENTES



Autoria: CARVALHO, Vilma e Colaboradoras

Fonte: Internet. Disponível em: < <http://eean.ufrj.br/index.php/graduacao/etapas-curriculares> >. Acesso em 09/01/2019.

Nesta proposta, com o advento dos Programas Curriculares Interdepartamentais (PCIs), ou seja, programas seriados e ascendentes que na sua estrutura prevê o alinhamento entre teoria, prática e comunidade, onde a clientela assistida amplia o grau de necessidade a partir dos perfis assistidos, desde o grau mínimo até um nível de complexidade crescente. Portanto, a estrutura curricular é compreendida por treze Programas ascendentes que promove a integralização teórico-prática, além da sua aplicabilidade na e em razão da comunidade assistida. Vale registrar que o processo de planejamento curricular, à época, durou dois anos. (EEAN, 2019, online)

Os PCIs (do I ao XIII) servem de base às estratégias de ensino e de aprendizagem dirigidas aos alunos da EEAN, estabelecendo um crescente no tocante à complexidade. A prática é desenvolvida como segunda parte do PCI, onde se discute a temática e problemática de cada etapa curricular, a exemplo: saúde da criança, do escolar, cuidados básicos de saúde, cuidados ao cliente hospitalizado e cuidados às pessoas com necessidades de reabilitação e diagnósticos e estudos de problemas da prática, incentivando e iniciando o estudante de graduação na metodologia científica e investigação (Carvalho, 2006).

FORMAÇÃO DOS SEUS EGRESSOS

O Currículo “Novas Metodologias” consolidou-se como um movimento de proposições e ações favoráveis à formação de um egresso com aptidões, vocação e inclinação às demandas prementes, emanadas da sociedade; não obstante, ensejou um modelo já posto e aceito, doravante estabelecido pela missão das Enfermeiras do norte da América, endossado e adaptado por enfermeiras Brasileiras. Cabe pontuar que a EEAN possui como marco conceitual:

A Enfermeira como o fulcro de um processo do qual emerge a prática total da Enfermagem, entendida como ciência e a arte de ajudar à indivíduos, grupos e comunidades, em situações nas quais não estejam

capacitados a prover o auto-cuidado para alcançar seu nível ótimo de saúde (Carvalho, 2006, p.131).

Carvalho destaca, no marco conceitual da Escola, a Enfermeira como “ponto de apoio” de uma assistência de enfermagem totalizadora e integrada, subsidiada pelo coletivo, inclinando-se às necessidades individuais, dos grupos e comunidades, preocupando-se com as carências e necessidades humanas afetadas. A seguir, apresentam-se as competências a serem alcançadas pelos estudantes da EEAN/UFRJ.

QUADRO I – COMPETÊNCIAS A SEREM ALCANÇADAS PELOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

- Evidenciar condutas coerentes com o princípio de que o direito que toda pessoa tem à saúde implica no direito de receber adequada assistência de Enfermagem
- Avaliar a inter-relação dos fatores físicos, psíquicos, sociais e ambientais na saúde individual e coletiva.
- Manifestar atitudes que revelam a convicção de que como membro da equipe de saúde individual e coletiva
- Desenvolver o processo de enfermagem nas situações que envolvem ajuda a indivíduos, famílias, outros grupos da comunidade e à comunidade como um todo.
- Tomar decisões com base na utilização do método de resolução de problemas.
- Assumir atitude responsável frente aos fins e aos valores da Escola, da Universidade e das Associações de Classe.
- Participar de equipe microrregional de saúde.
- Estabelecer relações interpessoais produtivas.

Autoria: Por Vilma de Carvalho e colaboradores. Fonte: Internet. Disponível em: <http://eean.ufrj.br/index.php/gruaduacao/etapas-curriculares>. Acesso em: 09 jan. 2019.

É mister destacar, no tocante às competências a serem alcançadas pelos estudantes da Escola de Enfermagem Anna Nery, que, no processo de (re) construção da matriz curricular, houve uma compreensão de que o modelo a ser impresso deveria atender às aspirações do momento vigente, em culminância ao movimento educacional posto, onde propunha-se um ensino pautado na integralização e construção

de um indivíduo proativo e responsável com o seu papel social. Portanto, a EEAN almeja, na formação do seu egresso, um indivíduo com valores morais, senso de responsabilidade e, como apresenta-se no quadro I, com capacidade de desenvolver competências gerais e específicas, de modo sistemático e progressivo, haja vista que estas iniciam-se sob um olhar voltado para o campo existencial do indivíduo (condutas, direitos, convicção) e, progressivamente, amplia o nível de necessidade, estendendo-se para o pluralismo social, onde este indivíduo precisa relacionar-se com o meio, imbuído de uma lógica assistencial técnico-científica (ações, participação, envolvimento, relações interpessoais), perpassando todas as competências propostas na construção de um saber pautado no conhecimento teórico, sobretudo, enriquecido pelas experiências proporcionadas na prática do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, portanto, que a EEAN teve um papel “libertário” no que concerne às primícias da implantação e implementação técnico-educativas da profissão de enfermagem, assumindo a responsabilidade de proposição a uma nova metodologia baseada na cientificidade, sem deixar de estabelecer um paralelo acerca das influências agregadas no período pós-guerra e militar. A exemplo, Araújo e Senna pontuam (2011), como padrão da Escola, a preocupação com o comportamento pessoal das alunas, sua postura física e vestimentas.

O estudo nos revela que, no processo de reconstrução da nova matriz curricular da EEAN, as memórias da gênese da enfermagem moderna no Brasil, basiladas pelos preceitos de “Nightingale”, permaneceram atuais e vivos. O processo de modernização do Currículo, em atenção ao projeto “novas Metodologias”, teve, em muito, os seus efeitos, pelo alinhamento entre o papel do enfermeiro e a sua representação na sociedade, não somente voltado à prática sanitária, mas intensificando o papel do enfermeiro no âmbito hospitalar; dentro

dessas temáticas, pluralizando este “saber” e, essencialmente, propondo um aprendizado pautado nas experiências, na prática assistencial. Dewey (1978) já sinalizava, em sua pedagogia, que os temas curriculares, como todos os conhecimentos humanos, são produtos do esforço do homem para resolver os problemas que sua experiência lhe coloca. Mas, antes de se constituir esse conjunto formal de conhecimentos, eles foram abstraídos das problemáticas em que foram originalmente desenvolvidos.

Cabe apontar, no que se refere à matriz curricular da EEAN, que houve uma intencionalidade no processo de construção do currículo, no tocante ao perfil deste egresso e, sobretudo, da sua contribuição no cenário social, a partir dos fundamentos basilares constituintes desta matriz, ressonantes com a prática atual. Em que pese a proposta da matriz curricular por uma formação por competências (desenvolvidas pelos estudantes), almeja uma formação plena; um egresso ativo e proativo, inclinado às demandas prementes e emanadas da sociedade, capaz de reconhecer seu papel, no campo coletivo, e nele contribuir como profissional e ser humano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C.; SENNA, M. C.; Ciências humanas e sociais na formação das primeiras enfermeiras cariocas e paulistanas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, nov/dez. 2011.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I. A.; Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. **Rev. bras. enferm.** [online], v. 59, n.spe, p. 411-416, 2006, Disponível em: <http://dx.doi.org>. Acesso em: 08. nov. 2017.

CARVALHO. **A Enfermagem de Saúde Pública como prática social**. Original tese de Professor Titular (Concurso Público de Provas 1994) / Vilma de Carvalho. Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN, 2014.

_____. Acerca da mudança do currículo de graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ: considerações substantivas e adjetivas. In: CARVALHO, V. **Sobre Enfermagem: Ensino e Perfil Profissional**. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ, 2006.

COMENIUS, I. J. **A Didática Magna**. Introdução, Notas e Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Disponível em: http://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução Cristina Antunes. 2ª ed.; 1 reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. Tradução e estudo preliminar de Anísio Teixeira. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

EEAN/ Escola de Enfermagem Anna Nery. **Evolução histórica**. Disponível em: <http://www.eean.ufrj.br/default.htm>. Acesso em: jan. 2019.

GALLEGUILLOS, T.G.B.; OLIVEIRA, M.A.C. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v.35, n. 1, p. 80-7, mar. 2001.

GERMANO, R. Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil: (1955-1980). 4ª Ed. **Revista Ampl**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, Editora, 2007.

LOYOLA, C.M.D. Vilma de Carvalho: Uma história de vida. **Rev. Escola Anna Nery** [online], v. 8, n. 1, p. 123-128, 2004:

MEDEIROS, M.; TIPPLE, A. F. V, MUNARI, D. B. A expansão das Escolas de Enfermagem no Brasil na primeira metade do século XX. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Goiás, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n3/v10n3aXX.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 53-73.

SOBRAL, M.N.; BRETAS, S.A.; **Pesquisa em Educação: Interfaces, Experiências e Orientações**, Organizadoras. Maceió: EDUFAL, 2016.

TYRRELL, M. A. R; FILHO, A. J. A. 85 anos no Ensino da Enfermagem Brasileira. **Rev. Escola Anna Nery** [on line]. Mar. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-8145200800010000>>

AUTISMO E EDUCAÇÃO: HISTORIANDO ESSA RELAÇÃO EM TERRAS SERGIPANAS (1987-1993)¹

Walna Patrícia de Oliveira Andrade

INTRODUÇÃO

A história oficial do autismo deve muito às pesquisas realizadas pelo psiquiatra infantil Leo Kanner. Em 1935, Kanner lançou o livro *Child psychiatry* [Psiquiatria infantil], que, durante vários anos, foi o único manual no mundo sobre a psiquiatria infantil. Leo Kanner foi quem primeiro utilizou o nome autismo para denominar um contexto padrão de comportamento que ele observou em algumas crianças que estava estudando havia quatro anos; e, a partir desse seu estudo, publicou um artigo, em 1943, intitulado *Autistic disturbances of affective contact* [Distúrbio autista do contato afetivo], que mais tarde ele substituiu por Autismo Infantil (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Contudo, o próprio psiquiatra não se considerava “descobridor” do autismo. Para ele, o autismo sempre existiu; apenas não tinha sido identificado. O próprio termo autismo não foi criado por ele, este vocábulo já existia na lista de sintomas presentes na esquizofrenia. Esta palavra é derivada de uma palavra grega, cujo significado é “auto” e

1. Este artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada *Histórias e memórias de práticas educacionais relacionadas às pessoas com autismo em Sergipe (1962-1993)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2019, sob a orientação do Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição.

foi utilizada pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1910, para designar pacientes com esquizofrenia que tinham a tendência de se desconectarem interativamente do meio que os rodeava, passando a interagir apenas com sua realidade interna.

Portanto, havia já uma geração que a palavra “autismo” fazia parte do vocabulário psiquiátrico quando Kanner anunciou ao mundo que vinha observando ‘várias crianças cujo transtorno difere [...] notória e singularmente de qualquer coisa relatada até o presente’. Esse novo transtorno se parecia com o autismo dos adultos esquizofrênicos, mas afetava crianças pequenas, escreveu. Ademais, parecia-lhe que ele era algo ‘com que as crianças nasciam’. Manifestava-se cedo na vida e apresentava ‘fascinantes peculiaridades’ próprias, como lampejos de brilhantismo e o ‘desejo básico de solidão e mesmice’ (Donvan; Zucker, 2017, p. 53).

Esses comportamentos se referem aos sintomas descritos por Leo Kanner no artigo já citado, a exemplo da inabilidade de relacionamento com pessoas e situações desde a mais tenra idade; a uma solidão autista extrema em relação aos estímulos advindos do exterior; uma dificuldade de assumir uma postura emancipatória e de adquirir fala comunicativa, além de uma excelente memória. “Embora ele tenha listado uma série de outros sintomas, estes seriam os mais destacados e facilmente identificáveis” (Rosenberg, 2011, p. 23).

Porém, apesar de todas as pesquisas e estudos publicados por Kanner e outros importantes nomes da psiquiatria mundial, durante muito tempo o autismo foi considerado parte de um quadro de esquizofrenia. Somente em 1980 é considerado como uma nova classe de transtornos, os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TIDs), e, deste modo, classificado e inserido no DSM III e no CID 10², Ma-

2. A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, frequentemente designada pela sigla CID (em inglês: *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD*), fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças (OMS, 1997).

nual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e a Classificação Internacional de Doenças, ambos utilizados pela maior parte dos países ocidentais, inclusive o Brasil.

A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM AUTISMO

Desde a primeira definição do autismo feita por Kanner, em 1943, até o ano de 1960, este transtorno esteve classificado como pertencente à categoria de transtorno mental. Deste modo, por muitas décadas, sua única forma de tratamento estava vinculada à área médica, e mesmo quando se demandava alguma ação pedagógica, a medicina influenciava sobremaneira essa educação. O critério de seleção estabelecido era o nível intelectual, relacionando-o aos outros alunos de mesma idade. Eram esses resultados que classificavam as pessoas como normais ou anormais.

O critério para avaliar a anormalidade seria o grau de inteligência em relação aos alunos da mesma idade, bem como observação da atenção do aluno, da sua memória. Não se explicava o que seria inteligência, principal parâmetro para a classificação das crianças em supernormal ou precoce, subnormal ou tardio e normal. Porém pode-se supor que estivesse relacionada com o rendimento escolar, avaliado nas notas de classe (Jannuzzi, 2012, p. 34).

A primeira instituição criada no Brasil, especificamente para o atendimento educacional da pessoa com autismo, foi a Associação de Amigos do Autismo de São Paulo (AMA). A ideia nasceu do encontro de um grupo de pais organizado pelo Dr. Raymond Rosenberg³ em seu consultório, em maio de 1983, e a instituição foi fundada no dia 8 de agosto do mesmo ano. A AMA de São Paulo foi fundada por pais absolutamente comuns e sem nada que os destacasse em sua história

3. Médico paulista, pediatra e psiquiatra adulto e infantil, idealizador da pioneira AMA de São Paulo. Disponível em: www.ama.org.br/. Acesso em: 15 ago. 2019.

pregressa com relação ao autismo, mas que, devido a dificuldades extremas, perceberam que sem ajuda não teriam como dar dignidade ao futuro dos seus filhos. O que unia esses pais era o fato de terem um filho cujo desenvolvimento tinha variados níveis de comprometimento, e após muitas e frustrantes tentativas, terem chegado ao diagnóstico de autismo, descobrindo, então, que não existia no Brasil nenhum serviço ou atendimento especializado para esse transtorno (Mello et al., 2013).

Neste trabalho, a educação é compreendida como processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais as pessoas estão envolvidas de modo necessário e inevitável pelo fato de existirem socialmente (Libâneo, 2013), sendo que as práticas educativas estão determinadas por exigências sociais, políticas e ideológicas, constituindo-se por conhecimentos definidos que irão inculcar condutas e normas com o objetivo de moldar os seres humanos segundo finalidades educacionais de determinado momento histórico-social.

Em Sergipe, até o início da década de 1980, a palavra autismo era praticamente desconhecida. Todos aqueles que fugiam da normalidade instituída eram considerados excepcionais, sendo que não se acreditava muito na possibilidade de educação dessas pessoas. Neste sentido, pode-se dizer que as sociedades estabelecem meios de caracterizar as pessoas a partir de atributos comuns e naturais para os membros e grupos que delas fazem parte. Por meio desta classificação, os ambientes sociais estabelecem as probabilidades dos limites e possibilidades que podem ser mensurados. É importante compreender que, de acordo com Chartier (1988), se deve conceder atenção às condições e aos processos que determinaram as operações de construção de sentido e que tão importante quanto a ideia e os seus significados, é o uso que se faz dela. Neste caso, foi possível porque nas décadas de 1960, 1970 e 1980 o autismo era um diagnóstico raro e pouco pesquisado. Somente alguns médicos tinham informação a seu respeito, sendo que para a sociedade, de modo geral, esse era um assunto quase desconhecido e que causava curiosidade, gerando muitas especulações.

Seguindo esta perspectiva, podemos compreender que essas pessoas eram classificadas por meio de um estigma, entendido como “um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem [...]” (Goffman, 1988, p. 6). Entende-se então que um estigma é concebido como uma relação entre atributo e estereótipo, embora Goffman também sugira que haja modificação quanto a este conceito, visto que existem atributos que algumas sociedades desqualificam. O próprio senso de organização e classificação, muito presente no autismo, na maioria das vezes não é utilizado como uma forma de propor e direcionar práticas pedagógicas com certo nível de sentido para essas pessoas, sendo mais utilizado como uma característica para se propor diagnóstico.

O ano de 1981 foi um ano muito importante, pois foi lançado e aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes.

A finalidade do Programa de Ação Mundial referente às Pessoas Deficientes é promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de ‘igualdade’ e ‘participação plena’ das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação equitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (ONU, 1982).

Com esse programa, começam a surgir iniciativas relacionadas à educação das pessoas com deficiência no Brasil inteiro por conta da sociedade e da mídia, que começam a discutir a questão da atenção e da educação dessas pessoas. Em Sergipe, a responsabilidade com relação à educação desta parcela da população estava praticamente toda nas instituições que já existiam, como a Apae e o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, e depois, nas outras entidades que foram surgindo.

A partir de então, o estado de Sergipe, por meio de sua Secretaria Estadual de Educação, inseriu sua rede de serviços de Educação Especial por meio de uma equipe composta de uma coordenadora, Maria das Graças Barreto; pelas educadoras Iara Maria Campelo Lima e Maria Júlia Santos; pela fonoaudióloga Marilza Franco, e pela neuropediatra Marbene Guedes Machado. Esta equipe avaliava os alunos repetentes, e caso houvesse necessidade⁴, fazia os encaminhamentos para as classes especiais. As primeiras classes especiais do Estado foram implantadas na Escola de 1º grau 11 de agosto, criada na gestão do então governador Paulo Barreto de Menezes, no dia 14 de janeiro de 1970, mediante o decreto nº 3.017. De acordo com o censo realizado em 1981, no início da década de 1980, já estudavam nessa escola 38 alunos com algum tipo de deficiência (SOUZA, 2000).

Quanto às instituições educacionais em solo sergipano, a primeira a ser criada para atender exclusivamente as pessoas com autismo foi a Associação de Amigos do Autista de Sergipe (Amas)⁵, fundada na cidade de Aracaju no ano de 1987, por um grupo formado por quatro famílias que tinham filhos diagnosticados com esse transtorno. Essas famílias se conheceram nas terapias das quais seus filhos participavam e tinham em comum o desejo de encontrar um local apropriado para que os seus filhos pudessem participar de atividades educacionais e socializadoras específicas para o público com autismo, enquanto seus genitores estavam exercendo suas atividades profissionais.

4. Por meio de testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos eram diagnosticadas as crianças com algum tipo de deficiência, e estas eram encaminhadas às classes especiais. Após o diagnóstico, eram classificadas em dependentes treináveis ou educáveis (SOUZA, 2000).

5. A delimitação temporal teve como marco inicial o ano de 1987, quando foi fundada a Associação de amigos do Autista de Sergipe (Amas), primeira instituição sergipana que recebeu exclusivamente alunos com autismo. O marco final foi o ano de 1993, quando a Amas promoveu a Segunda Jornada de Saúde Mental em Sergipe, e essa instituição passou a ser referência em todo o país quanto ao seu trabalho educacional direcionado às pessoas com autismo.

O trabalho pedagógico realizado nessa instituição, informa sua primeira presidente MCr por meio de entrevista⁶, era basicamente composto por atividades voltadas à alfabetização para os alunos que apresentavam autismo leve e que estudavam no ensino regular, mas que precisavam desse apoio no contraturno para se desenvolver de modo mais adequado. Com essas pessoas, as atividades pedagógicas eram organizadas da seguinte forma:

Uma coisa bem maternal mesmo, cobrir letrinha, para isso às vezes era necessário segurar na mão, a questão do equilíbrio com o trabalho com obstáculos, reconhecimento de objetos concretos, formas, encaixes. Tinha um trabalho também com alinhavos, pinturas livres e com moldes vazados em panos de prato, lençóis, ponto de cruz, esculturas, tapeçarias, bijuterias, aquelas coisas todas que a gente fazia e vendia nas feiras. Esse trabalho também era realizado com os alunos com autismo mais severo, mas eles precisavam de mais ajuda. À medida que eles iam crescendo a gente ia fazendo coisas mais condizentes com as idades. Eu me lembro que uma vez que nós fizemos um ovo de páscoa, alguns fizeram sozinhos, outros com a gente, foi uma ‘sensação’ para eles. (MCr, 04/04/2019).

Com esse trabalho, as docentes entrevistadas percebiam uma evolução nos alunos, e informam que não recebiam muitos desses alunos na instituição, pois preferiam trabalhar se preocupando com a qualidade e não com a quantidade. Explicam também que os alunos com maior grau de comprometimento ficavam o dia inteiro na instituição e nela tinham tanto a hora do sono quanto da escovação, e todos esses momentos eram oportunidades de aprendizados relacionados às atividades da vida diária.

As professoras relataram que participavam dos cursos relacionados ao autismo promovidos pela instituição, ministrados por profissionais

6. No tocante às entrevistas, foram preservados os nomes dos entrevistados como forma de proteção às suas identidades. Neste sentido, houve a codificação por meio das iniciais dos nomes das pessoas.

de destaque nacional e recebiam uma orientação supervisionada por esses profissionais que a instituição trazia. Uma das primeiras professoras da instituição, VM, foi trabalhar na Amas a convite de sua irmã MG, uma de suas fundadoras. Ela já conhecia o autismo por conta do relacionamento com seu sobrinho SA, tendo convivido com ele desde o seu nascimento; moravam na mesma casa. Quando foi trabalhar na instituição era recém-formada da Escola Normal de Aracaju e não conhecia uma metodologia específica para se trabalhar com uma pessoa com autismo. Por conta disso seguia muito a intuição, porém, depois foi tendo conhecimento de formas mais direcionadas de se trabalhar pedagogicamente com essas pessoas a partir dos cursos promovidos pela própria instituição. “No começo era um trabalho intuitivo, de acerto e erro. A gente partia do que o aluno sabia fazer, do que ele era capaz. Hoje a gente chama de currículo individual do aluno” (VM, 06/05/2019).

Deste mesmo modo intuitivo de direcionar o trabalho pedagógico atuava a professora MA. Ela fez parte do grupo das primeiras professoras da Amas e se emocionou muito durante toda a sua narrativa, lembrando seu trabalho nessa instituição. Afirma que trabalhava do mesmo modo que com alunos sem deficiência do ensino regular, mas fazia algumas adaptações nas atividades, como deixá-las mais coloridas e atrativas visualmente. Apesar de classificar seu trabalho como intuitivo, a instituição contava com o apoio de profissionais como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, fisioterapeutas e alguns médicos que orientavam o trabalho realizado. Neste sentido, com relação à qualificação, a professora VM relata que a Amas, desde o seu início, forneceu um assessoramento muito bom, tendo o cuidado de buscar informações com um referencial teórico e clínico por meio de médicos de renome nacional na área do autismo. Porém, esse é um público difícil de se trabalhar, pois as variações dentro do transtorno são inúmeras. Se analisarmos os profissionais citados pelas professoras, perceberemos que era um apoio de conhecimento clínico, todos

atuantes na área da saúde, o que talvez justifique esse trabalho pautado na intuição, demonstrando uma lacuna nos conhecimentos de cunho pedagógico.

Com o intuito dar maior visibilidade à questão do autismo, angariar fundos, formar parcerias e fomentar a busca cada vez maior por conhecimento, a instituição promoveu duas jornadas de saúde mental. A Primeira Jornada de Saúde Mental da Criança e do Adolescente começou em Sergipe no dia 16 de outubro de 1987 e contou com a participação de alguns médicos de São Paulo e outros funcionários da Ama desse mesmo estado. Se estendeu a psicólogos, psiquiatras, pediatras e demais profissionais voltados para a educação. (Começa a Primeira Jornada... *Gazeta de Sergipe*, 1987, p. 2). Nessa jornada apareceram mais famílias cujos filhos tinham autismo e que estavam em casa, sem nenhum tipo de tratamento, alguns dos quais já tinham o diagnóstico definido. Participaram também dessa jornada estudiosos do autismo de várias partes do Brasil, e no período de intervalo entre as palestras que ministravam, a Amas aproveitava suas presenças para que dessem consultoria e atendessem os alunos, realizando diagnósticos.

Algum tempo depois da primeira jornada (não foi obtida uma data precisa), a Amas promoveu a segunda jornada de saúde mental quando recebeu a visita de uma pedagoga argentina, cujo nome era MR, buscando ser voluntária. Esta profissional fez todo o planejamento pedagógico institucional e das salas de aula, referente às atividades dos alunos. O trabalho passou a ser mais individualizado, com no máximo dois alunos⁷ por professora, com ênfase no comportamento e na construção da autonomia. Foi sendo desenvolvido um trabalho multidisciplinar com o apoio de um professor de educação física que trabalhava a psicomotricidade. Antes desta orientação pedagógica, as atividades

7. Devido às inúmeras variações existentes num quadro de autismo, principalmente no que se refere ao nível cognitivo e comportamental, é necessário um número muito pequeno de alunos por turma para que um trabalho de qualidade possa ser realizado.

realizadas na instituição eram o reconhecimento de números, letras, formas geométricas, a percepção gustativa em que se trabalhava a questão da seletividade alimentar, a mastigação de alimentos. MG também comenta este fato informando que aos poucos a instituição foi ganhando credibilidade também junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir dessas jornadas, as famílias passaram a ter um maior envolvimento pela causa do autismo, o interesse da mídia foi sendo despertado e com isso a Amas foi ganhando crescente credibilidade quanto ao seu trabalho, além disso, essa causa foi deixando de ser desconhecida para a sociedade do período. Segundo Chartier:

Perante as ideias, ou melhor, perante os conceitos que utilizam os homens de uma época, fornecendo-lhes um conceito próprio dessa época, a tarefa do historiador das ideias é, portanto, a de substituir a busca de uma determinação pela de uma função, função essa que só pode ser apreendida se for considerado globalmente o sistema ideológico da época considerada (1988, p. 49).

De acordo com praticamente todas as entrevistadas nesta pesquisa, o Estado pouco ou quase nada contribuiu para a educação das pessoas com deficiência que estavam nas instituições. Porém, no ínterim dos próprios discursos, deixavam claro que esta participação estatal se efetivava de maneiras diversas: cedendo professores e demais profissionais efetivos do Estado para trabalharem nas instituições, fornecendo merenda escolar, por meio da concessão de verbas públicas, equipando essas instituições com materiais pedagógicos e maquinários específicos.

Conclui-se, portanto, que independentemente dos motivos ou das representações inerentes aos discursos, não se pode negar a importância do apoio governamental para a existência e manutenção dessas instituições. A Educação Especial demanda capacitação profissional de qualidade, aparelhos e equipamentos onerosos e assistência por meio de profissionais do campo da saúde. Todo este aparato é muito dispendioso e sem o apoio público as instituições de educação especial não sobreviveriam sozinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo só teve maior conhecimento por parte da sociedade sergipana a partir do ano de 1987, quando foi fundada, por famílias de filhos com este transtorno, a primeira instituição de educação especial voltada especificamente para atender essas pessoas, a Associação de Amigos do Autista de Sergipe (Amas). Esta visibilidade se tornou ainda maior devido às duas Jornadas de Saúde Mental realizadas por essa instituição, da qual participaram médicos e estudiosos de várias partes do país. Além de discutir o tema, essas jornadas serviram para chamar atenção da sociedade quanto à existência deste diagnóstico.

As práticas pedagógicas realizadas na Amas ocorriam, na maioria dos casos, pautadas num modelo denominado pelas professoras de “intuitivo”, sendo que a partir dos resultados obtidos iam dando direcionamento aos seus trabalhos. Compreende-se, portanto, que com a criação da Amas, selecionou-se um alunado específico, contudo não foi percebido nesta pesquisa diferenças significativas quanto às práticas pedagógicas realizadas nas instituições anteriores a esta com os alunos com outras deficiências.

As hipóteses suscitadas nesta pesquisa decorreram de que as ações que se efetivaram na possibilidade educacional da pessoa com autismo partiram de seus familiares e não de uma política pública voltada para este fim; que as práticas educacionais eram voltadas às atividades de vida diária e que não existia uma relação entre o currículo formal trabalhado nas escolas regulares. Por meio das fontes utilizadas, compreendeu-se que as ações que visavam à educação das pessoas com qualquer tipo de deficiência, e não só do autismo, partiram do engajamento e da luta dos seus familiares, principalmente por meio da fundação de instituições. Contudo, foi constatado que essas instituições teriam dificuldades na manutenção de suas atividades e de seus profissionais sem a presença do Estado, isso devido ao aparato dispendioso necessário ao bom funcionamento destes locais. O governo estadual

também participou da educação das pessoas com deficiência com a implantação das primeiras classes de educação especial. Essas se tornaram mais um lugar onde os alunos com deficiência puderam estudar, visto que antes só era possível por meio das instituições especializadas.

Quanto às práticas educacionais serem voltadas às atividades da vida diária, elas faziam parte dos trabalhos desenvolvidos, porém o que mais se observou foi a primazia de atividades relacionadas, principalmente, à coordenação motora e conceitos básicos de português e matemática. Estes ensinamentos, talvez por conta do grau de deficiência intelectual presente nos alunos com autismo atendidos pela Amas, eram sempre num nível inicial, o que não se configurava como uma prática voltada para a alfabetização. Deste modo, faz-se relevante salientar que da mesma forma que não se pode limitar a capacidade de uma pessoa aprender, também não se deve exigir que ela adquira conhecimentos, que em determinado momento, não sejam compatíveis com as limitações que apresente.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**, Fifth Edition (DSM-IV). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Gualharo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COMEÇA A I JORNADA de Saúde. **Gazeta de Sergipe**, Nº 8.679, Ano XXXII, 16 de outubro de 1987.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 124p.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. et al. **Retratos do autismo no Brasil**. São Paulo: AMA, 2013.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **CID-10** Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10ª rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol. 2.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Programa de ação mundial para as pessoas deficientes**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm>. Acesso em: 16 out. 2019.

ROSENBERG, Raymond. História do autismo no mundo. In: SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves (org.). **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

SOUZA, Rita de Cássia Santos. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descasos, lutas dores e conquistas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2000.

Entrevistas

MA. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 29.04.2019.

MG. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 29.04.2019.

MCr. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 04.04.2019.

VM. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 06.05.2019.

CAPÍTULO 13

PRINCÍPIO DO MODELO ESCOLA-FAZENDA NO ENSINO PROFISSIONAL AGRÍCOLA (1956-1967)

Aristela Arestides Lima

APRESENTAÇÃO

Este capítulo apresenta as origens do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola do Brasil, no período de 1956 a 1967, datas que marcaram, respectivamente, as primeiras ideias e práticas do modelo, na Escola Agrícola Estadual Presidente Prudente e a instituição do modelo no convênio internacional firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Antes da implantação do modelo escola-fazenda na rede federal de ensino, o engenheiro agrônomo Shigeo Mizoguchi organizou na Escola Agrícola Estadual Presidente Prudente¹, em São Paulo, o curso de Liderança Rural. A finalidade do curso era formar líderes rurais, numa dinâmica de aproximação entre a escola e a comunidade, tornando o ensino útil e funcional. O estudante do meio rural permaneceria no campo, no seu lugar, na sua cidade, na sua propriedade. A partir das experiências com o ensino agrícola na escola de Presidente Prudente, Shigeo Mizoguchi angariou a condição de consultor do Ministério da

1. Essa escola foi criada para a formação de Líderes Rurais e Profissionais Agrícolas de Segundo Grau, no ano de 1942, com a denominação de Escola Prática de Agricultura, mas o seu funcionamento só ocorreu em 1956. Em 1964 a escola foi denominada Ginásio Agrícola Estadual de Presidente Prudente, e em 1969, Colégio Técnico Agrícola Estadual de Presidente Prudente (Martins-Salandim, 2007).

Educação e atuou na orientação de projetos que visavam à implantação do modelo escola-fazenda nos colégios agrícolas federais.

Os convênios firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, na década de 1960, eram parte de uma política nacional de incentivo à educação vocacional, ao desenvolvimento do meio rural, ao cooperativismo, à modernização e desenvolvimento do ensino técnico agrícola. Três convênios representaram essa política educacional: projeto ETA 1-3 (1965), projeto CONTAP II (1966) e o convênio “Evolução vocacional e treinamento rural” (1967). Estes convênios repercutiram na configuração de parâmetros curriculares do ensino agrícola, sobretudo na adoção do modelo escola-fazenda na rede federal de colégios agrícolas.

A Escola Agrícola Estadual Presidente Prudente

O engenheiro agrícola Shigeo Mizoguchi foi o principal organizador de um modelo de ensino agrícola na Escola Agrícola Estadual de Presidente Prudente, em 1961, a partir de um curso de Liderança Rural. Nessa época, a escola possuía uma área de 1.500 hectares, as casas dos colonos, alguns burros e arados. Sem verbas para alimentação e contratação de professores, Shigeo iniciou a proposta contando com a ajuda de fazendeiros e alunos, que doavam boi, saco de arroz, saco de feijão, caixa de mandioca e batata (Mizoguchi, 1981). Os estudantes desenvolviam projetos de produção nos turnos da manhã e da tarde. À noite, os professores ministravam aulas, sem retorno financeiro. A partir do que se produzia das culturas e das criações, criaram uma cooperativa na escola. Estas características estavam presentes na proposta de escola-fazenda das escolas federais.

A Escola Agrícola de Presidente Prudente era composta de uma fazenda (de café) e casas oriundas de uma colônia de japoneses, e no ano de 1956 iniciou o curso de Liderança Rural² para o ensino agrícola,

2. A ideia de “liderança” foi compreendida, na década de 1950, como a condição de qualificação dos produtores rurais para o trabalho, conforme o modelo dos Estados Unidos (Mendonça, 2010).

subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. O curso não tinha pré-requisitos, e sua intenção era ensinar uma técnica de trabalho a jovens do meio rural, dando-lhes a possibilidade de ensinar à sua comunidade o que aprendeu na escola. Seu currículo integrava aulas teóricas e práticas, disciplinas de humanidades (noções de português, matemática, ciências e desenho) e profissionalizantes (aulas práticas de agricultura – como a construção de hortas para o cultivo de verduras, milho, mandioca, batata e melancia – e pecuária – criação de animais). Funcionava nos turnos manhã e tarde, com teorias em um turno e práticas de campo em outro, e o turno da noite era reservado para o estudo. “Na sala de aula, a aula teórica, tinha que escrever, escrever, escrever.. Na época era assim. E à tarde puxar enxada, puxar enxada! Ia para o campo mesmo” (Martins-Salandim, 2007, p. 66). A estrutura do curso também contava com uma cooperativa-escola³ e funcionava em regime de internato.

A proposta do curso de Liderança Rural foi pensada para jovens agricultores, filhos de pequenos proprietários de terras, moradores das colônias que lá já possuíam propriedade. A finalidade era melhorar suas técnicas e o seu padrão de trabalho com a agricultura. O curso tinha duração de dois anos e não tinha equivalência de ensino regular. Porém, já anunciava elementos para uma proposta estruturada de um ensino profissionalizante: a necessidade de padronização e qualificação das técnicas de trabalho, a valorização da teoria e da prática, diversificação de culturas para o plantio e a organização de uma cooperativa (Martins-Salandim, 2007).

O curso de Liderança Rural pretendia a formação de líderes rurais, numa dinâmica de aproximação entre a escola e a comunidade, tornando o ensino útil e funcional. O estudante do meio rural permaneceria no campo, no seu lugar, na sua cidade, na sua propriedade, na condição de líder, para ajudar os vizinhos, repassando-lhes o que

3. As cooperativas-escola têm origem em São Paulo, na década de 1930. Foram criadas para auxiliar aos alunos nas situações econômicas, principalmente relacionadas ao material escolar e, também, com a finalidade de educá-los dentro dos princípios cooperativistas (Paula, 2010).

aprendeu na escola, conforme o relato a seguir, de Noriko Meguro, professora da Escola de Presidente Prudente, concedido à Maria Edneia Martins-Salandim (2007):

Na época o doutor Shigueo, que era ‘o cabeça’ de toda essa parte educativa do ensino agrícola, tinha a ideia de formar líderes rurais. O aluno seria líder no seu habitat, um elemento de ligação entre a escola e os agrônomos. A intenção, a princípio, era orientar pequenos agricultores, por isso chamava líder rural: levava os conhecimentos que aprendia e ensinava. Mas isso não aconteceu. Com o passar do tempo o objetivo não foi concretizado. Entre os parentes acredito que sim, mas dentro da comunidade não aconteceu. Só entre os compadres que se falava: ‘olhe, você vai plantar isso, então tem que ser assim e assado’. O objetivo era ir para o campo, para o seu lugar, sua cidade, seu sítio e ser líder na região, ajudar os vizinhos, passar aquilo que aprendeu na escola (Martins-Salandim, 2007, p.64).

Segundo o relato anterior da professora Noriko Meguro, o curso de líderes não ocorreu de acordo com o planejado. A ação do aluno limitou-se às práticas de orientação sobre a agricultura entre parentes, sem a oficialidade e responsabilidade de um líder de comunidade, mas mesmo assim formou uma turma no ano de 1958.

A produção era prioridade naquela escola, principalmente para a manutenção do sistema de internato. Era um regime considerado necessário para o acompanhamento da produção e sobretudo para os alunos de menor poder aquisitivo, uma vez que muitos deles eram oriundos de São Paulo, da Bolívia e do Japão (Martins-Salandim, 2007). Além dos estudos e práticas de campo, organizou-se uma cooperativa de produtores-alunos, representando uma ferramenta necessária ao direcionamento e controle dos novos saberes e fazeres daquele ensino. A formatura da primeira turma de Liderança Rural foi realizada no ano de 1958.

Na Escola Agrícola de Presidente Prudente, a partir do curso de Liderança Rural, foi desenvolvido um programa de ensino contendo aulas de conhecimento geral e profissionalizantes, os projetos de produção e uma cooperativa escolar. O programa da escola de Presidente Prudente

foi considerado o princípio do modelo escola-fazenda, reconhecido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. A partir desse momento, iniciou-se uma jornada de divulgação desse modelo para outras escolas, bem como a realização de cursos sobre a escola-fazenda, em Porto Rico e nos Estados Unidos (Martins-Salandim, 2007).

A escola de Presidente Prudente também recebeu a visita de representantes do Ministério da Agricultura e da USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional, do Departamento de Estado Norte-Americano) e foi contemplada pelo programa “Aliança para o Progresso⁴”, considerando a possibilidade de ali ser um “projeto-piloto para a educação agrícola no Brasil” (Mizoguchi, 1981, p.350).

O programa Aliança para o Progresso previa fundos para assistência aos países do “Terceiro Mundo” e foi considerado o principal programa de política externa dos Estados Unidos, na década de 1960, criado para incentivar o crescimento econômico⁵ dos países envolvidos. O financiamento no espaço rural era justificado, na ótica do imperialismo americano, pois a agricultura dos países latino-americanos era considerada “[...] um obstáculo estrutural ao desenvolvimento, dada sua tendência para exportação com base em latifúndio e minifúndio, baixo nível de incorporação de tecnologia e baixa produtividade” (Natividade, 2016, p. 2).

A proposta de ensino no Colégio Agrícola Presidente Prudente, desde o curso de Liderança Rural, foi considerada uma experiência-piloto de escola-fazenda para a educação agrícola no Brasil, composta pelos seguintes elementos: salas de aula, projetos de produção e uma cooperativa. O

4. A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação financeira e técnica dos Estados Unidos para o desenvolvimento socioeconômico da América Latina, formalizado no governo de John F. Kennedy, no ano de 1961. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 15 fev. 2020.

5. Para Henrique Alonso Pereira (2010), as ações dos Estados Unidos pretendiam, além de impulsionar o crescimento econômico, promover o treinamento policial e militar, numa política efetivamente anticomunista.

modelo de ensino desse colégio planejou a integração entre os conhecimentos teóricos da sala de aula com o desenvolvimento de práticas de produção agrícola nos projetos agropecuários da escola e a comercialização na cooperativa-escola. O sentido de cooperativa atribuído por Mizoguchi (1981), naquele contexto, passava por três objetivos: a centralização do poder aquisitivo, a eliminação dos intermediários e o sistema democrático. Este último estava relacionado aos benefícios econômicos que o próprio estudante poderia ter na condição de cooperado.

Convênios internacionais

As ideias disseminadas no colégio de Presidente Prudente estiveram presentes no convênio denominado CONTAP II, em 1966, firmado pelo Ministério da Agricultura, que tinha como objetivo, dentre outros, incrementar o cooperativismo escolar e o programa de Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica. Neste sentido, pretendia-se dar assistência técnico-financeira para o desenvolvimento do ensino técnico, paralelo a uma assistência educativa à população rural (Brasil, 1967).

No decorrer da segunda metade do século XX, o estímulo à divulgação do cooperativismo no ensino agrícola estava em consonância com o discurso estatal de desenvolvimento rural e de “vocação agrícola”, presente nos convênios internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Nesse último aspecto, o Programa Aliança para o Progresso teve ação considerável. Neste sentido, foi representativa a visita do secretário da Agricultura dos Estados Unidos, Oliver Freeman, à cooperativa dos produtores de granja – COGRANJAS, em Pernambuco, indicando o interesse dos Estados Unidos no dito desenvolvimento rural brasileiro, cuja via, nesse caso, era o estímulo ao cooperativismo rural agrícola. O secretário visitou todas as instalações da cooperativa, “[...] ficando deveras impressionado com o que pôde observar e também grato pela maneira correta como vinha sendo empregada a ajuda da aliança” (Sociedade Nordestina de Criadores, 1966, p. 87).

Os convênios internacionais para o desenvolvimento rural do Brasil propunham assistência financeira a pequenos produtores como medidas de estímulos à expansão dos setores agrícolas. Nesse sentido, foi desenvolvida uma política agrária com a colaboração da USAID, na perspectiva do crescimento econômico “[...] para transformar a pecuária tradicional de baixa produtividade em uma atividade econômica altamente produtiva” (Sociedade Nordestina de Criadores, 1966, p. 17).

Essa política de financiamento do setor agropecuário também repercutiu no ensino agrícola e foi considerada importante para o extensionismo de técnicas agrícolas modernas. Trata-se da produção de uma cultura concebida no conjunto de significados disseminados nos discursos e comportamento (Chartier, 1990). Os empreendimentos políticos podem ser compreendidos quando se dispõem a identificar a articulação existente entre as estruturas econômica e cultural, estabelecidas na relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Para Chartier, essa articulação entre as estruturas era necessária se construir

[...] sem aí projetar quer a imagem do espelho, que faz de uma o reflexo da outra, quer a da engrenagem, que constitui cada instância como um dos maquinismos do sistema, repercutindo todos eles o movimento primordial que afecta o primeiro anel da cadeia (Chartier, 1990, p. 67).

Admite-se a produção de uma cultura historicamente construída, transmitida e assimilada por meio de símbolos (manuais, diretrizes, modelos de ensino), e impulsionada por engrenagens que funcionam, mas nem sempre em um mesmo sentido.

Os convênios relacionados com o meio rural e firmados entre Brasil e Estados Unidos, na década de 1960, acabaram repercutindo intencionalmente na configuração de parâmetros curriculares do ensino agrícola, sobretudo na adoção do modelo escola-fazenda na rede federal de colégios agrícolas. O quadro adiante apresenta três convênios resultantes de acordos internacionais que repercutiram no processo inicial de instituição do modelo escola-fazenda na rede federal de ensino agrícola.

Quadro 1 – Convênios internacionais com impacto no ensino agrícola

Nº	Denominação	Ano da assinatura	Órgãos envolvidos	Prazo para execução	Objetivos
1.	Convênio/ Projeto ETA 1-3	1965	SEAV/ETA/ USAID	3 anos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o ensino vocacional agrícola e de economia doméstica.
2.	Convênio/ Projeto CONTAP II	1966	MA/USAID/ CONTAP	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> Formar e aperfeiçoar técnicos. Atualização pedagógica e técnica do corpo docente e diretores. Apoiar programas de modernização de equipamentos e instalações de escolas voltados ao melhoramento do ensino e do autoabastecimento. Desenvolver no ensino: <ol style="list-style-type: none"> Cooperativismos escolares. Programas agrícolas orientados. Hortas escolares. Complementação de maquinaria agrícola, equipamento, material didático, bibliotecas etc.
3.	Convênio/ Evolução vocacional e treinamen- to rural	1967	MEC/DEA/ CONTAP/ USAID	2 anos	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar as três escolas médias rurais da rede federal para que possam funcionar como escolas-piloto. Proporcionar aos estudantes conhecimentos técnicos e atividades práticas. Criar cooperativas escolares. Planejar e adaptar as escolas agrícolas de nível médio em escolas-fazenda. Elevar gradativamente as escolas médias agrícolas ao nível colegial. Incentivar a escola-agrícola a solucionar problemas do meio rural. Incentivar as universidades rurais para a formação de professores de técnicas agropecuárias e economia doméstica rural.

Fonte: Alves, 1968; Brasil, 1967

Esse quadro apresenta três convênios internacionais realizados entre o Brasil e os Estados Unidos, ligados às propostas de desenvolvimento rural, os quais, direta ou indiretamente, impactaram na configuração do ensino profissional agrícola, especialmente na definição do modelo escola-fazenda.

Evidencia-se a presença da Agência para o Desenvolvimento Internacional, do Departamento de Estado Norte-Americano – USAID, atuando como instituição operadora do programa Aliança para o Progresso, na perspectiva da assistência técnica e financeira (FONSECA, 2003). Destaca-se também o Convênio Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso – CONTAP, criado em outubro de 1965, o qual integrou dois convênios, cujas finalidades foram “[...] obter e gerir recursos para o financiamento de programas e projetos de cooperação técnica [...]” (Brasil,1967).

No projeto “ETA 1-3”, a contrapartida do Brasil estava na SEAV (Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário) e no ETA (Escritório Técnico de Agricultura). No Projeto “CONTAP II”, esses órgãos foram substituídos pelo Ministério da Agricultura (MA) e no projeto “Evolução vocacional e treinamento rural”, e o MA foi substituído pelo Ministério da Educação e Cultura.

Os três convênios se complementavam em conteúdo e finalidades, apresentando uma gradativa continuidade em seus objetivos. O primeiro (projeto ETA 1-3) estabeleceu, em 1965, uma proposta de assistência ao ensino agrícola inspirada na educação vocacional. Sua finalidade era utilizar os recursos para a assistência aos programas em desenvolvimento de educação vocacional agrícola e de economia doméstica (BRASIL,1967).

O segundo convênio (projeto CONTAP II) apoiou esse anterior, fazendo ampliações. Definiu a estrutura do ensino profissional agrícola em um programa de modernização em equipamentos e instalações das escolas, com foco no autoabastecimento, valorizando o cooperativismo escolar, os programas agrícolas orientados. O convênio tinha

a prioridade de ser “[...] suporte técnico-financeiro a programas de Ensino Agrícola de grau médio e assistência educativa à população rural” (Brasil, 1967a, p.61). Esse convênio teve a duração de dois anos e foi considerado a primeira tentativa de ajustamento das necessidades agrícolas brasileiras à legislação educacional. A pretensão do governo brasileiro junto à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV era “[...] formar trabalhadores especializados — feitores, capatazes e técnicos agrícolas” (Alves, 1968, p. 89).

Já o Convênio denominado “Evolução vocacional e treinamento rural” (1967-1969) valorizou a estrutura do ensino, apresentada no convênio de 1966, e definiu a escola-fazenda como modelo para o ensino técnico médio na rede, devendo ser implantado inicialmente em três escolas, que funcionariam como escola-piloto. As partes assumiram o compromisso financeiro e pedagógico da etapa inicial da implantação do modelo escola-fazenda, adequando-se às experiências bem-sucedidas já existentes nas escolas agrícolas e promovendo cursos de orientações sobre o modelo escola-fazenda, tendo como principal ministrante Shigeo Mizoguchi.

Considerações finais

O debate estabelecido sobre o princípio do modelo escola-fazenda mostrou os dois espaços que contribuíram para a constituição do modelo: o Colégio Agrícola de Presidente Prudente e os convênios internacionais estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, na década de 1960. Nesses espaços foram apresentados parâmetros pedagógicos e estruturais, relacionados ao ensino, trabalho e produção, definidores de uma política nacional de desenvolvimento rural e numa perspectiva de aproximação entre a escola e a comunidade.

O Colégio Agrícola de Presidente Prudente foi considerado uma experiência-piloto de escola-fazenda para a educação agrícola no Brasil, consubstanciada por uma estrutura composta de sala de aula,

projetos de produção e uma cooperativa. Seu programa, apesar de principiante, já sugeria a padronização e qualificação de técnicas de trabalho, a integração curricular entre teoria e prática, o desenvolvimento de projetos agropecuários e a comercialização dos seus produtos através da cooperativa-escola.

Nos convênios realizados entre o Brasil e os Estados Unidos na década de 1960, a proposta para o ensino agrícola esteve inspirada na educação vocacional, no cooperativismo, na modernização das técnicas de ensino e nas instalações e reformas das escolas, com foco no autoabastecimento das escolas agrícolas.

Na fase inicial do modelo escola-fazenda, observou-se que Shigeo Mizoguchi foi um importante intelectual, responsável por interferir na construção de parâmetros curriculares para o modelo, a partir das suas experiências no Colégio Agrícola de Presidente Prudente, e na disseminação do modelo escola-fazenda, no processo inicial de implantação na rede, ocupando os cargos de diretor geral do Ensino Agrícola no Estado de São Paulo e de vice-diretor do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional – CENAFOR.

Diante dessa abordagem, considera-se que as configurações iniciais ocorridas em torno do modelo escola-fazenda, na década de 1960, repercutiram na adoção do modelo junto à política nacional de incentivo à educação vocacional, ao desenvolvimento do meio rural, ao cooperativismo, à modernização e desenvolvimento da educação na rede de ensino profissional agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá do MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- BRASIL. MEC. **Convênios, acordos e Contratos, celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura e organismos internacionais**. Centro de Informações Bibliográficas do MEC, 1967
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mírian Jorge; HADDAD, Sergio (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez. 2003.

MARTINS-SALANDIM, Maria Ednéia. **Escolas técnicas agrícolas e Educação Matemática: história, práticas e marginalização**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio Claro/SP, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29 jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000200006>>. Acesso em: 20 abr.2019.

MIZOGUCHI, Shigeo. Um sistema de ensino brasileiro onde o jovem aprende, trabalha e ganha. In: **Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas periferias urbanas**. MEC/PRODASEC/URBANO (Documento final), Salvador, 1981.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. Aliança para o Progresso e educação rural no Brasil. In: **Anais do XVII Encontro de história da Anpuh/Rio**. De 8-11 de agosto, Campus Nova Iguaçu, 2016.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. **História: Debates e Tendências**, Universidade de Passo Fundo Passo Fundo, v.10, n. 2, p. 308-320, jul-dez 2010.

PAULA, Alessandra Edna. **O papel pedagógico das Cooperativas - Escola**: Um estudo comparativo da prática educativa do IFTO – Campus Paraíso do Tocantins (TO) e do IF Goiano – Campus Urutaí (GO). Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica /RJ, 2010.

SOCIEDADE NORDESTINA DOS CRIADORES. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. DPA. Catálogo oficial. **XXV Exposição Nordestina de Animais e Produtos derivados**, Pernambuco, 20 a 27 de nov.1966.

CAPÍTULO 14

PROPOSTAS PARA O ENSINO PROFISSIONAL NOS ESCRITOS EDUCACIONAIS DA GERAÇÃO 1870

Láisa Dias Santos

Joaquim Tavares da Conceição

INTRODUÇÃO

A temática ensino profissional, no cenário educacional do último quartel do século XIX, esteve atrelada à expansão industrial e comercial no Brasil e à modernização da agricultura. Ela foi considerada, por intelectuais da denominada geração 1870, como indispensável para a formação da mão de obra especializada para atuar nesse contexto de mudança econômica. Nesse sentido, este artigo objetivou compreender propostas de ensino profissional nos escritos educacionais de seis membros da geração 1870.

De maneira geral, o último quartel do século XIX foi palco de mobilizações políticas e intelectuais voltadas para a modernização das estruturas sociais nacionais. O movimento intelectual denominado de “geração 1870”, inspirado pelo desenvolvimento econômico e científico europeu e norte-americano, foi composto de intelectuais preocupados com “[...] problemas de unificação política, com a construção do Estado-nacional em bases modernas e com a superação das heranças arcaicas do período colonial” (Couto, 2013, p. 99).

Entre os membros da geração 1870, priorizou-se neste trabalho os escritos educacionais Aarão Reis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa,

Silvio Romero, Teixeira Mendes e Tobias Barreto. Como fonte de pesquisa, foram analisadas leis, artigos de jornais, discursos parlamentares e projetos de reforma de instrução pública disponíveis em arquivos físicos e digitais de instituições como Fundação Getúlio Vargas (FGV); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin; Biblioteca Pedro Aleixo; Biblioteca Digital do Senado Federal; Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

DEBATES ACERCA DO ENSINO PROFISSIONAL: CRÍTICAS AO MODELO VIGENTE (1870-1889)

No cenário educacional do último quartel do século XIX, o ensino profissional passava a ser condição indispensável para o progresso do país, ante outras nações. Entretanto, de acordo com Reis (1875), ao escrever no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, apenas a Escola da Marinha e Militar, Escola de Bellas Artes, a Escola Normal e o Instituto Comercial recebiam a definição de escolas profissionais. Para este engenheiro, o número reduzido e pouco diversificado de escolas profissionais, não só no município da Corte, mas também nas províncias do Império, significaria uma carência de profissionais para as artes mecânicas, o comércio, a indústria e a engenharia.

Dentre o que se considerou pouco investimento para o ensino profissional, destaca-se na década de 1870 a instituição do bacharelado em letras do Colégio Pedro II, na Corte e a criação de 13 escolas normais, bem como com criação de escolas técnicas superiores que abria carreiras práticas para grupos sociais não pertencentes ao estamento senhorial (Alonso, 2000). Esta última foi marcada pela reorganização da Escola Central, realizada no gabinete de Rio Branco. A partir de 1874, por meio do decreto 5.600 de 25 de abril de 1874, houve a separação definitiva da Escola Central, que deixou de ser meramente um

estabelecimento militar, para se tornar uma “Escola Polytechnica” no Rio de Janeiro. Neste espaço, foram ofertados seis cursos: o de ciências físicas e naturais; ciências físicas e matemáticas; engenheiros geógrafos; engenharia civil; de minas; e artes e manufaturas (Brasil, 1874).

Aarão Reis, engenheiro geógrafo, formado em 1872 pela Escola Central, reconhecia que até a criação da Escola Politécnica, a engenharia tinha uma organização absurda e incompreensível, tanto científica quanto administrativamente.

Para escola profissional eram demasiados e inúteis certos desenvolvimentos teóricos e as honras literárias e científicas que conferia; e para escola superior eram sem significação os estudos profissionais estabelecidos em seu plano de ensino; e, como se não bastara tão absurda organização, estava confiada ao Ministério da Guerra e era dirigida por um oficial superior do exército. [...] Pelo novo regulamento, essa escola tornou-se uma reunião de escolas superiores e escolas profissionais; e apesar de dividida em diversos cursos independentes, parece-nos que seria mais conveniente separar essas escolas uma das outras [...] (Reis, 1875, p. 39-40).

Apesar de reconhecer avanços em relação ao ensino profissional com a criação da Escola Politécnica, Aarão Reis (1875) acreditava que a simples divisão de cursos independentes não seria suficiente. Defendia a criação de uma faculdade de ciências físicas e outra de ciências matemáticas, deixando os outros cursos para constituírem a escola politécnica de engenharia.

A ideia de agrupar apenas os cursos de engenharia se perpetuou na década de 1880. Teixeira Mendes (1882), ao tratar de uma reorganização do ensino, propôs reduzir a Escola Politécnica a formar apenas engenheiros. Já Rui Barbosa, em 1883, propôs que a Escola Politécnica funcionasse concedendo títulos de bacharel em ciências físicas e matemáticas, engenheiros construtores e telegrafistas e engenheiros geógrafos. O curso de engenharia civil ficaria a cargo de uma Escola de Engenharia Civil, que deveria ser fundada sob a autoridade do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas e teria duração

de três anos. Excluir-seia o curso de minas da Escola Politécnica, nos moldes da reforma de 1874. Este, com duração de três anos, passaria a ser ofertado na Escola de Minas, em Ouro Preto, que seria elevada a Escola Nacional de Minas (Projeto..., 1883).

Se comparadas as propostas para a Escola Politécnica do gabinete de Rio Branco e a de Rui Barbosa, podemos perceber que a segunda, além de separar ainda mais os cursos, diminuiria o tempo de formação de cinco anos para três ou quatro. Assim, à medida que seriam separados os cursos, novos prédios seriam criados, o que necessariamente comportaria mais alunos. O aumento do alunado, somado ao menor tempo de formação, aumentaria significativamente a mão de obra necessária para as novas demandas da época: a modernização da sociedade brasileira, que incluía a passagem da economia fundamentalmente rural para iniciar um processo de industrialização e urbanização.

ENSINO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS DE MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA E AGRICULTURA NO FINAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Com a decadência do agrarismo cafeeicultor e a falência de bancos como o Nacional e o Mauá, firmou-se no Brasil, a partir da década de 1870, um frágil embrião de indústria que, em nome do nacionalismo e de pressões externas, reagiria e procuraria impor-se por meio de uma política protecionista (Holanda, 2004). “Caracterizou-se essa fase do movimento industrialista pelo congraçamento da indústria existente, que pela primeira vez no país se vai unir para tentar defender seus interesses e impor seus objetivos” (Holanda, 2004, p. 50).

Além da indústria, a agricultura tinha assumido lugar de destaque nos projetos de nações que tinham a instrução profissional como uma das vias para o progresso. Em países cultos e laboriosos, como a Prússia, Inglaterra, França, Holanda e Grã-Bretanha, a agricultura tinha ocupado o primeiro lugar das atividades. O jornal *O Industrial*, em 1883, alertava que os motores solares, o ensino agrícola, a indústria

de algodão e a divisão social do trabalho compunham o caminho a ser seguido para um progresso econômico (Barreto, 2016). Na esteira da modernização das profissões, surgia a necessidade de capacitar os brasileiros para atuarem nesses espaços. Segundo Santos,

Profissionalizando-se a mão de obra, seriam aprimorados os conhecimentos do senso comum tornando-os mais racionais, observáveis e, por consequência, prósperos. Havia a probabilidade de inovação no processo produtivo, melhoria do produto final e, por conseguinte, a concorrência dos serviços (2021, p. 145).

Contudo, no Brasil oitocentista, excluindo-se um pequeno grupo de profissionais saídos da classe latifundiária, restava uma ampla massa analfabeta ligada a trabalhos manuais, estes bem de acordo com a estrutura social e econômica vigente: “[...] exploração agrícola muito atrasada, quase primitivas as condições de vida no campo, onde o trabalho rural era relegado aos escravos e às camadas menos favorecidas da população” (Holanda, 2004, p. 430). Eis um dos cerne das críticas de membros da geração 1870:

É vergonha para um país que se diz essencialmente agrícola, deixar a sua lavoura entregue aos azares da ignorância rotineira. Nem uma escola de agricultura possuímos e os nossos lavradores, em geral, vegetam na mais crassa ignorância dos melhoramentos introduzidos nos processos agrícolas e dos princípios que regulam as diversas operações necessárias para a criação e desenvolvimento dos diferentes produtos agrícolas (Reis, 1875, p. 54-55).

Foi neste sentido que Rui Barbosa, em seu projeto de Reforma para o ensino secundário e superior, pensou na necessidade de um Instituto Nacional Agrônomo, destinado a dar aos alunos que frequentarem as suas aulas o curso superior de agricultura (Projeto... 1882). Para o deputado,

Não se trata de uma escola propriamente prática, destinada a formar administradores de trabalhos agrícolas. Essa instituição tocaria particularmente ao ministério da agricultura. O novo ensino é criado para as

classes que possuem a riqueza rural, e das quais depende, portanto, a direção da lavoura no país (Barbosa, 1882, p. 138).

A intenção de Rui Barbosa, assim como a de Aarão Reis, foi a de extirpar a ignorância dos proprietários das fazendas. Isso porque, por mais que tivessem os profissionais práticos, como os melhores engenheiros agrícolas, se os proprietários não estivessem preparados para compreender as indicações propostas por este tipo de profissional ilustrado, baldado seria tudo e novamente as práticas agrícolas seriam entregues à rotina (Barbosa, 1882).

A defesa da educação agrícola também esteve presente na sessão de 15 de abril de 1879. Joaquim Nabuco, ao fazer uma interpelação sobre a Instrução pública, ressaltou que a instrução agrícola vinha sendo defendida por membros ligados à Corte, que chegavam a ser “inimigos das universidades” e afeitos à educação agrícola (Nabuco, 1879). Joaquim Nabuco esteve a favor da necessidade de instrução agrícola, com vistas ao progresso do país e liberdade da ciência, mas defendia que só este tipo de instrução não seria suficiente, pondo-se contrário às propostas direcionadas a tal ensino nos moldes do presidente do Conselho:

A educação agrícola [...] pode ser a melhor, mas com a condição de não ser a única: se há uma aspiração legítima em um país novo, é ver destruída a uniformidade da vida, é ver novas profissões, novas indústrias repartirem entre si as diversas vocações da atividade do homem... Essa divergência entre as profissões é a condição essencial do progresso e, todavia, senhores, S.Exa. quer que todos sejamos agricultores e se fosse possível redigiria uma lei espartana nestes termos: ‘todos os brasileiros serão agricultores’. O nobre presidente do Conselho tem em vista um fato social da maior importância: S.Exa. não quer universidades porque elas só serviriam para criar empregados públicos, ou, como S.Exa. disse, bacharéis que andam mendigando empregos; mas aí está o erro de S.Exa.: não são as universidades que desenvolvem a empregomania. Em um país há lugar para tudo: há lugar para a escola agrícola e lugar para a

universidade. Não sei se é esse o pensamento do Gabinete, mas em todo caso, e no século atual, nenhum ministro deve proclamar-se inimigo das universidades, nem pode haver liberal que seja inimigo da ciência e que a queira substituir pela agricultura (Nabuco, 1879, p. 157-158).

Ao invés da uniformização das profissões, defendia-se uma instrução superior e profissional que desse conta de todas as riquezas naturais e necessidades econômicas e políticas modernas. Destacou-se assim a demanda por arquitetos, engenheiros, negociantes, fabricantes, professores, marinheiros, militares, etc. (REIS, 1875). O destaque para a agricultura era essencial, afinal grande era o número de lavradores que não tinham instrução necessária para aproveitar os recursos naturais dispostos. Contudo, não faria sentido apenas investir na agricultura se, por exemplo, não houvesse formação para o comércio, espaço em que as vantagens da lavoura poderiam ser auferidas. Nestes moldes, a mudança nos padrões de 114 trabalho deveria começar pela ampliação do número e diversidade de instituições profissionalizantes e locais de trabalho para exercê-las.

De iniciativa do governo central sobre o ensino profissional, destacou-se o decreto nº 7.247/1879. No seu Artigo 8, inciso 9º, ficou prevista a criação de escolas profissionais, destinadas à instrução técnica industrial, e escolas especiais, que ofertariam as artes e ofícios. Tais princípios revelam como, no final da década de 1870, a profissionalização da mão de obra estava sendo direcionada. A possibilidade de criar na Corte e nas províncias os estudos profissionais, para além dos superiores, revela um contexto econômico e social que se tinha ou se pretendia criar não só por membros da geração 1870, mas também por parte de esferas ligadas à Corte.

Direcionar um ato normativo que viesse a beneficiar a indústria é um indício de que no cenário formado a partir da década de 1850 e, sobretudo, com as ideias modernizadoras povoando gabinetes ministeriais, acirrar-se-ia entre os dirigentes brasileiros um dilema: promover uma ampliação da profissionalização, atendendo a uma necessidade

da indústria nacional, e ao mesmo tempo contemplar os interesses da lavoura. O fato do decreto nº 7.247/1879 ter sido elaborado por um liberal e aprovado no gabinete liderado pelo Partido Liberal faz vislumbrar interesses para com a indústria. Contudo, apesar da investida legislativa, arrastou-se até a década seguinte, de acordo com Romero ([1884] 1901), uma instrução “barata, avariada e enfeitada com palavras bonitas”. Para o autor, a situação de atraso do ensino, inclusive o profissional, esteve atrelada à intempestividade que marcava as reformas e reorganizações da instrução pública, quase sempre fruto de capricho de ministro sem critérios (ROMERO, [1884] 1901). Outro fator decisivo para o atraso do ensino, nas palavras de Romero, seria a perda do cunho nacional do ensino e a ausência de uma elevação filosófica e intelectual do alunado.

As questões mais sérias hoje, em assunto pedagógico, são as que se referem ao espírito mesmo do ensino, onde se debatem a velha e nova intuição do mundo e da sociedade. Homens precipitados, sem capacidade filosófica e doutrinária, cabeças superficiais, desorientadas pelo espetáculo vistos do industrialismo hodierno, entenderam de tal ser, em definitiva, o espírito dos modernos tempos e sonharam introduzir esse materialismo, essa americanização, até na esfera do ensino... (Romero, [1884] 1901, p. 152- 153).

Vale destacar que Romero foi a favor do ensino “profissional ou técnico”, afinal considerava necessária a formação de cultores da agricultura, do comércio e das indústrias. Porém, junto a tal investida, julgava necessários outros elementos como o espírito idealístico e a instrução, seu caráter nacional, competência do Estado para a consecução de um e outro desiderato, organização do ensino secundário, a questão da fiscalização e dos exames (Romero, [1884] 1901).

Ainda sobre a instrução profissional apresentada no Decreto nº 7.247/1879, merece destaque a criação ou provimento das escolas especiais e de aprendizado “para o ensino prático das artes e ofícios de mais imediato proveito para a população e para o Estado” (Brasil,

1879). Não foi explicado no decreto o que seriam, em termos de espaço, conteúdo ou mesmo nível de ensino, as escolas especiais. Como alertava Reis em meados da década de 1870, o que se tinha no Rio de Janeiro era:

Externato de Marinha, o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola Industrial. O primeiro, porém, resente-se de todos os defeitos que apontamos acima, quando esboçamos o estado atual do ensino secundário entre nós; e os segundos, que são das mais brilhantes manifestações do poder da iniciativa particular em matéria de instrução, ainda não estão em condições de bem satisfazer às exigências do ensino, tal como deve ser, e nem se poderão colocar em tais condições, enquanto a reforma da instrução pública não se apresentar completa e radical, pronunciando bem a frisando a distinção que apontamos (Reis, 1875, p. 25).

Destaca-se, no Decreto nº 7.247/1879, o ensino de artes e ofícios. A gênese deste tipo de ensino esteve na transição do trabalho escravo para o livre. As belas-artes serviram de base para a manufatura. O Liceu de Artes e Ofícios, fundado no Rio de Janeiro em meados do século XIX, teve a “[...] função de formar artesões e operários com lições noturnas, o desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico, os princípios das ciências aplicadas, e as artes livres” (Lima, 1957, p. 22). A criação de mais escolas como essa, no final da década de 1870, poderia significar, na ótica do gabinete liberal, o desenvolvimento da indústria.

No jornal *O Industrial*, consagrado aos interesses das “indústrias e artes, máxime da agricultura do país”, Tobias Barreto expôs ideias sobre o ensino profissional. Para ele, este ramo do ensino “[...] faria um grande bem às forças de trabalho, pois proporcionaria um meio de estar sempre em dia com os últimos progressos da ciência e da técnica, nos domínios superiores da atividade industrial” (Barreto, T., [15 jan. 1883] 1991, p. 186). A instrução seria uma forma de dar autonomia e liberdade ao homem, por meio de sua ascensão intelectual e

econômica. A concepção de educação, nestes moldes, contemplava o papel do Estado e da iniciativa privada.

Mesmo crente nas vantagens do *help yourself*, em que os homens seriam educados e habituados a cuidar de si, não nega a necessidade de que o Estado, e só ele, poderia garantir a união política, o interesse pelo belo e o cultivo da arte, necessidades de causa pública 116 (Barreto, T., [15 jan. 1883] 1991). Caberia, então, ao Estado responsabilizar-se pelo fecundo cultivo da arte. Ao pensar nas profissões e conceber uma necessidade de investimentos públicos na arte, percebe-se que o papel da educação nos debates de Tobias Barreto fincava raízes no ramo da cultura. Tobias foi católico, depois adepto à filosofia eclética de Victor Cousin, depois positivista, e cientificista. Logo em seguida foi monista, seguindo a linha de Haeckel, depois Schopenhauer e Kant, tratando de vários temas a partir da filosofia, culminando no que Silvio Romero intitulou como culturalismo filosófico (Barreto, R., 2016). Foi neste sentido que podemos entender o serviço que as artes prestavam à indústria nas obras de Tobias Barreto.

[...] Ora, a arte presta à indústria artística exatamente o mesmo serviço que a teoria aos conhecimentos técnicos. A arte não é somente uma indústria; é a escala superior de uma porção de indústrias que ela anima com o seu hálito e que morrem sem o seu calor. Não falamos daquelas profissões artísticas que se dedicam à imitação ou à exposição de obras originais, mas das artes industriais propriamente ditas. Os belos produtos da marcenaria, da vidraçaria, da cerâmica, da fundição, da tecelagem, em uma palavra, de todos os misteres que pertencem à arte decorativa, só prosperam sob a condição de que a grande arte tenha vida, cresça, progrida e lhes comunique o seu fogo e o seu calor. Em parte, nenhuma indústria do belo, a mais elevada e a mais frutífera de todas as indústrias, pode chegar a um feliz desenvolvimento, se ela não é inspirada e dirigida pela arte (Barreto, T., [15 jan.1883] 1991, p. 188).

A denominada “educação dos artistas” e a preocupação com a indústria remetiam à ideia de fazer com que o industrial entendesse o

que estava desenvolvendo e que deveria, portanto, atender à realidade e necessidade do Brasil. Para o florescimento de qualquer arte, não bastaria o tempo, o lugar, as circunstâncias, mas o verdadeiro entusiasmo artístico nasce da consciência de trabalhar para todos. “Sem íntima relação com o espírito popular, nenhum artista é capaz de produzir e a arte mesma não existe” (Barreto, T., [15 jan.1883] 1991, p. 189). Tal caráter humanístico e social da arte estendia-se nas obras de Tobias Barreto aos domínios da indústria. É a liberdade de criar, pensar e refletir que daria aos produtos da marcenaria, da vidraçaria, da cerâmica, da fundição, da tecelagem, dentre outras artes, um sentido artístico singular e personalíssimo, com uma impressão mais agradável, em contraposição ao simples fato de exercer uma arte mecânica. Essa importância dava-se ao caráter intrínseco das artes com a sociedade, pois era esta que iria gerar a necessidade da existência daquela.

A conformação artística da vida é por isso não só um direito, mas também um dever do espírito culto, que procura, segundo o modelo da natureza, abrandar os rigores da necessidade por meio de formas atraentes e animar o duro escopo da vida pelos encantos da beleza. Um belo móvel, uma bela ânfora, por 117 exemplo, nobilita, se assim podemos dizer, a necessidade a que ela satisfaz e desse modo eleva a prosaica precisão comum à altura de um livre e delicioso brinquedo, no que consiste, em última análise, como já houve quem o dissesse, o fundo essencial de todas as artes (Barreto, T., [15. Fev. 1883] 1991, p. 190).

Caberia então ao Estado dar uma “sólida educação de artistas”. O ofício era terreno para arte, apontava Tobias Barreto, pois em um simples quebrador de pedras poderia se erguer o espírito de invenção. Para tanto, não bastava o discípulo aprender o ofício na casa do mestre, concebendo e colocando em prática sua técnica. O progresso do tempo exigia que a cultura técnica do artista se associasse à cultura científica, em que o ensino fosse comum, de vantagens para muitos e até mesmo para todos.

Por meio da ciência se estabelece e explica muita coisa de que o artista necessita. O plástico precisa de conhecimentos anatômicos, o arquiteto de matemáticos, e o pintor deve ser familiarizado com os princípios da óptica. Isto, porém não se pode dar de indivíduo a indivíduo; faz-se mister um ensino comum, de vantagem para muitos, se não mesmo de vantagem para todos. E posto que a velha relação entre mestre e discípulo tivesse alguma coisa de patriarcalmente íntimo e respeitável, contudo, é certo que nem todo artista é talhado para mestre, e um grande número de habilidades técnicas é de tal natureza que só podem ser adquiridas em uma escola (Barreto, T., [15 abr. 1883] 1991, p. 190).

Na visão de Tobias Barreto, o Estado deveria ter uma responsabilidade, mesmo que mínima, com a indústria artística, sobretudo com os liceus de artes e ofícios. Isso não significaria total responsabilidade, mas uma garantia de que a arte aparecesse sob forma de uma atividade prática, na categoria trabalho. Para isso, seria mister a abertura de caminhos ao desenvolvimento da industrialização das flores, por exemplo.

A instrução puramente prática poderia então associar-se à história natural e à botânica, por meio de cursos ou de preleções públicas, onde não se tratasse senão de flores e dos proventos de seu cultivo. A isto poderia ainda reunir-se o estudo das sementes, por meio de coleções delas e experimentos de plantio; e deste modo o interesse pelo trabalho cresceria na proporção em que se manifestassem os seus ótimos resultados (Barreto, T., [15. abr. 1883] 1991, p. 196).

Ao intitular um artigo do jornal *O Industrial* como “As flores perante a indústria”, Tobias Barreto chamou atenção para um verdadeiro ponto de vista da década de 1880, a profissionalização. As flores, um elemento poético, passariam a ser um elemento científico, em outras palavras, o trabalho vocacional passaria a produzir algo mais notável perante a economia 118 do país. Para tanto, os elementos fundamentais desse novo gênero da indústria seriam dados pela formação profissional, inclusive da mulher.

É lastimável que assim seja, mas é verdade: há uma coisa melhor do que aspirar inutilmente uma bela flor, ou vê-la inutilmente murchar nos cabelos de uma mulher – é vendê-la por bom preço. Quem a compra? O perfumista, ou outro qualquer que saiba pôr a parte aromática medicinal, a parte decorativa, e até mesmo a parte simbólica das plantas e das flores a serviço da indústria (Barreto, T., [15. mai. 1883] 1991, p. 197).

A industrialização das flores proporcionaria um desenvolvimento no comércio. Uma fábrica de perfumaria em Nizza, exemplificou Tobias Barreto ([1883] 1991), empregava sozinha 12.000 libras de violetas, 140.000 libras de flores de laranja, 20.000 de flores de acácia, 32.000 de jasmims, 140.000 de folhas de rosa, 8.000 de angélicas, e mais uma imensa quantidade de ervas aromáticas. Os dados estatísticos utilizados pelo autor seriam suficientes para mostrar que, para além de um entretenimento, o cultivo das flores poderia ser uma fonte de renda, caso fosse entendido e tratado como um trabalho. “O que importa é fazer compreender que as flores, por si só, podem constituir uma boa indústria [...]” (Barreto, T., [15. jun. 1883] 1991, p. 200). E isso se faria por meio da instrução profissional que requeria atenção financeira do Estado e uma atenção cultural das famílias. Faltava ensino, e mesmo quando este havia, faltava o senso da natureza. As meninas não querem nem podem ter interesse pela botânica. “O medo de tonar a cútis trigueira e as mãos menos macias do que convém é muito grande para que se possa empreender um trabalho cujo verdadeiro fim se desconhece” (Barreto, T., [15. mai. 1883] 1991, p. 199).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER

Nos debates sobre a profissionalização, foi levantada a necessidade da profissionalização feminina. Em suas obras, Tobias Barreto considerou esta questão como forma de emancipação da mulher que se faria sob três pontos de vista distintos: o ponto de vista político, o civil e o social. Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, não

achava ela precisa naquele contexto. Do ponto de vista civil, julgava necessário libertá-la dos velhos prejuízos, legalmente consagrados, sobretudo na família, onde ainda prevalecia o princípio bíblico da sujeição feminina, o que incluía o poder absoluto do homem sobre ela. “Ela não tem, como deverá ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se, como escrava, à soberana vontade marital” (Barreto, T., 1879, p. 182). Por fim, ainda pensando em um modo mais adequado à civilização, ele escreveu entendeu a emancipação social feminina como:

Aí é que está compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assunto. 119 Se, pois, não se trata de fazer uma concessão de tal natureza, que venhamos daqui a anos ter uma deputada ou aspirante à presidência da república; se não se trata mesmo de conceder à mulher esta ou aquela liberdade no domínio do direito civil propriamente dito; se é, unicamente, um passo dado para a emancipação social, no sentido em que falei; se é este o primeiro exemplo que vamos dar, a primeira porta que vamos abrir, um incentivo que vamos criar para o belo sexo em geral; por que não fazer essa concessão quando ela é tão pequena, quando é um favor tão simples, que quase nada custa à província? (Barreto, 1879, p. 183).

Tobias Barreto reconhecia que o homem tinha maior desenvolvimento de suas qualidades, se comparado à mulher. Contudo, a causa dessa condição era a educação incompleta, a cultura escassa da mulher, que vivia educada exclusivamente para a vida íntima e para a vida da família (Barreto, 1879). Por isso elaborou um projeto de Lei com vistas à fundação de uma Escola Superior Feminina. Sua proposta de instituição educativa (Paternogógio) “[...] baseou-se nos autores Friedrich Adolf Wilhelm Diesterrweg, Friedrich Froebel e Johann Heinrich Pestalozzi para quem, de uma maneira geral, a educação deveria primar pela autonomia e atender a todos indistintamente (Barreto, 2019, p. 46).

É de esperar, e eu espero da assembleia, que comece desta vez a abrir a porta da ciência ao belo sexo de Pernambuco, que muito necessita de instrução; e talvez seja esta mesma a mais urgente necessidade da província. Todo homem tem sua mania; e é infeliz aquele que não a tem; a minha mania, senhores é penar que grande parte, se não a maior parte dos nossos males, vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino (Barreto, 1879, p. 189).

Esta concepção de emancipação feminina diferia-se de ideias de positivistas ortodoxos como Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que ao proporem uma reforma da instrução, defendiam:

O afastamento da mulher da vida prática, para assegurar o seu inteiro devotamento à educação. [...] Elevação do nível intelectual feminino ao que o homem tiver de atingir geralmente, para que a desarmonia das opiniões não seja de discórdia na família e para assegurar o ascendente moral feminino. A nenhuma mulher pode escapar hoje que a inferioridade intelectual relativamente aos maridos e filhos, constitui um dos elementos mais fortes de que era na veneração que lhe é devida (Mendes, 26 dez. 1881).

Teixeira Mendes foi claro ao defender uma necessidade de emancipação moral e intelectual da mulher. Contudo, não caberia a ela uma vida prática, ou seja, de trabalho fora do lar. Sua ascensão espiritual era necessária para dirigir bem seus filhos e o casamento, bases de uma sociedade positiva, na visão dos positivistas ortodoxos citados nesta tese. Contrário a tal 120 ideias, Aarão Reis em 1875 defendeu que não havia profissão mais própria para a natureza e sentimentos da mulher do que o magistério. Se este fosse elevado ao nível de sacerdócio escolar, se a mulher professora recebesse vencimentos que satisfizessem as necessidades da posição social que deveria ocupar, se o magistério fosse considerado e respeitado, elevado na opinião popular, “pode estar certo de que não faltarão senhoras que, por dedicação e entusiasmo sincero abracem a sublime missão de preparar cidadãos, formando-lhes o coração e educando-lhes a inteligência” (Reis, 1875, p. 16).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A temática ensino profissional, nas obras analisadas, deteve-se à formação e modernização da mão de obra, com destaque para as profissões liberais e, de maneira mais latente, a agricultura e a indústria. O ponto nodal dos discursos foi a profissionalização ligada à elevação intelectual da população, que deveria desenvolver trabalhos mais racionais, criativos e condizentes às necessidades de um país que se intentava moderno. De modo geral, todos os discursos dos membros da geração 1870 sobre o ensino profissional foram construídos a partir de interlocuções com problemas nacionais observados pelos autores e pensados a partir de teorias e modelos de ensino estrangeiros.

Os discursos em torno do ensino profissional visavam de maneira geral à formação de mão de obra para o que se propunha como novas profissões, o que incluía o desenvolvimento da indústria, da agricultura, do comércio, das artes e outras atividades ligadas ao processo de urbanização. Sua relevância nos debates esteve atrelada à necessidade de se aproveitar mais e melhor os recursos naturais brasileiros e de aperfeiçoar cientificamente e industrialmente os conhecimentos do senso comum sobre os ofícios, tornando-os mais plurais e racionais. As carreiras técnicas simbolizavam o desenvolvimento econômico da nação, que até a década de 1880 estava atrelado essencialmente ao latifúndio e à escravidão.

FONTES

BARBOSA, Ruy. (1883). Reforma do ensino primário. Várias instruções complementares da instrução pública. In: **Obras completas de Rui Barbosa**. v. X, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARRETO, Tobias. O industrial. **O Industrial**. Recife, 15 jan. 1883. BARRETO, Tobias. As artes e a Indústria Artística. **O Industrial**. Recife, jan. 1883. BARRETO, Tobias. As Flores perante a Indústria. **O Industrial**. Recife, 1883.

BRASIL, **Decreto 5.600** de 25 de abril de 1874.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Brasília, DF, v. 1, p. 196, 1879.

BARBOSA, Ruy. **Reforma do Ensino Secundário e Superior.** Câmara dos Deputados. Parecer e Projeto (relativo ao Decreto N. 7247 de 19 de abril de 1879). Apresentado em sessão de 13 de abril de 1882, pela comissão de Instrução Pública composta dos Srs. Ruy Barbosa (relator), Thomaz do Bomfim Spindola e Ulysses Machado Pereira Viana. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882.

MENDES, Raimundo Teixeira. A Universidade. **Gazeta de Notícias**, 22 dez. 1881.

NABUCO, Joaquim. **Campanha Abolicionista no Recife.** Eleições de 1884. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 59, 2005.

REIS, Aarão Leal de Carvalho. A instrução publica superior no império. **Jornal O Globo** (série de artigos publicados no Globo e depois colleccionados). Rio do Janeiro, 1875, 91 p.

ROMERO, Sylvio. Filosofia e o ensino secundário. In: BARRETO, Luis Antônio (org.). **Estudos de literatura contemporânea: páginas de crítica.** RJ: Laemmert & Cia, 1884, p. 129-140.

ROMERO, Sylvio. (1884). **Ensaios de sociologia e litteratura.** Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. 295 p.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Crítica de contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 15, n. 44, out. 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Diretor). O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império. **Coleção História Geral da Civilização Brasileira.** v. 6, n. 2. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Tobias Barreto e a educação: ideias de um moderno no Império brasileiro. In: **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX.** CARVALHO, Marcus Vinícius; LAGES, Rita Cristina Lima; GASPAR, Vera (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

LIMA, Solyane. Recrutá-los jovens: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SANTOS, Laísa Dias. **Propostas educacionais nos discursos intelectuais da Geração 1870:** ideias para um Brasil moderno (1870-1889). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Adriana de Andrade Santos

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (2017). Bolsista entre os anos de 2015 e 2018 da pesquisa “Desenvolvimento de tecnologias sociais para a formalização e ressignificação de práticas culturais em Aracaju/SE”, aprovada por meio do Edital CAPES/FAPITEC/SE nº 05/2014. Bolsista entre os anos de 2013 a 2015 da pesquisa “O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica Junior (PIBICJr) em Sergipe. Bolsista do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Aprendizagem Profissional - PRODAP em 2015. Atualmente, é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre História do Ensino Superior – (GREPHES/CNPq/UFS). Mestre em Educação pelo PPGED/ UFS.

Andréia Bispo dos Santos

Possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Especialista em Docência do Ensino Superior com ênfase em Educação a Distância. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Secretaria de Educação, do Esporte e da Cultura do Estado de Sergipe - SEDUC. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior - (GREPHES/CNPq/UFS).

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, especialista em Docência na Educação Infantil, graduada em Pedagogia. Professora da rede Municipal de Aracaju na área de Educação Infantil. Pesquisadora na área de História da Educação e desenvolve projetos em práticas pedagógicas na Educação Infantil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

Ane Rose de Jesus Santos Maciel

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - PPGED/UFS (2020). Mestra em Educação, também pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (2016). Graduada em História, pela Universidade Tiradentes (2011). Graduada em Pedagogia, pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (2018). Pós-Graduada, Lato Sensu, em Arte Educação, pela Faculdade São Luís de França (2011). Desenvolve pesquisas relacionadas a Trajetórias de Intelectuais da Educação; Intelectuais; Intelectuais Religiosos; História da Educação; História de Sergipe e Disciplina Escolar. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior – (GREPHES/CNPq/UFS).

Aristela Arestides Lima

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação, na Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2005), com estudos em Disciplinas Isoladas de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica (2003). Especialista em Educação de Jovens e Adultos, pela FANESE e graduada em

Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1999). Pedagoga no Instituto Federal de Sergipe – IFS. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

Danilo Mota de Jesus

Doutorando e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, especialista em Odontologia Legal pela Faculdade Ingá (Uningá), especialista em Micropolítica da Gestão e Trabalho em Saúde pela Universidade Federal Fluminense, graduado em Odontologia pela Universidade Tiradentes. Atua como Odontólogo Equipe de Saúde da Família no Município de Nossa Senhora do Socorro - SE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior GREPHES/UFS/CNPq, desenvolvendo pesquisas sobre a história e o ensino de odontologia.

Elizabete Farias Lima Silva

Doutora pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/ UFS), mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Enfermeira, graduada pela Faculdade de Enfermagem Luíza de Marillac (2000), especialista em Educação na área de Qualificação Profissional de Enfermagem pela Universidade Federal de Sergipe (2002), pós-graduada em Enfermagem do Trabalho (2008), Gestão Pública e Responsabilidade fiscal (2009). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior (GREPHES/CNPq/UFS).

Joaquim Tavares da Conceição

Doutor em História (UFBA), mestre em Educação (UFS), graduado em História (UFS). Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe com atuação no Colégio de Aplicação, no Programa de

Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFS) e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Coordenador do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (UFS). Bolsista de Pós-Doutorado Sênior vigente do CNPQ (2021-2022), em execução na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Joelza de Oliveira Santos

Mestre em Educação pela UFS, graduada em Pedagogia pela UFS. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

José Genivaldo Martires

Doutor em Educação pela UFS. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (1992) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Atualmente é prof. do ensino básico tec. tecnológico da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: Lígia Pina. mulher. história. colégio de aplicação, escola normal, história cultural, colégio de aplic, academia sergipana de letras; intelectuais, fontes. história da educação. npged e ensino. escola. história. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

Josefa Eliana Souza

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), mestre em Educação na Universidade Federal de Sergipe (1998), bacharela em História pela UFS - (1984) e graduada em História - UFS (1979). Professora Associada III do Departamento de

Educação e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFS. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Conselheira no Conselho Estadual de Educação de Sergipe, desde 2020. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre História do Ensino Superior – (GREPHES/CNPq/UFS).

Juselice Alves Araújo de Alencar

Mestre em Educação pela UFS, graduação em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Atuou como professora do Ensino Fundamental e Médio da rede Estadual de Ensino/SE. Secretária Municipal de Educação nos anos de 2004 e 2009 do município de Tobias Barreto/SE. Coordenou vários programas como técnica pedagógica na SME-Tobias Barreto/SE, tais como: Mais Cultura, PAR (Plano de Ações Articuladas), Mais Educação, Mais Alfabetização, PME (Plano Municipal de Educação). Atuou como Presidente do CME- Conselho Municipal de Educação de Tobias Barreto/SE. Atua como Articuladora Municipal da BNCC/Currículo Sergipano em Tobias Barreto/SE. É orientadora pedagógica do Ensino Fundamental e Médio da Escola de Educação Básica Monsenhor José de Souza Santos/Tobias Barreto/SE. Atuou como Tutora do Curso de História, na modalidade a distância da UNIT- Universidade Tiradentes. Atua no momento como Formadora da BNCC/Currículo Sergipano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental-Tobias Barreto/SE.

Láisa Dias Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Universidade Tiradentes. Possui mestrado em Educação, licenciatura em Pedagogia e bacharelado em Serviço Social pela Universidade Tiradentes-Unit. É membro do Grupo de Pesquisa em

História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Tem experiência com a metodologia da História Oral e o método prosopográfico. Atua com temáticas de pesquisa na área da História da Educação, mais precisamente com estudos que envolvem escola primária (1930-1960), cultura escolar, práticas escolares, memória e patrimônio histórico-educativo, arquivo escolar e centro de memória em espaços educativos. Tem experiência docente na educação básica e ensino superior, atuando na rede de ensino pública e privada.

Marluce de Souza Lopes

Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Pedagogia, técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atuou como Coordenadora Pedagógica do Colégio de Aplicação da UFS, e Coordenadora de Estágios. Atua como chefe da Divisão de Regulação e Supervisão da Pró-Reitoria de Graduação da UFS - coordena o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o processo de regulação dos cursos de graduação da UFS, junto ao Ministério da Educação. Membro da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFS. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

Patrícia de Sousa Nunes Silva

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe/PPGED/UFS. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes/UNIT. Especialista em Psicomotricidade/Faculdade Pio Décimo; especialista em Educação Inclusiva/UNIT; graduada em Educação Física/UNIT; graduada em Pedagogia/UNIT. Membro

do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior/
GREPHES. E-mail: patriciasnsilva@hotmail.com

Ricardo Costa dos Santos

Doutor em Educação pela UFS. Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Licenciado em Língua Francesa pela mesma instituição, com habilitação em Francês e Português. Foi presidente da Associação de Professores de Francês do Estado de Sergipe/APFESE de 2015 a 2017. É docente efetivo de Língua Francesa no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência nas áreas de Ensino de Língua e Literatura Francesa. Faz do Grupo de pesquisa em práticas educativas e aprendizagem na educação básica (GPEA)CODAP. Coordenador do projeto Bilinguismo/DNLE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior - (GREPHES/CNPq/UFS).

Rísia Rodrigues Silva Monteiro

Doutora (2021) e mestre (2016) em Educação pela Universidade Federal de Sergipe-UFS (2021); bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pelas Faculdades Integradas Tiradentes (1993); especialista em docência do Ensino Superior pela Faculdade Estácio de Sergipe (2014) e graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes-Unit (2019). Tem experiência na área da Educação e Comunicação. Áreas de interesse: História da Educação; Intelectuais mediadores culturais; Arte-Educação; História das Mulheres; História e Memória; Práticas Educativas; História das Instituições; e Educação não formal. É integrante do Grupo de Pesquisas em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS) e associada da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Temáticas/eixos de pesquisas na área da História da

Educação: Memória e patrimônio histórico-educativo; Produção de documentação oral, Centro de memória em espaços educativos.

Sayonara do Espírito Santo Almeida

Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França, licenciada em História/UFS e Pedagogia pela Uninter. Professora na Rede Pública de Ensino da Educação Básica/SE. Tem experiência na pesquisa em Educação, História, Ensino de História e História da Educação bem como na organização de arquivos escolares. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

Walna Patrícia de Oliveira Andrade

Doutoranda em Educação e Mestre em Educação pela UFS, especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Universidade Cândido Mendes (2018), no Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Federal do Ceará (2014), em Educação Especial e Inclusiva pela Unit (2004) e graduada em Pedagogia pela UFS (2002). Professora no Atendimento Educacional Especializado do Colégio Estadual John Kennedy e no EMEI José Garcez Vieira e professora externa na Unit no Curso de Psicopedagogia Institucional e Clínica. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

Este livro foi composto em Adobe
Garamond Pro pela Edupe.
